



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 99ª reunião, realizada em 6 de setembro de 2016

1 Em 6 de setembro de 2016, reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Ginásio Poliesportivo Renato
4 Azeredo, em Diamantina, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: os presidentessuplentes Clésio Cândido Amaral e
6 Daniela Diniz Faria, representantes da Secretaria de Estado de Meio
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do
8 poder público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Tamara Marques
10 Veríssimo, da Secretaria de Estado de Integração e Desenvolvimento do
11 Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Vilson José de Amorim, da
12 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e
13 Gestão Metropolitana (Sedru); Emerson dos Santos Cordeiro, da Secretaria
14 de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Washington de Miranda
15 Melo, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Felipe Faria de Oliveira, da
16 Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Sérgio Cavalcanti Gonçalves, da
17 Prefeitura Municipal de Diamantina. Representantes da sociedade
18 civil: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de
19 Minas Gerais (Fiemg); Walter Borges, da Federação dos Trabalhadores na
20 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Guilherme Coelho Neves,
21 da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de
22 Minas Gerais (Federaminas); Júlio dos Santos Abreu Júnior, da Associação
23 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ivana Machado
24 Souto, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
25 (Crea-MG); Carlos Eduardo Teixeira Nery, da Sociedade Amigos do
26 Tabuleiro; Andreza Lemos Meira, da Universidade do Estado de Minas
27 Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
28 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
29 Brasileiro. **2) ABERTURA.** Presidente Daniela Diniz Faria: “Boa tarde a todos.
30 Meu nome é Daniela Diniz, sou servidora de carreira da Secretaria de Estado
31 de Meio Ambiente, gestora ambiental. Atualmente, eu estou no cargo da
32 chefia de gabinete, e fui designada pelo presidente desta Unidade Regional
33 Colegiada para conduzir os trabalhos com vocês. Espero que tudo corra na
34 maior transparência possível e que nós consigamos atingir os objetivos desta
35 reunião. Eu gostaria de pedir aos inscritos que quem ainda não o fez, por
36 favor, que indique qual item de pauta para o qual se inscreveu, para que
37 possamos conduzir os trabalhos.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Se

38 me permite, senhora presidente, me foi entregue um documento pelos
39 integrantes da comunidade que se refere a uma questão de manutenção ou
40 não em pauta. Então, antes da leitura da pauta, se a senhora permitir, eu
41 queria fazer um resumo dos pontos que foram colocados no documento para
42 que a mesa possa deliberar a respeito do que foi solicitado.” Presidente
43 Daniela Diniz Faria: “Nós podemos fazer exatamente no item 3, Comunicado
44 dos Conselheiros e Assuntos Gerais, o qual eu já abro com a manifestação
45 do conselheiro Felipe, da Procuradoria-Geral de Justiça.” **3)**
46 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
47 **GERAIS.**Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “O documento que me foi
48 entregue pelos integrantes da comunidade, integrantes também da Reaja, eu
49 não vou fazer a leitura, mas apenas dos pontos centrais. Ao que me aparece,
50 cópia foi protocolada junto ao superintendente da Supram, não sei se na data
51 de hoje ou anteriormente. Então os senhores têm a cópia e podem
52 acompanhar também, para ficar mais fácil e fazerem a análise. O documento
53 que me foi entregue faz uma indicação dos itens de pauta referentes ao
54 empreendimento da Anglo American, aos procedimentos referentes à Anglo
55 American, inclusive o item de pauta pertinente ao grupo de trabalho, e aponta
56 alguns tópicos prejudiciais à análise desses itens de pauta e,
57 consequentemente, a sua manutenção na pauta, por se tratarem, em tese, de
58 questões que são preliminares e prejudiciais à sua análise. Em especial, a
59 temática concernente ao recurso que foi feito por integrante da sociedade
60 civil ao deferimento da Licença de Operação com pedido de efeito
61 suspensivo, segundo informado no documento, até agora sem análise
62 quanto ao efeito suspensivo requerido. Colocam também alguns
63 esclarecimentos que foram solicitados ao superintendente da Supram,
64 pontuam que são 50 questionamentos a respeito do estudo realizado da
65 Diversus, até a presente data, segundo o documento, sem qualquer resposta,
66 informações essas que poderiam impactar na análise dos conselheiros tanto
67 no que se refere ao parecer do grupo de trabalho quanto aos demais itens de
68 pauta. Informam que também, em maio deste ano, foi protocolado outro
69 documento cobrando algumas informações concernentes ao cumprimento de
70 condicionantes, questionamentos esses, segundo consta aqui, feitos,
71 reiteradamente, nos últimos três anos, também sem informações. E algumas
72 informações também, segundo o documento, sem esclarecimentos acerca do
73 EIA/RIMA do Step 2, que é a etapa do procedimento que também consta em
74 pauta hoje a título de LO. Então, diante de todas essas questões, os
75 integrantes da comunidade, da Reaja, mais especificamente, requerem que
76 se proceda o controle de legalidade do PA/COPAM 00472/2007/ 004/2009,
77 sob pena de responsabilização, se omitirem. Que sejam retirados de pauta
78 da presente reunião os itens 5, 6.2, 7.1, 8.1, 8.2 e 9, todos eles vinculados ao
79 mesmo procedimento de licenciamento ambiental. Que o processo de
80 licenciamento ambiental do projeto Minas-Rio não volte a figurar na pauta até

81 que todos os esclarecimentos solicitados sejam respondidos e as
82 irregularidades apontadas sejam solucionadas, e que sejam apuradas e
83 sanadas as ilegalidades que poderão acarretar nulidade do procedimento,
84 bem como responsabilização. Em linhas gerais, é isso que o documento
85 coloca. E por se tratar de uma questão que eu acho que deve ser abordada,
86 porque se refere a questões, em tese, prejudiciais à análise do item de
87 pauta, eu acho que, mesmo antes de nós adentrarmos em qualquer
88 discussão, seria interessante, presidente, abordar e verificar a manutenção
89 ou não desses itens de pauta na reunião de hoje, e, em especial, se possível,
90 ou o diretor jurídico ou a própria senhora presidente abordar esses pontos
91 que foram mencionados no documento. Eu acredito que o principal deles
92 talvez seja até mesmo a questão do efeito suspensivo do recurso. E alguns
93 esclarecimentos que foram solicitados eu não sei se à equipe técnica da
94 Supram, a respeito do procedimento e do empreendimento, que, ao que me
95 parece, permanecem ainda em aberto.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Em
96 relação ao recurso abordado em relação à licença anterior do processo da
97 Anglo, eu já trago informações a respeito e gostaria até de contextualizar que
98 o atual secretário de Estado de Meio Ambiente, o doutor Jairo Isaac, assumiu
99 a Secretaria há cerca de 90 dias e, desde então, tem tido esse contato com
100 as Unidades Regionais Colegiadas e também com as Superintendências
101 Regionais de Meio Ambiente. Um dos assuntos postos por esta Unidade,
102 especificamente, foi em relação a esse recurso então interposto, ao qual não
103 vinha sendo dado o devido andamento. E eu já posso trazer notícia de que ele
104 teve, sim, seu prosseguimento de análise pela Superintendência de
105 Regularização Ambiental, a Sura, na sede da Cidade Administrativa. E os
106 andamentos que eu soube: foi analisado, primeiro, o juízo de admissibilidade
107 desse recurso, e foi dado prazo de dez dias para emenda ao recurso, e esse
108 prazo findou ontem. Eu não sei dizer se as informações requeridas já foram
109 juntadas, mas o recurso está tendo seu prosseguimento normal. Eu vou pedir
110 ajuda até para o jurídico da Supram, mas, a meu ver, a análise desse
111 procedimento não impede o julgamento dos atuais itens de pauta colocados
112 aqui hoje.”Wesley Alexandre de Paula, diretor de Controle Processual da
113 Supram Jequitinhonha: “Como a Daniela já disse, a análise do recurso de
114 admissibilidade está em andamento na Secretaria, com o secretário adjunto,
115 que é a pessoa competente para definir sobre a admissibilidade ou não do
116 recurso. Teve um encaminhamento que já foi dito aqui por ela: foi aberto
117 prazo para os subscritores do recurso emendarem o documento. Eu acho
118 que esse prazo findou, e nós não temos conhecimento se foi atendido o que
119 foi solicitado. Mas quero dizer aqui que não há previsão no Decreto 48.844
120 de efeito suspensivo para o recurso, não há essa previsão. Então o
121 entendimento, a princípio, é de que, não existindo previsão em legislação
122 específica sobre recurso contra licenciamento ambiental, é só recebido no
123 efeito devolutivo, sem efeito suspensivo. Portanto, não há impedimento para

124 o prosseguimento dos demais itens referentes a esse processo. Quanto aos
125 outros pedidos aqui relatados, principalmente a questão do estudo da
126 Diversus, eu acho que até o grupo de trabalho que foi montado aqui pela
127 URC está se debruçando sobre ele e vai trazer aqui um esclarecimento, uma
128 complementação, posso assim dizer, um adendo, incluindo, entendo eu,
129 novas famílias, novos atingidos em relação aos estudos da Diversus. Está
130 havendo, sim, creio eu, uma análise daquilo que foi apontado no estudo da
131 Diversus. Há questionamentos? Há. Dentro da comunidade. Mas eu entendo
132 que isso foi discutindo quando da Licença de Operação, a primeiro, do Step
133 1; está sendo discutido aqui, vai ser apresentado aqui pelo grupo que foi
134 instituído. Portanto, eu não vejo impedimento para o prosseguimento das
135 discussões em relação a este licenciamento. Eu acho que o doutor Felipe
136 pode até esclarecer melhor essa questão do objetivo do grupo de
137 trabalho.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Até que no ponto do grupo de
138 trabalho, se o item for mantido em pauta, nós vamos temos a oportunidade
139 de colocar as impressões que nós tivemos, mas o que eu acho que o
140 documento que foi entregue aqui aborda é mais no sentido de que haveriam
141 questionamentos que, em tese, não teriam sido respondidos, anteriores, e
142 que esses questionamentos poderiam ser importantes para a própria análise
143 do grupo de trabalho na elaboração do seu parecer. Enfim, eu acho que esse
144 é o ponto central. Mais até que saber se o grupo de trabalho adentrou ou não
145 nas questões, eu acho que o que se coloca é que seria uma análise
146 prejudicial. Eu acho que isso seria importante de ser abordado. Eu recebi o
147 documento hoje, e me parece que até a pessoa que me entregou, o Lúcio
148 Guerra Júnior, se inscreveu para falar em Assuntos Gerais. Se estiver
149 inscrito, ele até consegue esmiuçar com mais detalhes esses apontamentos,
150 se a Presidência assim permitir.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Como nós
151 ainda estamos em Assuntos Gerais, vamos pela ordem, vamos ouvir os
152 conselheiros e os demais pontos e abordar. Eu gostaria de saber se, da
153 Supram, alguém queria colocar mais algum ponto sobre isso, sobre haver
154 prejuízo de discussão dos itens que foram pautados. Não? Então eu continuo
155 com a palavra aos conselheiros. Algum ponto? Eu trago também outra
156 informação em relação a um recurso sobre impedimento de participação de
157 um dos conselheiros neste Conselho, que é o conselheiro Carlos Eduardo.
158 Me parece, conselheiro, que havia um recurso contra a sua atuação
159 enquanto conselheiro nesta Unidade Regional Colegiada, e eu já trago
160 informações de que também essa análise foi concluída pela
161 Superintendência de Regularização Ambiental concluindo por não haver
162 impedimento; não foram comprovados os motivos alegados em recurso.
163 Portanto, o senhor tem direito a voto e o senhor vai ser oficiado da decisão
164 dentro do processo administrativo regular. O senhor quer se manifestar a
165 respeito ou está esclarecido?”Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu
166 quero agradecer a atenção da atual gestão, porque realmente são três anos

167 que já saiu daqui um parecer favorável da superintendência desta Supram, e
168 até então eu tenho pedido, insistentemente, inclusive, a três secretários que
169 por aqui passaram – dois secretários e um secretário adjunto –, e me
170 estranhou muito que não houvesse essa resposta. Então eu entendo que
171 isso é um mérito de competência e de legalidade que essa gestão está
172 demonstrando. A Sociedade Amigos do Tabuleiro agradece a cidadania que
173 é concedida a este Conselho.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Mais algum
174 ponto em Assuntos Gerais?”Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
175 Supram Jequitinhonha: “Eu queria registrar, e certamente a comunidade vai
176 fazer esse registro aqui mais à frente, que em maio nós tivemos uma reunião
177 com pessoas da comunidade, que foram nos solicitar, na verdade, uma visita
178 família por família para fazer um tratamento específico, caso a caso, para ver
179 quais deles poderiam ser considerados atingidos, deveriam ser considerados
180 atingidos e incorporados dentro do programa de negociação fundiária desse
181 empreendimento. Dessa reunião, surtiu um documento bastante curto, mas
182 bastante amplo em relação às famílias, com um número de famílias bastante
183 voluptuoso. Infelizmente, isso aconteceu durante a greve e depois num
184 período em que nós fomos convocados a trabalhar em Belo Horizonte e não
185 pudemos fazer. O fato de não poder fazer a vistoria em Conceição do Mato
186 Dentro eu acho que gerou até maior ganho, porque nós vimos agora aqui
187 fazer uma proposta para esta URC, uma proposta que não precisa ser uma
188 moção, uma proposta interna, de que esses ‘caso a caso’ sejam tratados
189 assim como os estudos da Diversus foram tratados. Ao invés de a Supram
190 Jequitinhonha, que não tem competência legal para estabelecer estudo – ela
191 tem competência legal para fazer análise de estudos que são entregues –
192 nós passaríamos a um grupo de estudos, a grupo de trabalho dentro desta
193 URC, para fazer análise com o nosso suporte técnico e acompanhamento o
194 tempo todo. Nós podemos trabalhar juntos: a URC mais a Supram
195 Jequitinhonha, junto com a comunidade, para verificar todos esses casos
196 que estão aqui descritos. E, se porventura, nesses casos aqui, ainda não
197 estiverem todos os que foram à Supram Jequitinhonha que também
198 solicitaram a mesma interferência da URC... Então nós gostaríamos de
199 colocar aos senhores a possibilidade de nós montarmos um grupo de
200 trabalho para fazer a avaliação de todos esses casos aqui e a possível
201 inclusão ou não inclusão de novos atingidos dentro do projeto. Eu já sugiro,
202 de plano, que seja o mesmo grupo de trabalho. Apesar da ausência do Alex
203 aqui, mas que pode ser consultado a qualquer momento, para ter coerência
204 em relação aos critérios que foram utilizados quando da análise do estudo da
205 Diversus.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Houve uma manifestação da
206 comunidade indicando algumas possíveis famílias que em tese seriam
207 impactadas pelo empreendimento. Eu acho válido até nós irmos lá, sempre
208 que possível, os conselheiros irem in loco eu acho que dá uma dimensão da
209 realidade muito importante. Só que nós sempre vamos precisar disso que

210 você já adiantou: se vai ter um amparo técnico. Porque existem algumas
211 questões para nós analisarmos, até se há ou não impacto ao ponto de a
212 família ter que ser retirada do local, que demandam uma análise técnica
213 mesmo, como está a característica da qualidade hídrica. Enfim, dessas
214 análises técnicas nós vamos precisar. Eu só coloco a seguinte questão: eu
215 acho que aí seria interessante votar, porque seria a conclusão de um GT. Aí
216 eu acho que a proposição também deveria ser aberta, ao invés de ser restrita
217 àqueles que se manifestaram no primeiro grupo de trabalho. Faz aberto. Por
218 exemplo, o Alex não está aqui, mas ele pode integrar, posteriormente, já que
219 vai ser um grupo de trabalho que vai prestar informações para o próprio
220 colegiado. Aí seria a mesma dinâmica. Os integrantes do grupo de trabalho
221 fazem um parecer, trazem ao colegiado, e o colegiado discute se referenda
222 ou não. Eu acho que considerando a comunidade. Eu acho que até na hora
223 em que o Lúcio Guerra for se manifestar, ainda em Assuntos Gerais, poderia
224 abordar até essa proposta que foi feita pela Supram, porque eu acho que aí
225 fica de uma maneira mais alinhada para nós entendermos o que a
226 comunidade pensa sobre a sugestão de um grupo de trabalho para abordar
227 esses temas.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Algum conselheiro quer falar a
228 respeito da proposta da Supram? Nós poderíamos deliberar sobre isso em
229 forma de moção, fazer uma redação, coloca em votação. Pode ser nesse
230 formato? Vocês têm costume de fazer nesta URC por deliberação sem ser
231 moção? Pode ser também. Doutor Felipe, a sugestão do senhor é de ouvir
232 um representante da comunidade sobre a proposta?”Conselheiro Felipe
233 Faria de Oliveira: “Eu coloquei, especificamente, o Lúcio Guerra Júnior por
234 um motivo: ele está inscrito em Assuntos Gerais, ele me entregou o
235 documento, então eu acho que poderia abordar ao mesmo tempo o
236 documento que traz as questões prejudiciais. E aí já adentrando um pouco na
237 questão do grupo de trabalho de que nós participamos. Na comunidade,
238 muitas pessoas estavam indicando ele como representante. A Denise estava
239 lá também. O Alex também estava, e os técnicos da Supram estavam lá na
240 ocasião. Indicando como representante. Então eu acho que seria uma
241 pessoa legitimada talvez para falar em nome da comunidade sobre essa
242 proposta, dando assim uma abertura para que eles também opinem sobre a
243 sugestão.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Pela ordem, porque nós não
244 estamos encontrando a inscrição da pessoa indicada. Só para esclarecer,
245 após os Assuntos Gerais, nós vamos fazer a leitura da pauta, por completo,
246 e eu vou pedir aos conselheiros que se manifestem sobre eventuais
247 destaques para discussão ou vista. Do que não for apontado, nós vamos
248 fazer a votação em bloco, e depois retornar aos itens em destaque. E quanto
249 aos inscritos nós vamos chamar o inscrito para o item no qual se inscreveu.
250 Eventualmente, no caso de um pedido de vista ou de algum processo que
251 não seja discutido, a respectiva inscrição para aquele item fica prejudicada.
252 Se a pessoa tiver feito inscrição para outro item, nós vamos chamar no item

253 em que for dada a votação. Lembrando que, em caso de eventual pedido de
254 vistas de algum processo aqui hoje, a discussão será totalmente feita no
255 momento oportuno, que é no retorno de vista. Ok? Então no caso do senhor
256 Júnior, sugerido pelo conselheiro da Procuradoria-Geral de Justiça, nós
257 vamos chamar para esclarecer. Está inscrito no item Assuntos Gerais. Eu
258 vou dar o prazo de 3 minutos.”Lúcio Guerra Júnior, representante da
259 comunidade: “Boa tarde a todos. Eu sou Lúcio Guerra Júnior, da comunidade
260 de Água Quente, de Conceição do Mato Dentro. Três minutos vai ser pouco
261 tempo para falar sobre isso tudo, mas uma questão eu acho que o Wesley já
262 apontou ali é que realmente seria o pedido de retirar todos os itens da Anglo
263 de pauta. Porque tem o recurso pendente, e o recurso fala, inclusive, das
264 condicionantes pendentes, de outras respostas também pendentes. Estão
265 são várias coisas que estão pendentes neste processo. Então realmente
266 seria desde a LO, para que não se votasse enquanto não se analisasse o
267 recurso. Em relação, especificamente, a um pedido em relação ao parecer do
268 grupo de trabalho, o estudo da Diversus, o GT fez o estudo, e a Diversus eu
269 creio que não se manifestou posteriormente a respeito desse estudo. Isso é
270 uma questão de chegar e, através do que o grupo de trabalho levantou, no
271 nosso entendimento, a Diversus deveria se posicionar antes que tivesse uma
272 deliberação do Conselho. E outra coisa, que antecede até isso que eu falei
273 agora, que o doutor Felipe chegou a falar: quando o estudo ficou pronto, nós
274 fizemos várias considerações. Tem um documento protocolado tanto na
275 Supram quanto para o próprio pessoal da Diversus. São mais de 50 questões
276 que não estão respondidas e são intrínsecas ao estudo deles. Então eu acho
277 que fica prejudicada qualquer votação que se faça em que não tenha esse
278 direito de nós sabermos. Pode ser que não mudaria nada? Eu até tenho
279 certa dúvida. Porque esse tempo todo? Tanto do recurso que nós fizemos da
280 LO para ser respondido. Porque a Supram não nos responde em relação ao
281 estudo da Diversus? Eu acabei de protocolar hoje, de novo, com o Ângelo,
282 essa cobrança, e essas respostas foram protocoladas na Diversus e
283 aqui. Então o que nós temos visto nesse processo é que ele só tem
284 avançado, e as respostas e as dúvidas da comunidade continuam, os
285 anseios delas estão todos ali. Agora, em relação à proposta do Rodrigo, eu
286 acho meio, não desfazendo do grupo de trabalho que foi formado e tal, mas
287 a complexidade que eu entendo do que tem acontecido nesse processo, é
288 muito pouco para ser decidido dessa maneira, inclusive, igual foi, o que nós
289 estamos questionando. Porque, quando foi para fazer a complementação do
290 que o EIA/Rima estava incompleto com relação aos atingidos, à
291 caracterização deles, foi necessário esta URC fazer um pedido parecido com
292 esse, mas de uma empresa de pleno saber. E foi isso que foi feito. E tem
293 esse documento, que foi enviado ao GT de maneira mais ampla.”Presidente
294 Daniela Diniz Faria: “Eu vou agradecer ao senhor pelos esclarecimentos, e
295 aí eu repasso, primeiramente, à Supram em relação à questão de terem sido

296 pautados os itens da Anglo American, se há algum prejuízo de discussão
297 desses itens aqui hoje e se podemos prosseguir. Qual o entendimento do
298 jurídico da Supram.”Wesley Alexandre de Paula, diretor de Controle
299 Processual da Supram Jequitinhonha: “Em relação ao recurso,
300 especificamente, para mim, é bem claro: o Decreto 44.844 não prevê efeito
301 suspensivo para o recurso. Se não tem efeito suspensivo, prosseguem as
302 análises atinentes a esse processo. Quanto a isso, para mim, está bem claro.
303 Em relação aos outros questionamentos, nós entendemos o posicionamento
304 da comunidade, mas, novamente, nós vamos contratar uma empresa
305 independente para fazer novos estudos, sendo que os estudos já foram
306 realizados, já foi discutido aqui o estudo da Diversos? Sempre vai vir essa
307 tônica, como vai ser isso? Porque eu acho que foi discutido aqui, eu acho
308 que foi, inclusive, aprovada a complementação do estudo da Diversus quando
309 da LO. Então nós estamos retornando novamente a discussão? Então eu não
310 vejo muito.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Senhora presidente, eu
311 estou pensando aqui agora na questão da proposta do Rodrigo. Eu acho que
312 o Lúcio Guerra comentou, e eu concordo com ele, no que se refere à
313 necessidade de uma expertise. Eu tenho que tirar uma dúvida, na verdade,
314 sobre detalhes do caso, para saber se o protesto está de acordo ou não com
315 o grupo de trabalho. No caso do GT, eu também fui favorável. Qual era a
316 ideia do GT? Nós tínhamos o estudo da Diversus, com recomendações, ou
317 seja, já tinha um trabalho feito por uma consultoria, e nós íamos apenas, a
318 partir daquelas constatações feitas pela consultoria, tomar uma deliberação.
319 A própria dinâmica do trabalho da Diversus previa o seguinte: o
320 empreendimento é dinâmico, então ele gera novos impactos, ele traz novas
321 realidades. E sendo constatados novos impactos, que não aqueles vigentes
322 à época da elaboração do estudo, teria que ser reanalisada a situação de
323 cada uma das famílias impactadas. Se a demanda da comunidade for
324 referente a impactos de uma realidade posterior – claro, vai ser algo
325 cumulativo do que já existia antes –, mas se existe algum elemento novo, eu
326 acho que caberia à Supram pedir algum estudo complementar ao
327 empreendimento para que nós tivéssemos uma expertise técnica realmente
328 para subsidiar a deliberação dos conselheiros. Se fosse em cima de pontos
329 que já existiam na época da elaboração do estudo da Diversus, nós
330 podemos falar que os conselheiros conseguem deliberar em cima do
331 trabalho que já foi feito. Caso contrário, eu acho que entra naquela regra do
332 cotidiano da Supram de fato novo e informação complementar a ser entregue
333 pelo empreendedor, a partir do qual a equipe da Supram pode até se
334 manifestar também. Eu acho que essa distinção é importante porque eu acho
335 que ela altera até a possibilidade ou não de o grupo de trabalho adentrar nas
336 questões que seriam objeto desta nova etapa ou deste novo grupo. Se são
337 impactos, por exemplo, decorrentes da Licença de Operação, eu acho que aí
338 nós precisamos de um documento novo, realmente, porque são impactos

339 que não foram analisados pela Diversus, porque ela fez esse estudo dela
340 quando da instalação do empreendimento.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
341 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Eu acho que nós temos duas
342 considerações a fazer. Primeiro, que essas pessoas que estão elencadas
343 aqui, em sua maioria, pelo menos pelo que eu reconheço, já existiam à época
344 dos estudos e não foram mapeadas nesses estudos. Algumas têm
345 reclamações pontuais, de que são atingidas pelas linhas de transmissão ou
346 pelo mineroduto, então são pessoas que, teoricamente, já foram
347 diagnosticadas em algum momento. A minha preocupação, nesse caso,
348 doutor Felipe, é a morosidade da análise se nós solicitarmos um estudo
349 complementar. Então nós vamos virar para a empresa e falar assim: ‘Faça a
350 contratação de uma nova empresa para fazer um novo estudo, para mapear
351 essas pessoas’, o que leva três, quatro, cinco, seis meses, para chegarem
352 até aqui com esse novo diagnóstico. Ao passo que nós podemos, por nós
353 mesmos, ir até as comunidades e fazer. Aí nós temos uma verificação a ser
354 feita: ouvir caso a caso, fazer a verificação daquilo que está mapeado, que já
355 está proposto nos estudos que foram apresentados, tanto pela empresa
356 quanto pela Diversus. É preciso que se diga: a Diversus foi lá e fez esse
357 levantamento para além do diagnóstico feito pela empresa e não chegou a
358 essas pessoas. Então nós estaríamos fazendo o trabalho pela terceira vez.
359 Se nós pararmos para a contratação de uma nova empresa, nós podemos
360 dar uma morosidade maior ainda a esta análise. O que nós estamos
361 propondo é discutir o caso a caso, e, como apoio técnico da Supram, fazer a
362 composição entre os estudos que já foram feitos, em todas as suas fases,
363 com as solicitações que estão sendo impostas. Como eu já disse, alguns
364 impactos nós jamais trabalhamos sobre eles. Os impactos do mineroduto
365 foram licenciados pelo Ibama, portanto, a Supram Jequitinhonha desconhece
366 essa caracterização. Então nós vamos ter que reconhecer essa
367 caracterização e trazer para o processo de cá. Nós não nos furtamos a fazer
368 essa análise de trazer os impactos para cá e acompanhar, mas eu acho que
369 dá mais vigor ao trabalho se nós sairmos daqui. Fora isso, como nós estamos
370 tratando de questões que foram feitas anteriores, algumas questões
371 anteriores à instalação e operação do empreendimento, talvez não seja o
372 caso de nós revermos por conta da operação, o que não quer dizer que não
373 possamos rever aqui os critérios de operação. Eu acho que não há prejuízo
374 da continuidade, porque nós temos exclusão de duas condicionantes,
375 apresentação de duas condicionantes, apresentação de dois autos de
376 infração. Quer dizer, são processos que não têm prejuízo de andamento na
377 continuidade da análise de possíveis impactados.” Conselheiro Carlos
378 Eduardo Teixeira Nery: “Como eu estive, de certa forma, afastado dessa
379 discussão e como eu sou da região e acompanho essa questão, eu concordo
380 com o que o Rodrigo falou. Apesar também, eu acho que os entendimentos
381 tanto do Rodrigo quando do doutor Felipe são confluentes. Eu acredito que a

382 agilidade é fundamental. Não há como se protelar uma análise que parece
383 que é o cachorro correndo atrás do rabo. Quando chegamos a uma certa
384 conclusão, essa conclusão anda mais para a frente, e nós temos que
385 adequar essa conclusão. Entretanto, a proposta do Rodrigo no sentido de
386 que se atualizem essas informações através dos nossos meios de
387 verificação é a que naturalmente o Conselho tem que ter. Nós temos um corpo
388 técnico que, presumidamente, pode nos atender, de que a Supram dispõe, e,
389 caso ela não tenha de imediato na questão da expertise social disponível,
390 nós podemos solicitar à SEMAD que nos apoie no movimento de uma força-
391 tarefa que realmente vai fazer essa varredura. É uma questão territorial que
392 pode ser facilmente trabalhada, porque nós temos os dados disponíveis, a
393 base metodológica já foi estabelecida, e os atingidos ou os que vão ser
394 analisados estão nos locais que nós podemos identificar e fazer essa leitura.
395 Eu acho que isso é emergente, porque, realmente, com a dinâmica do
396 licenciamento, as coisas têm mudado muito, até porque o próprio
397 licenciamento mudou muito. As premissas que, originalmente, foram
398 trabalhadas agora estão diferentes. Essa questão de Step 1, Step 2, Step 3 e
399 a variação da modelagem que foi, inicialmente, proposta trouxeram também
400 variações no atingimento. O atingimento não é aquele que nós analisamos
401 na LP. Como nós acompanhamos esse processo, em que há uma polêmica
402 desde o início sobre a questão de como classificar o atingimento, eu acho
403 que precisa fazer uma ação eficaz e imediata para que isso seja atualizado,
404 até porque nós temos que sanar as situações que são importantes não só
405 para os atingidos, mas para a própria empresa, porque a empresa tem que
406 ter uma agilidade. Agora, é uma agilidade que tem que ser compatível com a
407 legalidade e com o atendimento dos direitos que estão
408 envolvidos.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Eu acredito que já tenham sido
409 dados os devidos esclarecimentos para nós votarmos. Eu coloco em votação
410 então, em Assuntos Gerais, a proposta da Supram Jequitinhonha de formar
411 um grupo de trabalho no âmbito desta Unidade Regional Colegiada com fins
412 de analisar o relatório de pendências da Anglo American em relação ao
413 documento apresentado por Elcio Pacheco. Quem concorda com a formação
414 do grupo de trabalho permaneça como está. Aprovado. Só para esclarecer, a
415 composição fica, por enquanto, em aberto, e depois os conselheiros trocam
416 e-mails e vão diligenciar no sentido de formar esse grupo de trabalho. Sobre
417 o segundo aspecto, que era a possível retirada de pautas de itens, já
418 esclarecido pelo assessor jurídico da Supram que não há efeito suspensivo
419 em recurso, portanto, não há prejuízo de votarmos os processos em pauta.
420 Então seguiremos a pauta.” **4) EXAME DAS ATAS DA 96ª REUNIÃO, DE
421 13/10/2015, DA 97ª REUNIÃO, DE 18/12/2015, E DA 98ª REUNIÃO, DE
422 17/2/2016.** Presidente Daniela Diniz Faria: “Em destaque. Em votação as três
423 atas. Quem concorda com o teor permaneça como está.” Conselheiro Felipe
424 Faria de Oliveira: “Abstenção na 97ª e na 98ª, porque eu estava ausente nas

425 reuniões. Se me permite a senhora presidente, eu aproveito, no momento do
426 meu voto, para destacar que, incluindo esta reunião com as três atas que
427 estamos votando aqui, de quatro, três são reuniões extraordinárias,
428 demonstrando que esta URC parece que tem uma predileção muito grande
429 por reuniões extraordinárias, com prazo menor para analisarmos os
430 procedimentos. Então 75%, segundo a média do que nós estamos olhando
431 aqui.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Registrada a abstenção do conselheiro
432 Felipe, da Procuradoria-Geral de Justiça. Aprovadas todas as atas. Eu vou
433 pedir desculpas, pela ordem, porque eu me esqueci de apresentá-los ao
434 novo superintendente da Supram Norte de Minas, que é o Clésio, que está
435 aqui conosco, e será o futuro presidente desta URC, que vem conduzir os
436 trabalhos aqui com vocês. E eu vou pedir que ele se apresente a
437 vocês.” Clésio Cândido Amaral: “Boa tarde a todos. Meu nome é Clésio
438 Cândido Amaral, eu assumi, recentemente, a Supram Norte de Minas. Eu
439 venho do município de Betim, onde sou efetivo na Secretaria de Meio
440 Ambiente há 23 anos, com formação em química e em gestão ambiental,
441 com MBA em auditoria, perícia e mercado de carbono e projetos
442 sustentáveis. A minha formação é toda na área ambiental, e nós viemos pelo
443 Estado até porque o município tem uma larga experiência nos processos de
444 licenciamento. Desde 2002, nós temos convênio com o Estado para
445 licenciamento de empreendimentos de classes 1 a 4. Nós conseguimos, ao
446 longo desses anos, evoluir muito nesses processos de licenciamento. Eu
447 estou à disposição de todos para qualquer coisa, qualquer assunto.” **5)**
448 **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO**
449 **SOBRE O DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA ÁREA DIRETAMENTE**
450 **AFETADA (ADA) E DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) E**
451 **ATUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA (AI) DO**
452 **EMPREENDIMENTO ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL**
453 **S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido; minério de ferro.**
454 **Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. PA**
455 **00472/2007/006/2013, DNPM 830.359/2004 e 832.979/2002. Classe 6.**
456 **Conselheiros: Felipe Faria de Oliveira (PGJ); Denise Bernardes Couto**
457 **(Fiemg) e Alex Mendes Santos (Caminhos da Serra Ambiente, Educação**
458 **e Cidadania).** Presidente Daniela Diniz Faria: “Eu vou começar com o item
459 nº 5 da pauta, que é a apresentação do grupo de trabalho, e após a
460 apresentação eu vou chamar os inscritos relativos a este item e também ao
461 item 7.1. Eu vou dar três minutos para que se manifestem sobre ambos os
462 itens. Eu vou chamar uma pessoa da comunidade e depois um inscrito pela
463 empresa, alternadamente. E nós vamos fazer isso logo após a apresentação
464 do relatório. Os inscritos que nós não vamos chamar serão aqueles que se
465 inscreveram exclusivamente sobre o item 6.2, porque esse item vai voltar
466 com o retorno de vista na próxima reunião, e oportunamente nós
467 discutiremos e abriremos o prazo para os inscritos. Ok? Então eu peço, por

468 favor, ao conselheiro Felipe Faria que faça a apresentação final do relatório
469 sobre o diagnóstico socioeconômico da ADA e da Área de Influência Direta.”
470 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Na verdade, eu pedi até que o
471 microfone ficasse aqui com a Denise, conselheira da Fiemg, porque na
472 verdade esse é um parecer conjunto do grupo de trabalho, não é um parecer
473 do Ministério Público. É um parecer de sete integrantes que compuseram
474 esse GT. Nós vamos falando em conjunto. O Alex, que participou também de
475 forma ativa, não está aqui hoje, mas nós vamos nos complementando. A
476 apresentação aqui para o próprio colegiado eu vou tentar ser bastante breve,
477 sobre o parecer, já que ele ficou exposto no site e todos tiveram a
478 oportunidade de fazer a leitura. Resgatar o contexto. A Diversus tinha feito
479 um estudo em 2011 que se imaginava que poderia contribuir para a análise
480 das pessoas atingidas pelo empreendimento Anglo American, o que
481 redundaria em inclusão ou não no programa de reassentamento, no
482 Programa de Negociação Fundiária. A Supram, durante muito tempo,
483 entendeu que esse estudo, muito embora fosse consistente, não trazia,
484 objetivamente, nomes a serem ou não incluídos no PNF. Trazia um
485 diagnóstico, no entendimento da Supram. Se eu estiver errado, Wesley, por
486 favor, me corrija. Eu estou aqui fazendo uma consideração em nome da
487 Supram apenas para contextualizar. Então a Supram entendia que o estudo
488 era interessante, um bom diagnóstico, mas não trazia, de forma objetiva, os
489 nomes que deveriam ou não ser inseridos no PNF, o que impediu a análise
490 do cumprimento de uma condicionante específica da Licença de Instalação.
491 Após muita discussão no ano de 2013, se não me falha a memória, nós,
492 colegiado, decidimos pela necessidade de ser complementado esse estudo
493 indicando, de forma objetiva, aquelas famílias que sofriam tanto impacto do
494 empreendimento e não poderiam mais permanecer no local e por isso teriam
495 que ser reassentadas; e aqueles que sofriam impactos outros que seriam
496 passíveis ou possíveis de serem compensados ou mitigados, indicando as
497 medidas de compensação ou de mitigação necessárias. Obviamente, se o
498 empreendedor não cumprisse essas medidas de mitigação e de
499 compensação, aí, nós teríamos a prevalência do impacto e a necessidade de
500 eventual remoção, o que pode ser discutido nas etapas posteriores. Posto
501 isso, a Diversus fez um novo estudo de campo e entregou um novo relatório
502 indicando oito famílias. Essas oito famílias foram objeto de votação aqui em
503 2014, salvo engano, e nós já deliberamos pela inclusão dessas famílias no
504 Programa de Negociação Fundiária. Acontece que nesse estudo da Diversus
505 ela também colocou uma série de outros impactos que eram muito
506 importantes, mas que não, necessariamente, demandavam reassentamento
507 imediato das famílias. E propôs algumas medidas de compensação ou de
508 mitigação desses impactos. Como não havia, naquela ocasião, uma pauta de
509 votação dessas outras recomendações, foi feito um grupo de trabalho para
510 deliberar o acatamento ou não dessas recomendações da Diversus, para

511 depois apresentar à URC para essas recomendações ou essas impressões
512 do grupo de trabalho serem validadas ou não pela URC, aqui por todos nós,
513 mediante a inclusão ou não de condicionantes no licenciamento ambiental.
514 Foram sete integrantes no grupo de trabalho. É importante registrar que,
515 muito embora o parecer tenha sido assinado por mim e pela conselheira da
516 Fiemg e pelo conselheiro da ONG Caminhos da Serra, na verdade, as
517 reuniões aconteceram com vários integrantes do GT. De fato, nós três
518 ficamos de uma forma mais presente em todas as reuniões e nas vistorias
519 junto à comunidade. Mas em diversas reuniões o major Valmir, então
520 conselheiro da URC, também participou de algumas discussões; a Andressa
521 participou, o Corinto participou também de algumas. Em todas as vezes que
522 integrantes do GT ou não integrantes do GT estavam presentes, todas as
523 decisões que constam nesse parecer foram tomadas respeitando a regra de
524 deliberação majoritária, que é o que nós trabalhamos aqui no
525 colegiado. Então nós tentamos trazer essa dinâmica de trabalho de
526 colegiado, de voto de maioria, para deliberar aquelas questões que foram
527 postas no GT. A nossa dinâmica foi a seguinte: no início do trabalho, nós
528 discutimos a necessidade da presença da Supram em todas as etapas, que
529 nos acompanhou, de fato, em todas as reuniões, em todas as discussões. Eu
530 fiz contato com um representante da comunidade para que se ele tivesse
531 interesse em indicar ou acompanhar as reuniões, isso antes da primeira
532 reunião do GT; fiz isso, pessoalmente. E a empresa também era informada
533 das reuniões, para que pudesse, inclusive, prestar esclarecimentos para nós.
534 A nossa dinâmica de trabalho foi pegar todas as recomendações da
535 Diversus, aquelas que não relacionadas a reassentamento, que já tinham
536 sido deliberadas, e verificar duas coisas: aquela recomendação já estava
537 atendida ou inserida no licenciamento ambiental, em algum programa ou
538 condicionante? Porque se já estivesse inserida no licenciamento ambiental
539 não tinha porque nós discutirmos a necessidade de reinseri-la. Então
540 aqueles pontos que estavam relacionados a alguma obrigação já
541 internalizada no licenciamento não era necessário nós reinternalizarmos no
542 próprio licenciamento, era necessário que haja a verificação do cumprimento
543 dessas condicionantes. Basicamente, era isso, aquelas que já estavam
544 atendidas, que já tinham sido deliberadas e que já estavam internalizadas.
545 Todas as outras nós passamos a analisar ponto a ponto, discutindo em cima
546 do que a equipe técnica da Supram nos falava sobre os status dos impactos
547 do empreendimento no local e também dos estudos que vinham sendo
548 apresentados e foram apresentados ao longo do histórico do licenciamento.
549 Então basicamente foi essa foi a dinâmica. Se os senhores forem perceber
550 aqui, num primeiro quadro nós colocamos aquelas recomendações da
551 Diversus que, em tese, já estavam atendidas em alguma condicionante
552 ambiental ou em algum programa ambiental. Até agradecer muito a Supram
553 porque a Supram foi responsável por auxiliar e identificar, em especial, os

554 programas a que nós não temos tanto acesso. Então agradecer a Supram
555 pelo auxílio nesse ponto. A partir daí, ressaltamos, no próprio parecer, que
556 havia outra recomendação expressa no estudo da Diversus, que era sobre o
557 reassentamento. Destacamos aqui que já tinha sido objeto de votação. E em
558 alguns casos nós tínhamos alguns quadros de pessoas que tinham que ser
559 contempladas. Eu acho que temos que falar do histórico das nossas
560 deliberações centrais. Antes, o grupo de trabalho, junto com a Supram, foi
561 deliberar em cima de algumas premissas necessárias para que nós
562 pudéssemos ter um bom andamento dos trabalhos. A primeira delas foi a
563 questão do voto de maioria. Então está aqui no parecer do grupo de trabalho,
564 que respeitou a maioria que estava presente no dia da deliberação. Ainda
565 que a pessoa às vezes não assinou no final, na confecção do parecer, nós
566 respeitamos o voto daqueles que estão presentes no momento. E foram
567 discutidas duas premissas. Uma que foi muito polêmica, de fato. Aliás, as
568 duas foram muito polêmicas. Qual o status de vulnerabilidade que seria
569 aceito pelo grupo de trabalho. Foi argumentado, à época, a importância do
570 status de vulnerável indicado pela equipe da Diversus, que é em cima de
571 comunidades tradicionais, pessoas ali residentes. E foi argumentado de outro
572 lado também o fato de que já existia uma metodologia de análise de
573 vulnerabilidade que estava sendo adotado ao longo do histórico de
574 licenciamento ambiental, e que a coerência – não a coerência, mas talvez a
575 isonomia – indicaria a necessidade da manutenção desse critério, dessa
576 metodologia para esse mesmo processo de licenciamento. Já que outras
577 pessoas, nesse mesmo processo, já teriam sido consideradas vulneráveis ou
578 não diante dessa metodologia. Em votação, permaneceu esse segundo
579 entendimento. Então essa foi uma premissa que foi votada primeiro para que
580 nós pudéssemos ter as balizas de como é que iríamos votar as outras
581 recomendações da Diversus. E outra questão que também foi deliberada
582 antes da análise das recomendações foi sobre a incidência cumulativa ou
583 não do TAC de Irapé junto ao PNF, que também impactava diretamente
584 algumas recomendações da Diversus, porque algumas recomendações da
585 Diversus estavam ali com base no fato de que, segundo o TAC de Irapé,
586 aquela pessoa tinha que ser beneficiada por causa disso, isso e isso. Então
587 também foi outra discussão de maior polêmica. Eu vou tentar contextualizar.
588 Eu acho que muitos dos senhores já participaram da discussão sobre a
589 cumulatividade ou não do TAC de Irapé. Quando da Licença de Operação,
590 isso foi muito discutido entre mim e o Wesley e o Rodrigo. De um lado, existe
591 um argumento no sentido de que houve uma condicionante falando que
592 deveria se atender, no mínimo, o TAC de Irapé, para preservar a não
593 monetarização exclusiva, em especial, dos reassentamentos. De outro lado,
594 existe o entendimento de que, posterior a essa condicionante, foi
595 apresentado um PNF votado pela URC. Então, de acordo com esse segundo
596 posicionamento, aquilo que divergia entre o TAC de Irapé e o PNF a URC

597 teria absorvido já em atenção a essa condicionante, que é anterior à
598 deliberação da URC, e, portanto, o PNF seria suficiente. Não sei se me fiz
599 entender, tentei sintetizar ao máximo aqui esse contexto. Prevaleceu
600 também esse segundo entendimento. Então essas duas premissas balizaram
601 as nossas deliberações em cima dos quadros de recomendações da
602 Diversus. Peço a gentileza ao pessoal da Supram, à Denise ou até a outros
603 conselheiros que participaram das discussões do GT. Às vezes eu estou
604 pulando algum ponto, e vou tentar também não ser muito exaustivo, se não
605 nós vamos ter que ler o parecer, que eu acho que é algo que vai ser muito
606 mais cansativo para todos nós. Em primeiro, lugar, de uma maneira um
607 pouco mais simples, foram apontadas algumas obrigações que se entendia
608 como necessárias a serem internalizadas no licenciamento ambiental. Por
609 exemplo, ‘realizar programa de apoio à produção, monitoramento
610 socioeconômico, para aferir a efetivação das ações desenvolvidas’. Aí a
611 deliberação do GT foi: ‘O diagnóstico da Diversus aponta a ocorrência de
612 perdas produtivas, mas não há informações sobre quantias monetárias que
613 cada família teria perdido’. Então seria um pouco difícil se mensurar valores
614 específicos em razão de perda produtiva – não estamos falando de outras
615 coisas não – para cada família, de forma individualizada. Houve um
616 consenso acerca da ‘necessidade de a comunidade ser incluídas no
617 programa de reestruturação produtiva, a ser modulado, especificamente, às
618 suas peculiaridades e demais dados identificados no estudo da Diversus’.
619 Então houve uma sugestão de condicionante cuja redação ficou da seguinte
620 forma: ‘Elaborar e executar programa de reestruturação produtiva
621 observando-se as peculiaridades e demais dados identificados no estudo da
622 Diversus, que deverão ser contemplados no programa às famílias que
623 utilizaram os recursos dos córregos Pereira ou Passa Sete ou que foram
624 prejudicados em decorrência do assoreamento dos referidos cursos d’água.
625 Prazo: 180 dias para elaboração do programa, e execução, conforme
626 cronograma a ser executado’. Isso aqui em razão das perdas produtivas
627 decorrentes do assoreamento dos cursos d’água, o que nós discutimos de
628 forma muito exaustiva quando da LO. Seria uma forma de resgatar a
629 produtividade daquelas famílias que tenham sido impactadas pela
630 impossibilidade de utilização daqueles cursos d’água ou pela própria
631 destruição de hora ou daquilo que, eventualmente, poderia ter. Tinha outra
632 recomendação, que seria ‘retirar ou adequar sistemas de segurança
633 eletrônica situados no sistema de abastecimento de Água Quente’. São
634 aquelas câmeras de que o pessoal comenta que existe uma invasão de
635 privacidade, porque a câmera do sistema de abastecimento de água acaba
636 permitindo, em tese, a verificação do movimento na comunidade, às vezes,
637 até dentro das casas. Então houve a deliberação pela retirada dessas
638 câmaras, com a seguinte condicionante: ‘Retirar a câmera integrante do
639 sistema eletrônico de segurança localizado no ponto mais alto da comunidade

640 de Água Quente.'Seria a câmara que foca ou poderia focar a comunidade.
641 Permaneceria apenas aquela câmara que está focando o sistema de
642 abastecimento de água, que seria uma medida argumentada para segurança
643 do próprio sistema. Outra recomendação da Diversus seria:'Estender o
644 sistema de fossa séptica, de acordo com o novo sistema, aos domicílios de
645 Passa Sete."Conselheira Denise Bernardes Couto: "Felipe, sobre essa
646 condicionante eu gostaria de falar, mas pode fazer posição, e eu faço a
647 exposição do que talvez poderia ser alterado. Pode ser?" Conselheiro Felipe
648 Faria de Oliveira: "Se for alterar o texto, quando formos dar conclusão, nós
649 discutimos se o texto pode ser aprimorado."Conselheira Denise Bernardes
650 Couto: "Eu estou com uma proposta de aprimoramento de texto, não muda a
651 essência, mas é um aprimoramento."Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
652 "Eu vou passar pela exposição do parecer,e na hora das condicionantes nós
653 vamos ter que abrir para os senhores também, para verificarem se têm
654 interesse incluir condicionante ou não também. E a Denise fica à vontade
655 para ir complementando também, já que é coletivo o trabalho. A
656 recomendação seria:'Estender o sistema de fossa séptica aos domicílios de
657 Passa Sete'. O GT entendeu a necessidade de serem implantadas as fossas
658 sépticas na comunidade de Passa Sete, que iriam beneficiar não apenas as
659 famílias ali residentes, mas também o próprio meio ambiente. A empresa
660 argumentou que vinha enfrentando dificuldades em instalar as fossas nessas
661 comunidades em razão de própria recusa dos moradores.Foi o argumento da
662 empresa. O que nós colocamos foi o seguinte. Considerando que nenhum
663 morador está submetido ao licenciamento ambiental, mas, sim, a empresa,
664 no âmbito do licenciamento, nós só podemos obrigar a própria empresa. Nós
665 não conseguimos nesse licenciamento obrigar terceiros que não a
666 empresa.Então, em razão disso, prevaleceu o entendimento pela seguinte
667 condicionante: 'Implantar nos domicílios integrantes da comunidade de
668 Passa Sete o sistema de fossa séptica implantado em Água Quente,
669 estendendo-se a esses novos domicílios todas as obrigações de manutenção
670 e auxílio já previstas para a comunidade de Água Quente. Prazo: um ano.
671 Uma ressalva na própria condicionante: 'A empresa ficará desobrigada de
672 implantar sistema de fossa séptica em determinado domicílio caso comprove,
673 documentalmente, que houve recusa do posseiro ou proprietário da área
674 correspondente'. Essa ressalva no texto da condicionante foi em razão
675 daquilo que eu disse, nós não podemos obrigar, no âmbito desse
676 procedimento de licenciamento ambiental, terceiros que não a própria
677 empresa. Havia aqui uma recomendação de substituição das fossas sépticas
678 pelo modelo desenvolvido pela Embrapa. O GT tinha pedido, em um primeiro
679 momento, que a Anglo American procedesse 'um diagnóstico de campo a fim
680 de avaliar as reclamações e os eventuais defeitos ocorridos nas fossas
681 sépticas instaladas'. 'Foi constatado que houve erros de instalação das
682 fossas,realizando sua substituição ou o seu conserto, conforme a

683 necessidade, caso a caso. E foram implantadas também valas de infiltração
684 de forma a melhorar o funcionamento das fossas. Após essas intervenções,
685 segundo a empresa, não houve mais reclamações a respeito do
686 funcionamento das fossas sépticas'. No que se refere especificamente à
687 substituição pelo modelo desenvolvido pela Embrapa, que era a sugestão da
688 Diversus, foi relatado pela empresa, e isso foi confirmado pela equipe técnica
689 da Supram, que esse modelo gera maiores dificuldades de manutenção,
690 então isso seria talvez pouco aconselhável. Então o próprio grupo de
691 trabalho entendeu que essa recomendação do modelo da fossa séptica não
692 seria pertinente. Então esse item teria sido solucionado. Essas seriam já
693 algumas condicionantes de que houve a sugestão de inserção em razão das
694 recomendações da Diversus. Após isso, passou-se para a análise de
695 quadros de pessoas que deveriam ou não ser incluídas no PNF, em
696 determinada categoria, em razão daquilo que foi diagnosticado pela própria
697 Diversus. Então a diversos tinha quadros de pessoas, por exemplo, pessoas
698 que seriam inseridas no PNF como trabalhadores, negociações que
699 deveriam ser vistas conforme o TAC de Irapé, posseiros que não foram
700 considerados no PNF, e por aí vai. E nós fizemos a deliberação nome a
701 nome. Eu não sei se poderia fazer a leitura nome a nome aqui." Presidente
702 Daniela Diniz Faria: "Eu gostaria que fizesse, e antes até de ouvir os inscritos
703 e pôr em votação..." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Senhora
704 presidente, porque o nome a nome aqui nós falamos, inclusive, porque a
705 pessoa não teria sido inserida, e na conclusão tem o nome das pessoas
706 inseridas. Mas se for o caso então eu faço a leitura de todos os
707 nomes." Presidente Daniela Diniz Faria: "Em consideração ao público que
708 está aqui com interesse, eu acho interessante que a leitura seja
709 feita." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Então vamos lá. O primeiro
710 quadro foi de núcleos familiares vulneráveis, que negociaram antes do PNF e
711 devem ter sua negociação revista. Esse era o título do quadro no estudo da
712 Diversus. O primeiro nome é Alberto Magno Silva. Eu vou constar como está
713 no parecer. 'Por ter sido feito laudo de vulnerabilidade e ter sido constatado
714 que não era vulnerável, entendeu-se que não seria o caso de incluir no PNF'.
715 Isso em razão daquela premissa de que eu falei que prevaleceu no sentido
716 de que o laudo de vulnerabilidade, conforme a metodologia que estava
717 sendo utilizada antes, continuaria tendo a sua utilização considerada pelo
718 grupo de trabalho em razão da coerência com os casos anteriores.
719 Entretanto, ainda referente a Alberto Magno Silva, 'a Diversus apontou
720 também que, em sua propriedade, trabalhava a pessoa de Geraldo Ediney, a
721 qual não foi contemplada como trabalhador permanente pela Anglo
722 American. 'Considerando que a situação do Sr. Geraldo Ediney consta de
723 outra tabela, sua situação foi discutida no item próprio.' 'Anísio Simões
724 Pimenta. Por ter sido feito laudo de vulnerabilidade e ter sido considerado
725 que não é vulnerável, entendeu-se que não seria o caso de inseri-lo no PNF.

726 'Elcio dos Santos Pereira. Por ter sido feito laudo de vulnerabilidade e ter
727 sido constatado que não é vulnerável, entendeu-se que não seria o caso de
728 inseri-lo no PNF. Entretanto, a Diversus apontou também que em sua
729 propriedade trabalhava a pessoa de Sidney dos Santos, o qual não foi
730 contemplado como trabalhador permanente pela Anglo American.
731 Considerando que a situação do Sr. Sidney dos Santos consta de outra
732 tabela, sua situação foi discutida no item próprio. Fernando Bicalho Pimenta.
733 O laudo elaborado a pedido da Anglo American concluiu pela vulnerabilidade
734 deste núcleo familiar. Dessa forma, o GT deliberou pela necessidade de sua
735 negociação ser readequada ao PNF. Então essas são pessoas que tinham
736 negociado anteriormente, e apenas no caso do senhor Fernando Bicalho
737 houve a necessidade de inserção no PNF porque o laudo de vulnerabilidade
738 teria assim indicado. Aí eu faço uma ressalva que eu acho importante que
739 haja deliberação até específica: 'A situação de Fernando Bicalho demanda
740 análise específica. Em razão de ter sido elaborado novo laudo de
741 vulnerabilidade...' Eu vou explicar porque é mais fácil entender. Na realidade,
742 é o seguinte. O laudo de vulnerabilidade do senhor Fernando indicava que
743 ele era vulnerável, por isso ele tinha que ser inserido no PNF. Acontece que
744 a Anglo tinha negociado com ele anos atrás. Então, com o dinheiro da
745 negociação, ele adquiriu outra propriedade, já estava tocando a vida dele.
746 Nós chegamos à casa dele, conversamos com ele, especificamente. E pelo
747 PNF, ao considerá-lo vulnerável, ele deveria receber outro imóvel para poder
748 habitar, além de ser indenizado financeiramente. E ele não queria, de forma
749 alguma, porque já tinha criação nesse novo local. Então fica aquela questão
750 a ser deliberada aqui pela URC. Seguir o PNF à risca significa que tem que
751 ser dada outra área para ele. Ele manifestou, na nossa presença – eu, a
752 Denise, o Rodrigo, o Alex e outras pessoas que estavam lá – que prefere ser
753 indenizado cumulativamente por essa área. Isso não é previsto no PNF.
754 Registro, mais uma vez. Como ela já tinha construído, já tem propriedade, já
755 tem criação nessa área específica, ele prefere ser indenizado
756 financeiramente. Então, particularmente, eu achei que atenderia mais ao
757 interesse dele, impactado, e nós fizemos essa ressalva. E outro detalhe: o
758 laudo de vulnerabilidade remonta à época em que ele negociou, e agora ele
759 já tem condições mais concretas de discernir aquilo que é interessante ou
760 não para ele, ser indenizado ou receber a propriedade. Então diante dessa
761 peculiaridade, em especial, em razão de o Fernando já ter adquirido imóvel
762 próprio decorrente de anterior negociação feita com o empreendedor, o que
763 lhe garante a permanência das atividades rurais, caso tenha interesse, que é
764 outra premissa do PNF – a pessoa não ser só indenizada, mas também
765 receber terra para que possa permanecer com a lida rural. Nesse caso, ele já
766 adquiriu uma nova terra, já tem essa permanência nas atividades rurais –, o
767 GT entendeu ser possível que os benefícios do PNF, especificamente, com
768 relação ao Fernando Bicalho, possam ser indenizados, exclusivamente no

769 que toca ao imóvel e às benfeitorias devidas, respeitando todos os valores
770 indicados no próprio PNF e descontados em eventuais quantias já
771 adiantadas. Os demais benefícios do PNF deverão ser disponibilizados ao
772 Fernando de forma ordinária. Por exemplo, do PNF consta cesta básica,
773 consta assistência produtiva. Tudo isso ser disponibilizado para ele de forma
774 normal, na propriedade em que ele já se encontra. Só na questão das
775 benfeitorias e do novo imóvel ele deve ser indenizado, porque não teria
776 sentido nesse caso. É uma peculiaridade dele.”Sr. José dos Santos Pereira
777 (Zezeco). Por ter sido feito laudo de vulnerabilidade e ter sido constatado que
778 não é vulnerável, entendeu-se que não seria o caso de inseri-lo no PNF.
779 Maria Andreza Ferreira Soares. Quando do início dos trabalhos do GT ainda
780 não havia sido elaborado qualquer laudo de vulnerabilidade. À época das
781 negociações, Maria Andreza residia com seu irmão (o qual procedeu a
782 negociação junto à empresa). Entretanto, a empresa entendeu que a ela não
783 caberia qualquer direito (Maria Andreza recebeu valores referentes a uma
784 aquisição de terras, mas não se confundem com os fatos analisados, mas, sim,
785 possíveis direitos relacionados à sua situação junto à residência do irmão).
786 Diante desse cenário, deliberou-se pela necessidade de ser elaborado laudo
787 de vulnerabilidade referente ao núcleo familiar de Maria Andreza, bem como
788 cadastro social a fim de averiguar a relação que ela mantinha com seu irmão
789 à época das negociações (se exercia posse, trabalhava como meeira ou
790 qualquer outra forma, etc.). Caso fosse considerada vulnerável, deveria ser
791 realizada a sua inclusão no PNF. Nesse ínterim, a empresa elaborou o laudo
792 de vulnerabilidade, vindo a concluir que ela não era vulnerável’. Maria Sores
793 Pimenta. A mesma coisa, não havia laudo de vulnerabilidade, então
794 deliberou-se pela necessidade de ser feito um laudo específico do núcleo
795 familiar. A consultoria específica para elaboração de laudos de
796 vulnerabilidade o fez e considerou a senhora Maria Soares como não
797 vulnerável. Ronaldo Bicalho Pimenta. Foi feito laudo de vulnerabilidade,
798 considerando-o não vulnerável, e por isso a sua não inclusão no PNF.
799 Sebastião Pires da Silva. O laudo elaborado concluiu pela vulnerabilidade de
800 seu núcleo familiar, então o GT deliberou pela necessidade de sua
801 negociação ser readequada ao PNF. Sebastião Simões Pimenta tinha laudo
802 de vulnerabilidade e foi considerado não vulnerável. E para Valdemiro
803 Pereira dos Santos não havia laudo de vulnerabilidade, por negociado área
804 superior a 20 hectares, que é uma premissa que nós discutimos muito. Então
805 deliberou-se pela necessidade de elaboração desse laudo. Nesse
806 ínterim, constatou que não era vulnerável. Ainda nesse caso, a Diversus
807 indicou que um dos filhos de Valdemiro recebeu benefício da Anglo
808 American, segundo a empresa, por liberalidade própria. E o outro filho, o Sr.
809 Magno Pereira, não teria recebido. Entretanto, considerando que a situação
810 do senhor Magno consta de uma outra tabela, ela foi analisada num item
811 próprio. Nesse ponto, ficou alguma coisa em aberto? Outra tabela era de

812 núcleos familiares que não negociaram e deveriam ser incluídos no PNF. O
813 primeiro nome seria do Sr. Adenilson dos Santos Pereira. Aqui havia uma
814 discussão muito grande se o Sr. Adenilson tinha posse autônoma ou não. Se
815 tinha posse autônoma, ele deveria ser contemplado no PNF de forma
816 autônoma. A sua mãe tinha sido considerada não vulnerável. Nós fizemos
817 vistoria em campo, identificamos que, especificamente, nesse caso, nas
818 peculiaridades que tinha, existia uma posse completamente destacada do Sr.
819 Adenilson. Ele tinha uma unidade produtiva absolutamente autônoma, por
820 isso ela exercia posse autônoma ali e por isso deveria ser incluído no PNF
821 como posseiro. A doutora Denise pediu para constar expressamente como
822 voto vencido,o da conselheira da Fiemg. Antônio Soares Fernandes:a
823 recomendação da Diversus,no sentido de que o Sr. Antônio deveria ser
824 inserido no PNF, porque ele teria ficado isolado uma vez que outras
825 propriedades foram adquiridas no seu entorno. No TAC de Irapé existe essa
826 determinação de que, se houver aquisição de outras propriedades, a pessoa
827 ficar relativamente isolada, fora daqueles com quem antes convivia, deve ser
828 reassentado. Voltando aqui à premissa da cumulatividade ou não do TAC de
829 Irapé, por causa disso, entendeu-se que não haveria necessidade de sua
830 inclusão. De todo modo, nós procedemos a vistoria em campo, conversamos
831 com o senhor Antonio Soares, discutimos internamente,e a equipe da
832 Supram também.A principal angústia dele ou crítica de impactos é referente
833 à questão hídrica, que na sua percepção era decorrente do
834 empreendimento,que impedia a sua permanência. Mas foram feitos os
835 estudos, e a equipe técnica da Supram analisou,demonstrando que na
836 verdade o imóvel do Sr. Antônio Soares fica em outra bacia de drenagem.
837 Então, em tese, não haveria essa interferência. Em razão disso, em razão da
838 premissa estabelecida no TAC de Irapé, concluiu-se pela sua não inclusão
839 no PNF. Sra. Darcília Pires de Sena. O caso da senhora Darcília é em razão
840 de uma possível posse adquirida na região de Passa Sete, onde ela atuava
841 como meeira. Não há qualquer identificação em qualquer estudo em
842 qualquer área ela exerceu essa posse.Os irmãos de Darcília que foram
843 indenizados negociaram com a empresa em razão de posses exercidas em
844 outros locais. Então aonde se imagina que Darcília tinha posse não se tinha
845 nenhum tipo de informação, nenhum tipo de dado. Então constatou-se que
846 Darcília exerce atividade de plantio em propriedade que pertence à Anglo
847 American, com permissão da empresa, a qual afirmou que, a princípio, ira
848 encerrar essa relação a fim de evitar novos conflitos e desentendimentos. Sr.
849 Geraldo Ediney. O GT deliberou por acatar a recomendação da Diversus e
850 estabelecer a obrigação de inclui-lo no PNF como trabalhador permanente.
851 São aqueles casos em que a Diversus indicou, de forma muito clara, que a
852 pessoa trabalhava ali,e então devia ser incluída no PNF, na condição de
853 trabalhador. Sr. Dion Pedro de Souza. O GT deliberou por acatar a
854 recomendação da Diversus e estabelecer a obrigação de inclui-lo no PNF

855 como trabalhador permanente. Sr. Magno Pereira dos Santos. Gerou uma
856 grande discussão também no GT. Situação semelhante à do Adenílson,
857 aquele que nós tínhamos que verificar se exercia ou não posse autônoma,
858 para ver se ele tinha direito ou não de inclusão no PNF, já que, como
859 herdeiro, ele não tinha, porque o seu pai não foi considerado vulnerável. A
860 empresa negociou com o seu genitor, foi livre negociação; não foi via PNF,
861 foi negociação livre entre as partes, porque não foi considerado vulnerável.
862 Nós fomos à residência dele e dialogamos com ele e sua família. A situação
863 do Magno envolve duas questões. Uma é o fato de seu irmão ter sido
864 contemplado com um imóvel distinto do que envolve seu pai. Ou seja, além
865 da negociação da empresa com o pai, tem outro imóvel com o irmão dele. E
866 vem com uma discussão se ele exercia ou não plantio ou posse autônoma
867 em outra área. No que diz desrespeito ao seu irmão Wagno ter recebido
868 benefícios via PNF, não há dúvida de que ele recebeu, mas o GT não
869 conseguiu encontrar nenhum indicativo de que esses benefícios foram
870 decorrentes da incidência de sua situação. Ou seja, a empresa fez uma
871 negociação com ele, mas não dá para identificar se é por causa do PNF, o
872 que não nos permite presumir de que todos os filhos tanto do Magno quanto
873 do Wagno eram vulneráveis. Porque um dos argumentos era o seguinte: se
874 um dos irmãos recebeu era porque os dois eram vulneráveis, então o
875 Magno também tem que receber. Nós não conseguimos identificar esse link
876 entre esse benefício e o PNF. Na verdade, a princípio, ele recebeu isso em
877 razão de uma situação de risco que vivenciava lá com sua família, e a
878 empresa então teria concedido isso a ele. Um risco social. No que se refere à
879 visita pessoal e à posse autônoma, o grupo de trabalho, ao deliberar, não
880 conseguiu identificar indicativos de posse autônoma na área da residência do
881 seu genitor, fazendo com que a negociação de toda a área em que o pai dele
882 exercia toda a posse ficasse abrangida por aquela negociação originária.
883 Sidney dos Santos. O GT deliberou por acatar a recomendação da Diversus
884 e estabelecer a obrigação de inclui-lo no PNF como trabalhador permanente.
885 Maria Adélia Martins e Lucas Simões dos Santos. Segundo Diversus, Maria
886 Adélia teria direito de ser incluída no PNF em razão de ser viúva de um ex-
887 posseiro, que faleceu em 2002, enquanto Lucas seria filho desse mesmo
888 posseiro. A princípio, não tivemos registro do local em que essa posse foi
889 exercida pelo marido da Sra. Maria Adélia e pai de Lucas Simões, ou mesmo
890 o que foi feito com o local após 2002. Há possibilidade de a área então
891 ocupada ter sido abandonada, interrompendo o exercício da posse contínua,
892 o que repercutiria no direito pleiteado. Nós não tínhamos nenhum tipo de
893 informação de qual área, qual era a relação, então o GT não conseguiu
894 deliberar pela inclusão no PNF. Eusmar Mendes de Oliveira. O GT deliberou
895 por acatar a recomendação da Diversus e estabelecer a obrigação de inclui-
896 lo no PNF como trabalhador permanente. Isso em relação aos quadros. Além
897 disso, algumas questões, nós entendemos que estavam muito rarefeitas para

898 que fossem deliberadas, inclusive algumas coisas dos quadros. Então nós
899 fizemos, em duas oportunidades distintas, vistorias in loco junto às famílias e
900 às comunidades. Em uma delas, priorizamos as famílias das quais ainda
901 tínhamos dúvidas se a pessoa exercia ou não posse autônoma, qual era a
902 situação de vulnerabilidade, e as conclusões já estão inseridas naquilo que
903 eu acabei de ler. E fomos também discutir de forma coletiva com a
904 comunidade, apresentar algumas das deliberações, ou pelo menos essa era
905 a pretensão, e discutir a condicionante 36 da Licença de Operação. Uma vez
906 que tinha sido informado ao grupo de trabalho que estavam havendo
907 algumas dificuldades para instalação da estação de tratamento de água para
908 abastecer Água Quente e Passa Sete, por resistência da comunidade. Então
909 nós fomos lá, e a doutora Denise até pediu para constar de forma expressa
910 que, ‘na percepção da conselheira da Fiemg, presente da vistoria, a falta de
911 autorização dos membros da comunidade para instalação da ETA gera
912 impossibilidade do cumprimento das condicionantes 36 e 37 da Licença de
913 Operação’. Nós fizemos a ressalva aqui, porque eu e Alex entendemos que
914 este parecer não deveria indicar se deveria ser ou não excluída a
915 condicionante, mas que, se fosse feito mediante pedido da empresa, isso
916 seria discutido em momento oportuno.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
917 “Mas vocês também averiguaram que a dificuldade existia, que ela
918 existe.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “De fato, nós perguntamos, e foi
919 manifestação unânime de que a comunidade, a princípio, não permitiria a
920 instalação de ETA em áreas particulares ali. Isso, de fato, foi constatado. O
921 que nós divergimos foi só se deveria ou não indicar a exclusão de
922 condicionante com base nisso. Mas na questão fática não existe dúvida,
923 realmente foi constatado, toda a comunidade, na nossa presença,
924 manifestou que, a princípio, não permitiria que a empresa instalasse
925 qualquer tipo de estrutura nas suas propriedades. Além disso, os moradores
926 informaram algumas angústias e receios, alguns dos quais nós já tínhamos
927 abordado nos itens anteriores, como questão de privacidade com sistema de
928 câmera, questão de impacto nos recursos hídricos, o que nós já tínhamos
929 apontado como sendo inserido em condicionante específica. Mas também
930 colocaram muitas angústias referentes a rompimento de barragem de rejeito.
931 Porque a nossa visita foi posterior ao rompimento da barragem da Samarco,
932 então todo esse assunto estava muito à tona. Então pediram que fossem
933 feitas apresentações de dam break, que são simulações das áreas atingidas
934 em caso de rompimento da barragem, que fosse apresentado o plano de
935 ações emergenciais. Enfim, que fosse feita uma discussão junto à própria
936 comunidade sobre a temática de segurança das barragens, do impacto que o
937 eventual rompimento dessas barragens poderia gerar naquelas comunidades
938 que estão à margem do curso d’água; e que é a área natural de drenagem
939 de rejeitos. O GT solicitou diversas informações à Anglo American. Todas
940 aquelas que a comunidade pediu nós pedimos que fossem apresentadas à

941 própria comunidade também. No que se refere a disponibilidade hídrica, a
942 empresa apresentou um estudo de disponibilidade com indicadores, na sua
943 percepção, conservadores, que demonstram que, mesmo com a operação
944 do empreendimento, há disponibilidade dos recursos hídricos no córrego
945 Passa Sete para as comunidades e seus usos tradicionais. Nós até
946 colocamos como anexo ao parecer, porque é um documento da empresa,
947 não é nosso. Nesse mesmo estudo, foi indicado ainda a viabilidade de
948 captação alternativa em corpo hídrico existente na bacia de São José e que
949 não sofre interferência do empreendimento. Isso porque já existia muita
950 angústia por parte dos moradores se a operação do empreendimento iria
951 comprometer ainda mais a disponibilidade hídrica em razão do rebaixamento
952 do lençol freático. Quer dizer, abaixo do lençol freático, se consegue captar
953 por poços ou captações muito profundas, ou se até mesmo haveria uma
954 perda de disponibilidade hídrica dos cursos d'água. Então por isso que nós
955 pedimos esse estudo de disponibilidade hídrica. A Supram também analisou
956 esse estudo e nos informou que, aparentemente, o estudo estava correto. Já
957 com relação ao fornecimento de água potável, foi entregue um relatório de
958 monitoramento da qualidade da água do sistema de abastecimento de água
959 da comunidade, indicando potabilidade. Em duas ocasiões, houve a
960 indicação de alteração de parâmetros com a correção. A equipe da Supram
961 também analisou os parâmetros dos monitoramentos apresentados pela
962 empresa. Quanto aos aspectos de segurança da barragem, a empresa fez
963 uma apresentação para o GT. Eu acho que seria muito importante depois
964 essa mesma apresentação de dambreak, do plano de ações emergenciais,
965 fosse feita aqui para o Colegiado, para que fosse dado conhecimento a todos
966 que deliberam sobre o procedimento de licenciamento ambiental, e também
967 junto às comunidades, conforme nos foi informado, tendo instalado sistema
968 de alarmes sonoros, realização de treinamentos, além de outras medidas
969 indicadas nos planos de ações emergenciais. Nós sabemos que esse item
970 não era um item que estava no escopo do trabalho, porque o escopo do
971 trabalho era deliberar em cima das recomendações da Diversus, mas nós
972 quisemos fazer esse registro aqui porque foi um tema de muita angústia das
973 comunidades, e nós não poderíamos simplesmente ouvir aquilo que eles
974 colocavam como sendo uma preocupação e deixar de colocar no relatório, já
975 que nós estávamos atuando ali, na verdade, como porta-vozes de todo o
976 Colegiado. Então também para trazer as informações que nós,
977 eventualmente, captássemos lá para o próprio Colegiado aqui. Já partindo
978 para as conclusões, senhora presidente, me parece que a doutora Denise
979 quer fazer uma retificação. Eu vou ler, Denise, e, na hora em que for fazer a
980 retificação, você me corrija. As conclusões do trabalho do GT eu falei de
981 forma muito resumida e espero que tenham sido suficientes. Em primeiro
982 lugar, algumas ressalvas. Esse parecer teve por base as delimitações,
983 informações e recomendações elaboradas pela Diversus e apresentadas

984 aqui na URC. Ou seja, aquele era o escopo do trabalho, o GT não adentrou
985 em deliberações fora do escopo que foi definido pela URC mediante votação.
986 Nós ficamos em cima daquilo que a votação determinou. Tanto que as
987 questões de segurança, por exemplo, a necessidade de apresentação de
988 dambreak etc., nós registramos aqui, mas, como não tinha essa deliberação,
989 nós não colocamos como uma inclusão. E nós podemos discutir isso aqui
990 agora mediante essa nova informação. Eventuais problemas. É aquilo que eu
991 discuti um pouco em Assuntos Gerais. Eventuais problemas e fatos
992 posteriores ao trabalho da Diversus não foram incluídos no presente
993 documento, por questões de método. Ou seja, o nosso foco foi em cima da
994 realidade que o estudo da Diversus retratou. O empreendimento é dinâmico.
995 Se houve fatos posteriores àquele estudo e, conseqüentemente, não
996 constam no estudo, nós não conseguimos deliberar, porque nós não
997 tínhamos documento. Foi o que eu comentei, que impactos novos nós
998 precisamos de um substrato para poder discutir em cima. E as conclusões
999 apresentadas não impedem que a eventual pessoa que entenda direitos
1000 individuais em face do empreendedor possa pleitear judicialmente. Isso aqui
1001 são impressões do grupo de trabalho, que foram feitas de forma deliberativa
1002 majoritária e que não impedem que as pessoas, sendo impactadas, também
1003 possam pleitear os seus direitos. Então o grupo de trabalho se manifestou
1004 pela inclusão das seguintes conclusões na Licença de Operação do Step 1
1005 do empreendimento da Anglo American. '1) Elaborar e executar programa de
1006 reestruturação produtiva, observando-se as peculiaridades e demais dados
1007 identificados no estudo da Diversus. Deverão ser contemplados no programa
1008 as famílias que utilizavam os recursos dos córregos Pereira ou Passa Sete
1009 ou que foram prejudicadas em decorrência do assoreamento dos referidos
1010 cursos d'água. Prazo: 180 dias para elaboração do programa, e execução
1011 conforme cronograma a ser apresentado.' '2) Retirar a câmara integrante do
1012 sistema de segurança localizado no ponto mais alto da comunidade de Água
1013 Quente. Prazo: 30 dias.' '3) Incluir no PNF, ou rever eventuais negociações
1014 já realizadas de forma a compatibilizá-las ao PNF, os seguintes núcleos
1015 familiares, conforme diretrizes indicadas no estudo apresentado pela
1016 Diversus na 89ª URC: Fernando Bicalho Pimenta, Sebastião Pires da Silva,
1017 Geraldo Ediney, João Pedro de Souza, Sidney dos Santos, Eusmar Pereira
1018 de Oliveira. Prazo: 1 ano'. '4) Incluir no PNF, na qualidade de posseiro,
1019 Adenilson dos Santos Pereira, observando a caracterização de seu núcleo
1020 familiar no estudo apresentado pela Diversus na 89ª URC. Prazo: 1 ano.' '5)
1021 Implantar, nos domicílios integrantes da comunidade de Passa Sete, o
1022 sistema de fossa séptica implantado em Água Quente, estendendo-se a
1023 esses novos domicílios todas as obrigações de manutenção e auxílio já
1024 previstos para a comunidade de Água Quente. Prazo: 1 ano. A empresa
1025 ficará desobrigada de implantar o sistema de fossa séptica em determinado
1026 domicílio case comprove, documentalmente, que houve recusa do posseiro

1027 ou proprietário da área correspondente.’ Conselheira Denise Bernardes Couto:
1028 “Doutor Felipe, foi na verdade um refinamento dessa redação, que
1029 seria: ‘Implantar nos domicílios de Passa Sete o sistema de fossa séptica
1030 implantado em Água Quente, bem como estender as obrigações de
1031 manutenção e auxílio quanto ao funcionamento das fossas. Prazo: 1 ano’. Aí,
1032 fazendo a ressalva: ‘Para cumprimento da obrigação, a empresa deverá
1033 encaminhar notificação aos interessados para que esses manifestem seu
1034 interesse. A ausência de manifestação dos interessados, notificados em até
1035 30 dias, desobrigará a empresa do cumprimento da obrigação’. É a mesma
1036 obrigação, mas houve um refinamento da redação.” Conselheiro Felipe Faria
1037 de Oliveira: “Com a primeira parte eu concordo, ficou melhor, ficou mais
1038 claro. Com a ressalva é que eu fiquei um pouco na dúvida. Qual era a
1039 preocupação nossa? Já democratizando a discussão que nós tivemos. Com a
1040 primeira parte eu concordo, acho que ficou bem mais claro. Existe,
1041 realmente, essa discussão. Nós não podemos obrigar, nesse processo de
1042 licenciamento ambiental, uma pessoa que não seja aquela que está se
1043 submetendo ao licenciamento. Aqui nós estamos vinculando alguém a uma
1044 medida administrativa em razão de uma licença administrativa que ela
1045 também está pedindo. Então por isso é que nós não podemos falar para
1046 implantar numa propriedade alheia, à força. E a empresa pode falar: ‘E se a
1047 pessoa não quiser?’ Então comprove, documentalmente, que a pessoa não
1048 quer. Aí, nós podemos até aceitar que foi em razão da sua escolha e, sim, da
1049 do proprietário da área. Por isso que colocamos ‘comprovar,
1050 documentalmente’. Eu, pessoalmente, acho que é preferível o ‘comprovar,
1051 documentalmente’, como nós tínhamos discutido antes, para a empresa
1052 verificar qual a forma de documentar isso, até às vezes junto à própria
1053 Supram, porque nós estabelecemos um rito de notificação.” Conselheira
1054 Denise Bernardes Couto: “Aí, no caso, seria estabelecer um rito a ela,
1055 porque ela notifica da forma que acha que tem que ser. Enfim, tem também
1056 que garantir, de determinada forma, o próprio direito, mas também garantir o
1057 lado da empresa também. Por isso que eu estou falando, fazer essa
1058 notificação. No caso de em 30 dias não responder, não tendo documentado
1059 e não comprovando que não houve essa autorização, a empresa já vai ficar
1060 desobrigada, como ficaria na redação que colocamos anteriormente. Só que
1061 não colocamos nenhum prazo, não colocamos nada. Então foi, basicamente,
1062 isso, apenas refinar essa situação.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves:
1063 “Eu concordo com a doutora Denise em face da dificuldade de se comprovar,
1064 documentalmente, a negativa do proprietário. Se não houver um
1065 procedimento em que a empresa notifica o proprietário e se estabelece um
1066 prazo para, não havendo recusa, dar-se por negado, realmente é muito difícil
1067 produzir documento que comprove a intenção de fazê-lo e a vedação por
1068 parte do proprietário do imóvel.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Eu gostaria
1069 e acho que é importante, nesse caso, de ouvir a empresa. Eu gostaria de

1070 saber se algum conselheiro que participou do GT quer fazer mais alguma
1071 colocação, e em seguida eu já peço à empresa para, por favor, se
1072 manifestar. A comunidade vai se manifestar, e eu vou chamar os inscritos e a
1073 empresa, porque está no âmbito da discussão e é importante ouvi-
1074 los.”Conselheira Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “Eu gostaria só de
1075 fazer uma pergunta ao doutor conselheiro Felipe. Tem uma coisa que me
1076 preocupa muito, doutor Felipe. Por exemplo, nós sabemos que naquela
1077 reunião que nós fizemos foi sugerida a implantação de um sistema de
1078 tratamento de água. Segundo a empresa, esse sistema está adquirido, mas
1079 a comunidade não quer receber. Aí, quando nós colocamos como uma
1080 condicionante a questão do programa de reestruturação produtiva, eu
1081 pergunto o seguinte: essas famílias querem participar desse
1082 programa?”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Quando nós discutimos, na
1083 época, essa foi uma das primeiras reuniões nossas, essa discussão sobre
1084 essa questão do programa de reestruturação produtiva. Eu lembro que nós
1085 discutimos – e a empresa até participou dessa discussão também e a
1086 Supram – foi no sentido de que esse programa vai ser disponibilizado. A
1087 pessoa vai aderir ou não ao programa. O programa é indicação de como
1088 aprimorar a produção, como otimizar a utilização do solo. Ele vai ser
1089 disponibilizado às pessoas, e tem que ser disponibilizado a todos. Se a
1090 pessoa vai aderir ou não, isso é uma prática interna dela, isso realmente não
1091 tem como nós controlarmos.”Conselheira Denise Bernardes Couto: “Nós
1092 poderíamos ouvir a empresa sobre a questão do programa porque eles vão
1093 saber dar esclarecimentos até maiores quanto a isso.”Conselheiro Felipe
1094 Faria de Oliveira: “O que tínhamos imaginado na época é que haveria
1095 disponibilização desse programa. Agora, realmente, como seria isso... Eu
1096 concordo como que vocês estão colocando, eu só estou compartilhando o
1097 que nós discutimos na época sobre como seria a prática. Agora, de fato, se a
1098 empresa quiser indicar para nós como seria isso na prática para nós talvez
1099 refinarmos esse entendimento... Mas não existiu nenhuma obrigatoriedade
1100 de a comunidade participar.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Então para
1101 finalizar a questão do relatório, nós vamos precisar da manifestação da
1102 empresa sobre os itens colocados em dúvida pelo Conselho, e logo em
1103 seguida eu vou abrir para os inscritos.”Fabiana Vita, representante da Anglo
1104 American: “Apenas duas ressalvas. No item 3, ‘elaborar e executar o
1105 programa de reestruturação’, o que a empresa propõe é elaborar e
1106 disponibilizar o programa, por essa dificuldade que a própria mesa já
1107 identificou. E no item ‘implantar em Passa Sete o sistema de fossa séptica’, a
1108 empresa gostaria de definir o procedimento aqui neste Conselho. Porque nós
1109 temos uma dificuldade muito grande de levar um direito a uma pessoa, e ela
1110 recusar. E para nós mantermos a cláusula como comprovar a negativa, nós
1111 temos que fazer notificação cartorial, e às vezes a própria pessoa se sente
1112 mal com essa situação, desconfortável, e é isso que nós queríamos evitar.

1113 Então nós só gostaríamos de definir o procedimento. Da mesma forma, nós
1114 vamos disponibilizar para as pessoas. Aquelas que quiserem obter o
1115 benefício que se manifestem. E caso, em 30 dias, elas não queiram e não se
1116 manifestem positivamente, a empresa então está desobrigada daquela
1117 situação.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Dentro dessa proposta, eu
1118 entendi a tônica, estabelecer um procedimento para ter segurança. Vamos
1119 supor que prevaleça esse entendimento que a doutora Denise está
1120 sugerindo. A empresa faz uma notificação, e se a pessoa não se manifestar
1121 num prazo de 30, 60 dias... Mas, a qualquer momento, se a pessoa
1122 manifestar esse interesse, a empresa colocaria a fossa. Ela não se
1123 manifestou em 60 dias favoravelmente, mas, a qualquer momento, se ela
1124 manifestar interesse?” Fabiana Vita, representante da Anglo American: “Eu
1125 acho que nós temos que definir um período, uma janela, para que isso seja
1126 definido. Porque senão, daqui cinco anos, essa pessoa desistiu e resolve.
1127 Nós temos que criar um termo inicial e um termo final. Nós podemos
1128 estender, não tem problema nenhum, esse prazo pode ser grande, mas nós
1129 temos que colocar uma janela inicial e final para fins de a empresa conseguir
1130 atender a condicionante.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu não sou
1131 contra estabelecer um rito, eu acho que é importante para nós aqui é que
1132 haja uma demonstração de que aqueles que tenham interesse na instalação
1133 sejam atendidos. Aí, eu acho que até a Supram pode compartilhar em termos
1134 de sugestão se esse procedimento é o melhor ou se é outro, já que vocês
1135 têm experiência nisso ou não. Mas eu não sou contra estabelecer um
1136 procedimento, desde que ele tenha um prazo mais razoável.” Fabiana Vita,
1137 representante da Anglo American: “Até porque nós contratamos uma
1138 empresa para fazer esse serviço, por isso que esse prazo é importante, para
1139 que tenhamos um prazo inicial e final para essa empresa ser contratada.”
1140 Presidente Daniela Diniz Faria: “Vamos ouvir então a Supram, por
1141 favor.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
1142 “Primeiro, eu peço desculpas. Eu estava conversando com o secretário de
1143 Meio Ambiente do município de Conceição do Mato Dentro a respeito de
1144 umas condicionantes que foram impostas pela URC, a serem acompanhadas
1145 por lá. Me parece que precisa de uma manifestação quanto ao procedimento
1146 para ser aceita ou não a ETA. É isso? Nós sugerimos, já em outro caso, que
1147 a empresa leve o agente do cartório, que tem fé pública, faça consulta, e o
1148 agente do cartório registra a resposta em livro próprio e traz para nós o
1149 registro dessa manifestação.” Presidente Daniela Diniz Faria: “A questão toda
1150 paira na última parte da conclusão do relatório. Se a redação proposta pela
1151 doutora Denise ela atenderia ou se fica a redação geral. Eu só vou pedir para
1152 nós ficarmos mais práticos na discussão e que você lesse, de novo, a
1153 redação sugerida. Pode ser assim?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “A
1154 proposta de redação é a seguinte: ‘Implantar, nos domicílios de Passa Sete,
1155 o sistema de fossa séptica implantado em Água Quente, bem como estender

1156 as obrigações de manutenção e auxílio quanto ao funcionamento das fossas.
1157 Prazo: 1 ano. Para cumprimento da obrigação, a empresa deverá
1158 encaminhar notificações aos interessados para que esses manifestem seu
1159 interesse. A ausência de manifestação dos interessados, notificados em até
1160 30 dias, desobrigará a empresa do cumprimento da obrigação’.”Presidente
1161 Daniela Diniz Faria: “O que nós estamos pautando para discussão é se essa
1162 segunda redação proposta, pela conselheira Denise, altera o final do relatório
1163 de conclusão ou se há uma nova sugestão de redação. Nós precisamos
1164 definir isso e passar para os inscritos.”Conselheiro Wagner Vicente
1165 Rodrigues de Almeida: “Eu acho que nós poderíamos ter duas datas. Eu
1166 acho que nós temos que ter uma data em que a empresa vai se manifestar,
1167 vai mandar correspondência, comunicar ao produtor, a essa família, essa
1168 possibilidade; e uma data para essa família responder. Por exemplo, em 30
1169 dias, a empresa vai encaminhar a comunicação, e essa família tem o prazo
1170 de 1 ano para responder que sim ou que não. Eu acho que nós temos que
1171 pensar nessa questão de datas.” Presidente Daniela Diniz Faria: “A empresa
1172 quer se manifestar sobre esse ponto ou o conselheiro Wagner vai fazer uma
1173 redação de acordo com essa proposta?”Cristiano, representante da Anglo
1174 American: “Só um ponto em relação às notificações, e talvez nós consigamos
1175 chegar a um ponto que atenda tanto o que foi colocado pela conselheira
1176 Denise quanto pelo conselheiro Wagner. Muitas vezes, a notificação é feita e
1177 comprova que a pessoa recebeu aquela informação, recebeu aquela
1178 proposta, mas não, necessariamente, ela vai responder à manifestação
1179 favoravelmente ou contrário. Tem evidência de que ela recebeu aquela
1180 informação, mas não existe, muitas vezes, o interesse da pessoa em se
1181 manifestar naquele momento. Mas eventualmente nós podemos fazer esse
1182 primeiro comunicado, e depois de 30 dias ou 60 dias, retornar à residência
1183 da pessoa ou num local mais interessante, para recolher o retorno favorável
1184 ou contrário à instalação das fossas. E assim sucessivamente com outras
1185 condicionantes, dentro de um prazo estabelecido.”Presidente Daniela Diniz
1186 Faria: “Eu vou fazer o seguinte: enquanto nós pensamos nesse último
1187 parágrafo do texto do relatório final dos conselheiros, eu vou começar já a
1188 chamar a comunidade e, em subsequência, os inscritos pela empresa.
1189 Lembrando que a manifestação está aberta, pelo prazo de 3 minutos, para
1190 manifestação exclusivamente dos itens 5 e 7.1 da pauta. Não cabe aqui
1191 manifestação do item 6.2, que vai ser objeto da próxima URC. Então eu vou
1192 chamar o primeiro inscrito pela comunidade: Lúcio da Silva Pimenta.”Lúcio
1193 da Silva Pimenta, membro da comunidade: “Boa tarde. Lúcio da Silva
1194 Pimenta, pelas comunidades Pereira e Ferrugem. É informação nova para
1195 mim agora sobre esse parecer de que as comunidades Passa Sete, Água
1196 Quente e São José do Jacém precisam ser retiradas daquele lugar. Eles não
1197 aguentam mais falar em ETA de uma água em que nem peixe viveu. Como
1198 vai tratar essa água de Passa Sete para esse povo beber? Agora, está

1199 falando de fossa sem água. Não dá para entender o que o Estado faz com as
1200 comunidades? É uma covardia o que o Estado faz com as pessoas, ficar
1201 empurrando as pessoas para trás e para frente. Nós estamos cansados.
1202 Olhem o que aconteceu no município de Mariana. Estão querendo fazer
1203 fossa, pôr água para as pessoas, se as pessoas não dormem. Se eu estivesse
1204 na posição de Passa Sete, Água Quente ou Jacém, já tinha saído por minha
1205 conta, eu não estava lá não. Pelo visto, o que já está na represa é três vezes
1206 maior do que a que estourou lá em Bento Rodrigues. Não falando do fedor e
1207 de uma série de outros problemas que tem. É culpado o Estado, que não
1208 enxergou as comunidades quando trouxe o empreendimento para Conceição
1209 do Mato Dentro e região. Isso é vergonhoso. As comunidades estão aqui, e
1210 ninguém tem salário porque está aqui. Agora, muitos que estão aqui e têm
1211 um salário da empresa e ganham salário para estar aqui. É funcionário do
1212 Estado e outro de não sei de que lá, que têm salário. A comunidade está ali,
1213 e nós estamos sofrendo, sendo humilhados. Mas o que está acontecendo, na
1214 verdade, é o cumprimento de profecia. Isso é falta de amor ao próximo. Se
1215 quer minerar, quertirar dinheiro, quer agradar o estrangeiro, que agrade, mas
1216 respeitem as pessoas, pois são seres humanos. E não só as pessoas,
1217 respeitem a natureza, respeitem os animais. E agora vêm falar de fossa. Se o
1218 cidadão não está dormindo, o que importa ele ter fossa? Esse problema é o
1219 mais grave, e eu não vou falar do meu não. O meu problema, pelo qual eu
1220 sou processado. Eu tenho mais de 13 processos pela Anglo American me
1221 chamando de invasor dentro de onde eu tenho documento. Eu não estou nem
1222 preocupado. Me expulsou de dentro da minha terra, levou meu caminhão,
1223 conseguiu uma liminar para levar meu caminhão, e eu fiquei sem ele. Mas eu
1224 não estou nem falando nisso, porque isso é material. Agora é vida. Eu me
1225 lembrei agora de doutor Francisco Generoso: com vida não se
1226 brinca.”Presidente Daniela Diniz Faria: “A empresa tem os inscritos, e vai
1227 manifestar um a um dos inscritos? É isso que eu preciso saber.”Aline,
1228 representante da Anglo American: “As manifestações que a Anglo American
1229 tinha a respeito desses itens já foram colocadas pela Fabiana e pelo
1230 Cristiano. Então agora nós entendemos que os inscritos pela comunidade
1231 podem falar, e depois vocês podem encaminhar para
1232 deliberação.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Próximo inscrito pela
1233 comunidade: Flávio Júlio da Silva. Ok. Cristiana Soares de Souza. Eu vou
1234 chamar a Cristiana e já pedir ao próximo para ficar na posição: Elias de
1235 Souza. Aguardar aqui, por favor.”Cristiana Soares de Souza, membro da
1236 comunidade: “Boa tarde. Meu nome é Cristiana, sou filha do Antonio Soares,
1237 que já falaram aqui o nome dele mencionando no parecer. O que eu quero
1238 falar, eu vou ter que ser bem objetiva, porque o tempo é curto mesmo, mas
1239 eu vou começar desde o início. Nós nunca nos manifestamos, a não ser eu
1240 mesma diretamente ligando no 0800 da Anglo pedindo resposta, como até
1241 hoje eu não tive. Fomos procurados, há cinco anos, pelos representantes da

1242 Anglo, que eu vou até citar nomes: o Sandro Farias e o Júlio, que
1243 participavam da negociação da compra dos terrenos. Eles foram até a minha
1244 casa propor a comprar o terreno, aonde começou a negociação da compra
1245 do terreno. O terreno do meu pai fazia divisa com Valdemiro, Fernando de
1246 Doca, Fernando Bicalho; o Elcio. Só que hoje não faz mais divisa com esses
1247 proprietários. Hoje, a divisa é com a Anglo, nós hoje estamos ilhados,
1248 isolados. Eu acho um descaso, porque isso afetou a nossa vida financeira, a
1249 nossa economia, nós ficamos prejudicados com isso. Eu estou nervosa,
1250 porque eu nunca vim manifestar, eu nunca falei. Nós não temos mão de obra
1251 ao redor, estamos isolados, é um descaso isso. Quando eu comecei a falar
1252 da negociação, eles colocaram prazo para o meu pai vender a criação. Hoje,
1253 eu pergunto: porque estamos ilhados? Porque o redor todo é da Anglo. O que
1254 nós vamos ficar fazendo ali no meio? Eu gostaria muito de ter essa resposta,
1255 porque não podemos mais ficar do jeito que estamos, porque é um descaso,
1256 afetou a nossa renda financeira. Porque a nossa renda vinha de lá, meu pai
1257 tinha criação de gado, meu pai produzia, fazia queijo, tudo, a renda era de lá.
1258 Então hoje eu tive que assumir a responsabilidade da família. Isso para meu
1259 pai foi um problema também, porque com isso ele teve problema de saúde,
1260 isso causou depressão. Um pai de família que sustentava a família não ter
1261 condições mais de sustentar a família? Porque ele não tem mais de onde
1262 tirar, porque a renda dele vinha de lá. E aí como ele vai ficar, vai ficar dessa
1263 forma? Só para concluir, eu gostaria que fizessem uma reavaliação. Tem aí o
1264 parecer aonde a Diversus fez a recomendação que a família fosse
1265 reassentada. Então eu gostaria da inclusão do nome do meu pai nessa lista
1266 ou para reassentado ou indenizado, porque da forma que está não podemos
1267 mais ficar.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Próximo inscrito: Elias de Souza.
1268 E eu peço para Maria Andreza se dirigir à entrada.” Elias de Souza, membro
1269 da comunidade: “Boa tarde a todos. No começo, eu ouvi o Hino Nacional,
1270 mas na realidade eu sinto vergonha. Eu vi uma paisagem bonita, peixes,
1271 bichos, mas não vi nada de extração de minério. E hoje eu estou falando
1272 aqui para brasileiro: essa empresa é uma empresa estrangeira à qual vocês,
1273 conselheiros, você presidente, estão abrindo a porta, pessoas que nem são
1274 da nossa família, nem são família nossa. É muito importante nós olharmos a
1275 dificuldade de outros países, mas primeiramente nós temos que olhar os de
1276 casa. Vocês estavam falando sobre a posse, e Água Quente tem o Chico ali
1277 que é meu amigo, e eu sempre visito a casa dele. Lá são cinco famílias, e a
1278 empresa não aparece lá para dar manutenção nas fossas. As fossas causam
1279 fedor dentro de casa, estão entupidas. Está lá a situação dele. E agora vocês
1280 vêm falar que estão resolvendo problema, e a Anglo vem propor acordo. Não
1281 tem que propor acordo, essas coisas não estão sendo cumpridas. Hoje, eu
1282 vejo um monte de polícia, mas deveria a polícia começar a prender esses
1283 criminosos. Vocês colocam leis, falam e eles não cumprem. Tem um fedor
1284 em Água Quente e em Passa Sete que as pessoas não estão aguentando, e

1285 vocês estão falando de fossa? Tem um fedor lá que o pessoal da empresa
1286 passa todo dia sentindo o fedor. As pessoas estão passando mal, não estão
1287 conseguindo nem comer. Isso é um absurdo. Vocês não são brasileiros
1288 não? Tome atitude, povo, tome atitude, Brasil. Nós vamos deixar o nosso país
1289 ser invadido? Eles vão ficar aqui e levar nossa riqueza e deixar a miséria
1290 com o nosso povo. É isso. Eu estou com meu filho aqui, e já comecei a trazê-
1291 lo, porque não sei até quando o pai dele vai aguentar. Porque do jeito que
1292 vocês estão fazendo, com a falta de responsabilidade de vocês, que estão
1293 sentados nessas cadeiras, que são brasileiros como eu, e não estão
1294 representando os vulneráveis. Eu não estou vendo isso. Vocês me
1295 desculpem, mas eu não estou vendo, isso não está chegando até nós. A
1296 comunidade está morrendo com a poeira, falta d'água. Gente, pelo amor de
1297 Deus, olhe para o hino que foi cantado, volte esse hino, olhe a paisagem,
1298 veja se nós temos isso lá.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Maria Andreza. E,
1299 na entrada, Helena Saldanho.” Maria Andreza, membro da comunidade: “Boa
1300 tarde, eu sou Maria Andreza. Eu estou aqui hoje e sempre, em toda reunião,
1301 para falar sobre a minha casa. O meu problema é a minha casa. A empresa
1302 fez uma negociação junto com meu irmão falando que eu residia junto com
1303 ele. Só que não, a coisa não é assim. O meu irmão tinha lá a vida dele, e nós
1304 morávamos junto. Ele tinha a maior parte, mas eu tinha o meu pedacinho
1305 fechado, com minha casa, minha família, Então ele cuidou a vida inteira da
1306 família dele, e eu cuidei da minha família, ali junto, ali perto. Aí, eles fizeram
1307 tudo junto lá. Aí, falaram assim que eu não tenho direito a alguma coisa. E eu
1308 recebi valores de revisão de terras, só que eu recebi uma terra nua, um
1309 pedaço de terra nua, que não tinha nada, nem água, nem luz, nem casa,
1310 nem quintal. Nada. Eu fiquei muito tempo debaixo de uma árvore tentando
1311 construir. Eu posso mostrar o que eu construí primeiro para morar? É o que
1312 eu construí. Quando vinha vento e chuva, eu ficava debaixo de um pau até
1313 construir isso. Mas a única coisa que eu peço a vocês é a minha casa, essa
1314 casa que eu tinha, a casa em que eu morava. Então é só isso que eu peço.
1315 Eu não quero nada a que eu não tenha direito, porque eu acho que a uma
1316 casa todo mundo tem direito. Quem sai de dentro de casa tem que entrar,
1317 então é ficar no meio do campo igual eu fiquei. É só isso que eu peço. Parece
1318 que a empresa entendeu o meu negócio errado. Então muito obrigada. E
1319 quando puder nós precisamos de um documento para fazer alguma coisa
1320 também, o que ainda nós não temos. Pensem mim com
1321 carinho.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Helena Saldanho e Betônio
1322 Madureira Duque.”Helena Saldanho, membro da comunidade: “Boa tarde,
1323 meu nome é Helena, eu sou da comunidade de Gondó. Nós apresentamos
1324 um texto tendo em vista o curto espaço de tempo para discutir esse parecer,
1325 então eu vou me prender a apenas uma das questões do parecer, que é
1326 sobre o aprimoramento sugerido para o monitoramento. Não adianta
1327 monitorar as atividades com as visitas direcionadas, com os aparelhos

1328 localizados em locais indevidos e com manipulação de dados. É citado aqui
1329 que foi vedada a entrada da empresa para fazer monitoramento em algumas
1330 das propriedades. Não se justificou o motivo do impedimento. O motivo é a
1331 falta de segurança, é a falta de respeito, de pessoas chegarem sem avisar,
1332 entrarem propriedade adentro, se sentirem os donos da situação ao se pedir
1333 que se apresente um crachá da empresa. E os monitoramentos totalmente
1334 manipulados. Quando se pede para monitorar poeira, a atividade está
1335 acontecendo a leste, o monitoramento está sendo feito a norte. Nós estamos
1336 aqui com uma nascente a 300 m da operação, que tem sido alvo de visita
1337 recente. A primeira operação depois dessa licença liberada vai simplesmente
1338 soterrar essa nascente. A medida não foi feita por mim, foi feita pelos
1339 próprios funcionários da Anglo. A poeira está sendo medida quando convém,
1340 o barulho está sendo medido no dia em que se avisa que vai ter o
1341 monitoramento de barulho. As bombas são insignificantes. Agora, no dia em
1342 que não tem monitoramento, o barulho é estrondoso, nós chegamos a tremer
1343 em cima da cama. A limpeza, os trabalhadores às vezes fazem uma capina
1344 para nós. Quando nós estamos lavando uma varanda sentimos o brilho no
1345 braço. A poeira está lá para quem quiser ver. Agora, eu já ouvi do próprio
1346 representante Daniel, do setor jurídico da Anglo, que na comunidade do
1347 Gondó o que ele tinha para comprar ele já comprou, o resto que se vire. E
1348 não é assim. Nós temos aqui, como está neste documento, como estão nas
1349 fotos, cinco documentos apresentados. O mais longo deles foi sobre o estudo
1350 da Diversus. Perguntem quantas respostas nós tivemos. Nós tivemos
1351 respostas verbais do Ministério Público. Nós fizemos tudo formalmente,
1352 documentamos tudo, fotografamos tudo. Cadê o resultado? Então o que nós
1353 queremos aqui é respeito, seriedade. Se isso aqui fosse num país sério,
1354 ninguém estava questionando a legalidade de condicionante, estava
1355 questionando a moralidade. Nem tudo que é legal é moral. Nós precisamos
1356 de moral.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Betônio Madureira Duque e José
1357 Lúcio Reis Santos.” Betônio Madureira Duque, membro da comunidade: “Boa
1358 tarde a todos, Betônio Madureira, Água Quente. Senhores conselheiros, até
1359 quando vocês vão ficar ouvindo reclamações e mais reclamações das
1360 comunidades? Água Quente sofre com essa falta de água, e há tempos que
1361 vocês vêm ouvindo isso. A empresa, simplesmente, matou dois rios que
1362 tinham na região. E hoje nós todos dependemos de chuva? Porque se minha
1363 água seca e eu vou ao rio, e o rio está imundo; os dois, Passa Sete e Pereira.
1364 É a empresa, quando sugeriu essa ETA, eu mesmo falei com eles: tratem o
1365 rio, primeiro dêa nós uma água de qualidade para depois vocês tratarem
1366 dessa ETA. Eles podem confirmar isso, foi uma ideia que eu falei com eles.
1367 Para que tratar de água se o rio está imundo? Eles sofrem, tem família ali que
1368 estão sem apoio da Anglo ou de qualquer órgão, não têm água em casa, e o
1369 rio que passa no fundo é imundo. Não podem ir lá pegar água. Esperam
1370 caminhão de prefeitura e não sei de quê. Falam de estruturação produtiva,

1371 mas como se eu vou pegar água no rio igual a eles, para aguar uma hora,
1372 com uma água imunda?Então vocês têm que pensar num jeito de retomar a
1373 vida dessas famílias. Eles vão ficar a vida toda dependendo de um caninho
1374 de água fornecido pela Anglo American, pela ETA, por não sei quem seja?
1375 Se fosse isso, eles morariam na cidade, que tem a Copasa, que tem conta,
1376 mas não vai faltar água. Então pensem nisso. São pessoas que estão
1377 sofrendo com mau cheiro de barragem, uma coisa impossível. Passe por lá.
1378 Quem não conhece, é mais ou menos a Pampulha ou um pouquinho pior que
1379 a lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.Só abrir o vidro do carro, parar na
1380 estrada, que você sente o cheiro. Então olhem por essas comunidades. Até
1381 quando elas vão sofrer? Vocês têm o poder de decisão, e isso vai
1382 postergando, a empresa acha brecha na Justiça. Vocês sabem disso melhor
1383 do que qualquer um de nós. Nós vemos o exemplo da Samarco, tem tudo
1384 contra ela, mas ela vai achando brechas e brechas e vai enrolando o povo. É
1385 o que acontece com todos nós que estamos aqui e com os que ficaram por
1386 aí e nem conseguem aqui mais chegar. Então, conselheiros, pensem nisso.
1387 Querem excluir essa condicionante de levar água para o pessoal. Beleza,
1388 para a Anglo, show de bola. Não quis a população?Mas porque não quis?
1389 Porque não acredita no serviço dela, não tem um serviço bem feito.Olhem a
1390 fossa: deu problema. Olhem tudo que fizeram: deu problema. Então vocês
1391 acham que a comunidade vai aceitar essa ETA sabendo que vai ser
1392 problema para o resto da vida?E a proposta inicial dela era manter, instalar,
1393 e depois de um tempo passar para a prefeitura. Depois falou que ia
1394 continuar. Então ela própria gerou entre nós essa desconfiança. Então não
1395 somos nós que não queremos a água, é porque não acreditamos nela, nas
1396 promessas dela. Vocês têm reclamação e sabem que isso é normal com
1397 ela.”Presidente Daniela Diniz Faria: “José Lúcio Reis Santos e Vanessa Rosa
1398 Santos.” José Lucio Reis Santos, membro da comunidade: “Eu queria falar
1399 de Água Quente. Como vocês estão falando de ETA, de rio, equipamento da
1400 água. Isso aqui não funciona. De primeiro, a água era boa. Depois que
1401 estragou a água, acabou com tudo. Porque hoje a água lá é azul, a água não
1402 é da cor normalmais. Outra coisa: nós não temos outra nascente para boi
1403 tomar água, e a água para nós vai de caminhão. E agora vai viver a vida toda
1404 só desse jeito. Viemos aqui discutir, e ninguém fala, mas tem muitas coisas
1405 erradas. Às vezes a empresa não faz e fala que faz para a comunidade,e
1406 não é como eles falam. Vão uma vez na vida e falam que está fazendo obra,
1407 mas nunca como a empresa promete para a comunidade. E vêm aqui e
1408 falam mentira para o pessoal, que estão fazendo aquilo e aquilo outro.Agora,
1409 gente olhando para os matos afora tem muita, porque a empresa compra, e
1410 fica homem pelos matos afora andando. E nós vamos ficar como?A empresa
1411 resolve a nossa vida quando resolver o problema de todo mundo da
1412 comunidade. Como o momento é pouco para falar, ali mesmo tem um
1413 menino, o Francisco, que não deu o nome dele aqui para falar. Para ele

1414 mesmo vai água de caminhão da Prefeitura de Conceição, e ele mais fica
1415 sem água do que com água. É uma vez na vida que põem água para ele lá,
1416 e da Prefeitura de Conceição. Eu não vim aqui para falar de prefeitura, mas
1417 estou falando porque ele pediu para falar para ele. E isso não vai resolver
1418 problema de ninguém. E fedor de fossa continua lá dentro, a catinga nunca
1419 acaba, a catinga é sempre. E nunca vai ter água para manter. Nós não
1420 queremos água do rio para nós usarmos, que é do minério que vem lá de
1421 cima. A água fede, tem mau cheiro. Como nós vamos manter essa água para
1422 nós usarmos?As nascentes acabaram todas. Nós não temos uma nascente
1423 na nossa comunidade, e antes da empresa nós tínhamos todas as
1424 nascentes. Nossa nascente secou. No Jacém, é vigia 24 horas para os
1425 matos afora. Em São José de Jacém. E você não tem licença para andar. Se
1426 você andar com um feixinho de lenha para fazer um cumê, tem uma motinha
1427 atrás de você, tem um carro da empresa encostado nos altos, vigiando.
1428 Como vai viver dentro da roça, dentro do lugar de plantar, de ter cultura para
1429 você fazer?Como você vai viver? O pessoal da empresa, como o Lúcio falou
1430 aqui, todos estão ganhando o dinheiro deles. Eles estão aqui ganhando, e
1431 nós estamos do nosso bolso. Não tem ninguém dando dinheiro para nós
1432 virmos aqui não. Agora, a vida de todo mundo aqui às vezes é boa, mas a
1433 nossa é sofrida. Obrigado a todos.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Vanessa
1434 Rosa Santos e José Helvécio Cesário.” Vanessa Rosa Santos, membro da
1435 comunidade: “Boa tarde. Eu quero falar para vocês que é um absurdo ser
1436 votado fossa aqui para a comunidade. Com a licença da palavra que eu vou
1437 falar, mas a fossa já está implantada lá há anos, ela se chama Anglo
1438 American. Eles, sim, fizeram da minha vida e da vida dos que estão aqui,
1439 desculpem a expressão, mas uma verdadeira bosta, digna de fossa mesmo.
1440 Olha, há dois anos, quase, eu venho enfrentando problemas e mais
1441 problemas, e não tem solução, só mitigação. ‘Ah, nós estamos mitigando’. Ali
1442 tem é vida, não é bicho não, porque até bicho é respeitado. E outra: vocês
1443 podem arrancar todas as folhas nossas como se fosse uma árvore, assim
1444 como vocês fizeram comigo, mas as minhas raízes estão plantadas lá na
1445 comunidade. Vocês são visita. E visita chega, pega a mala e vai embora, não
1446 permanece infernizando a vida dos outros não. Se não tem solução, vamos
1447 começar a parar, vamos começar a parar mineroduto que treme. Vamos
1448 mitigar o problema da água? Não, vamos fazer soluções definitivas, porque o
1449 que nós queremos é sermos respeitados. E se a Anglo está achando que lá
1450 está tudo bem constrói um edifício e põe o pessoal deles para morar lá.
1451 Vamos ver se os pais deles, as mães deles, os filhos deles vão aguentar o
1452 impacto que nós aguentamos lá. Coloquem as famílias suas como estão aqui
1453 as minhas, coloquem para morar lá. O sangue que corre aqui nas minhas
1454 veias é suor da minha mãe que ela deu naquela terra lá, e hoje se eu tiver
1455 um filho eu não posso fazer o mesmo por ele, porque não tem lugar mais de
1456 plantar, não tem água, não tem produtividade. Agora,implantar

1457 fossa?Coloquem a fossa e façam um edifício para vocês morarem lá. Vamos
1458 ver se vocês vão aguentar o impacto que está lá. Sejamos realistas, todos
1459 nós somos seres humanos, nós merecemos respeito. Ali não tem ninguém
1460 que não merece respeito. E ninguém pediu um mineroduto debaixo de
1461 nossas casas, ninguém pediu a barragem em cima das casas deles, ali já
1462 existia vida, as pessoas que estão aqui já existiam lá. A empresa tem que
1463 entender que isso aqui não vale nada para nós que tínhamos e que temos
1464 uma vida lá.” Presidente Daniela Diniz Faria: “José Helvécio Cesário e
1465 Gracilene Maria de Carvalho.” José Helvécio Cesário, membro da
1466 comunidade: “Boa tarde a todos, meu nome é José Helvécio Cesário. Eu
1467 estou aqui para falar a verdade, e não para falar mentira, porque eu estou
1468 sendo muito prejudicado pela Anglo American. Eu moro 2 km para baixo da
1469 represa, não sou reconhecido como sou atingido. A minha água, eles
1470 acabaram com ela. A minha mãe é acamada, tem 95 anos e está lá doente
1471 no hospital,e de catinga lá em casa eu não estou aguentando mais.
1472 Enquanto eles têm água na mina para caminhãopipa de 75 mil litros d’água,
1473 eles pegam lá na mina, furamo que quiserem lá na mina, apagou a poeira
1474 deles lá na mina, eles têm,não falta não. Mas a minha água lá em casa, eu
1475 busco é a 7 km, gente. Não tem água nem para beber lá em casa. Eu busco
1476 água para cozinhar, para tomar banho, para tudo. Eu pedi a eles galão de
1477 água, e eles falaram que não podem me fornecer água não. Isso é uma
1478 injustiça, vamos reconhecer os atingidos. E eles falam ‘você não é atingido
1479 pela Anglo American não’. Então quem é que acabou com as nossas águas.
1480 Foram eles. Eles furaram um poço artesiano abaixo da minha casa, em Água
1481 Quente, e abasteceramdurante algum tempo. O poço secou, e eles estão
1482 abastecendo com caminhãopipa para eles lá. Para mim, não. Eles foram lá
1483 em casa e me ofereceram água, na verdade, mas a água da barragem de
1484 rejeito. Eu falei que da barragem de rejeito eu não quero, porque até os
1485 peixes morreram. Funcionária deles, eu fui à reunião em Conceição,e ela me
1486 xingou de bandido sem vergonha, que ‘bandido sem vergonha tem que ficar
1487 é sem água’. Ela foi capaz de falar isso comigo, e tem gente aí que é
1488 testemunha. O João Rodrigues da Silva,outro dia, eu o peguei desmaiado
1489 pegando água longe de casa. Eleveio de Conceição, ao meio-dia, o sol
1490 quente. Eu o peguei desmaiado, porque não tinha um gole de água para
1491 tomar, esabendo que o córrego passa no fundo da casa dele, a uns 50 m.
1492 Hoje, ele não tem água nem para as galinhas tomarem. Se chega um vizinho
1493 à casa dele, não tem nem jeito de dar um café. Porquê?Porque não tem
1494 água para coar o café. Isso é uma vergonha para essa Anglo American, que
1495 vive mentindo. O Cristiano, não estou falando mal, ele vai às nossas casas
1496 só para nos enganar. Chega lá ‘é santinho daqui’, nós tratamos bem, mas
1497 não adiante, é mentira pura, purinha. Não cumpre o que fala não. Isso aí
1498 falo e sustento, e tem muita gente aqui que está cansado de ver isso lá. É
1499 mentira. Gente, obrigado.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Gracilene Maria

1500 de Carvalho e Celeste Pacífica de Carvalho.” Gracilene Maria de Carvalho,
1501 membro da comunidade: “Boa tarde a todos. Eu queria dizer que sou filha de
1502 Passa Sete. Nasci, me criei e vivi ali no terreno do Júnior. Nunca nos faltou
1503 água para plantar, para regar, nem liberdade para transitar naquela região.
1504 Era onde nós tínhamos o meio de convivência, onde fazíamos troca do que
1505 colhíamos, e hoje não colhemos mais nada. Não temos liberdade para
1506 transitar, porque o transito é muito alto. Não temos liberdade mais, não
1507 temos sono para dormir, não tem água para plantarmos mais nada. Eu
1508 queria perguntar, principalmente, para o promotor. Tem condições, promotor,
1509 de colocar uma fossa se não tem uma água para sobreviver naquela região,
1510 com alto teor de poluição, falta de liberdade, isolamento e tudo mais um
1511 pouco? Não tem condições. Nós temos aqui a foto da bica seca. A aguinha
1512 que vocês vão levar vai dar para plantar, para gado beber, para voltarem as
1513 nascentes como eram antes? Se der, nós aceitamos qualquer sugestão que
1514 vocês propuserem. E, segundo, como tempo é pouco, eu estou
1515 representando a família Soares Pimenta, que são a Maria Soares Pimenta e
1516 José Pereira dos Santos, que foram os primeiros a vendero terreno para a
1517 Anglo American implantar aquele grande bodeque está lá em cima. Eles
1518 pagaram muito mal a alguns, outros, não. A família sempre foi unida,
1519 trabalhou unida, sempre estava junta. Às vezes, pagou a alguns, e a outros,
1520 não. Como o nosso caso. Nós tínhamos a nossa casa, e não foi pago nada,
1521 eles nos expulsaram da nossa casa, com filhos nas costas, para pagar
1522 aluguel. Nenhum dos filhos recebeu sequer um centavo, e nenhuma solução
1523 foi feita para ninguém. Eles nunca visitaram alguém para saber. ‘Seu pai
1524 saiu, sua mãe saiu, e está dando para vocês sobreviverem no terreno que
1525 sua mãe tem hoje?’ Nunca. Eu gostaria de saber o que pode ser feito por nós
1526 e por aqueles filhos daquela terra, Água Santa, Buritis e Passa Sete. Se
1527 vocês conseguirem me dar essa resposta, eu ficarei muito feliz e muito grata.
1528 Obrigada.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Celeste Pacífica de Carvalho e
1529 Thalisson Chaves.” Celeste Pacífica de Carvalho, membro da comunidade:
1530 “Meu nome é Celeste Pacífica de Carvalho, eu moro no Passa Sete. O meu
1531 reclame é o fedor, porque eu não estou conseguindo dormir. Eu sou mais
1532 próxima da barragem, e à noite é uma catinga que está dando coceira na
1533 garganta da gente, e dá coceira no nariz. Durante o dia e durante a noite, é
1534 aquele fedor. Nós não estamos conseguindo nem alimentar nem tomar um
1535 café, porque vem aquele vômito, e nós temos que vomitar. Eu estou com
1536 alergia por dentro de tanto mau cheiro. E nós também temos medo da
1537 barragem. Eu estou muito perto da barragem, é 1 km da minha casa à
1538 barragem; eu estou mais próxima. E se essa barragem arrombar lá vai levar
1539 todo mundo embora. Graças a Deus, eu tenho 64 anos, e nunca tive uma
1540 preocupação nem um sofrimento igual estou tendo hoje. Nunca fui atingida
1541 por nada, nunca comprei nada, as feiras que eu tinha eram para vender, e
1542 hoje estou comprando os quilos, estou passando dificuldade das coisas,

1543 porque não tem água para plantar nem uma horta. A minha horta eu planto, e
1544 já vão fazer quatro anos que ela está morrendo seca. Eu vou lá à horta só
1545 para chorar e sentir tristeza. Perdendo a saúde, porque meu marido perdeu a
1546 saúde, e eu também perdi a saúde. Coisas que eu nunca senti na vida hoje
1547 eu estou sentindo, o mau cheiro, a catinga e a poeira. Não tem mais solução
1548 para a gente poder viver naquele lugar. Eu achava, gente, e queria que
1549 vocês me reassentassem de lá. Eu não quero riqueza não, eu quero morrer
1550 sossegada, morrer tranquila. Porque o meu prazer é água, e hoje eu não
1551 tenho água, hoje eu tenho um barro. O rio passa no fundo da minha casa,
1552 mas a água lá é azul, água contaminada, e ninguém pode colocar a mão
1553 nela, porque dá coceira. Já matou boi, quando os bois beberam água lá,
1554 morreram. Já deu câncer nos bois de vizinho meu. O que eu vou ficar
1555 fazendo lá? Para eu morrer afogada debaixo da lama? Me tirem de lá, gente,
1556 me deem outro lugarzinho para eu morar e ficar tranquila, sossegada; eu
1557 mais meu velho e meus netos. Estou vendo a hora em que aquela barragem
1558 vai desmanchar e levar todo mundo embora, porque a minha comunidade de
1559 Passa Sete é a mesma da Água Quente e do Jacém, porque eu sinto e todo
1560 mundo sente a mesma coisa. Muito obrigada.”Presidente Daniela Diniz Faria:
1561 “Celeste Pacífica de Carvalho e Thalisson Chaves e Júnior Guerra.”
1562 Thalisson Chaves, membro da comunidade: “Boa tarde a todos. Meu nome é
1563 Thalisson, da comunidade de Pereira Ferrugem, e hoje eu gostaria de deixar
1564 registrada aqui para o senhores conselheiros a minha indignação com a
1565 condução dessa reunião aqui hoje, quando os senhores conseguiram
1566 aprovar mais uma licença para um empreendimento, como muito bem disse
1567 o Ministério Público, sem considerar o não cumprimento de diversas
1568 condicionantes, e a liberação desenfreada de licença em cima de licença,
1569 enquanto essas demandas que vocês acabaram de ouvir aqui continuam e
1570 não são de hoje. Negligenciar esse fato é abrir brecha para que o
1571 empreendedor continue oprimindo as pessoas do jeito que está fazendo,
1572 criminalizando as pessoas como muito bem faz, judicializando demandas da
1573 comunidade, para tentar pressionar negociações, para tentar pressionar
1574 acordos e para tentar pressionar a comunidade a ceder. Eu não vejo porque
1575 negligenciar isso mais uma vez. Eu tive a oportunidade de participar de
1576 outros processos de licenciamento, e sempre é a mesma fala, sempre são as
1577 mesmas reclamações, sempre são as mesmas demandas. E o sentimento
1578 que nós temos é de descaso, o sentimento que a comunidade tem é de
1579 descaso, porque toda vez que nós saímos do nosso serviço, perdemos um
1580 dia de trabalho, gastamos um dinheiro que não temos para poder vir e
1581 participar de uma reunião, e sempre saímos com a mesma resposta, sempre
1582 saímos com os mesmos encaminhamentos. Nós precisamos de ações mais
1583 concretas, nós precisamos de nos sentir realmente ouvidos, porque o
1584 sentimento que nós temos é que o Estado abandonou Conceição do Mato
1585 Dentro, largou as pessoas à própria sorte, onde tem pessoas adoecendo

1586 com doenças de pele por causa do particulado no ar, pessoas sem água, e
1587 querem instalar estação de tratamento com fossa séptica. Gente, pelo amor
1588 de Deus, vamos pôr a mão na consciência. Eu sei que os senhores têm
1589 famílias, eu sei que os senhores também prezam pelos seus bens, eu sei
1590 que os senhores também prezam pelo bem-estar de seus familiares. E hoje
1591 estou aqui como concepcionense, como atingido da comunidade, pedindo. Na
1592 verdade, eu estou aqui também requerendo que as pessoas sejam
1593 respeitadas, porque negligenciar o descumprimento de diversas
1594 condicionantes e essa demanda que vem aqui, incansavelmente, e a troca
1595 de quê? Liberar licenças uma atrás da outra porque o empreendimento não
1596 pode parar? Me desculpe, mas isso aí é abandono.” Presidente Daniela Diniz
1597 Faria: “Júnior Guerra e Darcília Pires de Sena.” Lúcio Guerra Júnior, membro
1598 da comunidade: “Boa tarde, Lúcio Guerra Júnior, da comunidade de Água
1599 Quente, Conceição do Mato Dentro. É, meu caro, Wesley, pode ter
1600 licenciamento continuado com condicionante descumprida? Eu acho que
1601 mudar condicionante, excluir, está até certo. Mas descumprir? E, inclusive,
1602 nós vamos continuar aqui, fazer outro estudo até quando? Sabe porque,
1603 Wesley? Porque esse grupo da Supram não exigiu no EIA/RIMA quem eram
1604 os atingidos do empreendimento. Vocês tentaram corrigir com a
1605 condicionante 45, Wesley, que fala lá: ‘Fazer de forma definitiva e completa’.
1606 Os atingidos pela cava, pela barragem de rejeitos, pela pilha de estéril,
1607 estariam contemplados todos. Só que não foi feito. Foi votado aqui com
1608 pressão em cima do Conselho, e foi passando. E, ao contrário, Wesley, de
1609 vocês acharem, infelizmente, que está acabando, com esse estudo da
1610 Diversus, o impacto para os atingidos, vocês estão enganados? Só está
1611 aumentando o número a cada dia e, principalmente, a cada dia que vocês
1612 aprovam sem os compromissos cumpridos. E o estudo da Diversus, doutor,
1613 não foi de maneira completa. Nós também, na época, fizemos várias
1614 ressalvas quanto ao tempo, e mesmo assim não voltou em todas as casas.
1615 Vocês não se enganem, porque ali, se perguntarem, várias pessoas vão
1616 responder que não foram lá. Então como vocês podem votar uma coisa em
1617 cima de um estudo que foi mal feito? A condicionante 106, vocês estão
1618 tentando voltá-la agora de novo, doutor, no parecer do senhor. A
1619 condicionante 106 é incluir as propriedades do entorno no plano de
1620 reestruturação produtiva. Eu gostaria de saber quem são. Isso é
1621 condicionante da L2, de 2012. Outra condicionante também, que já foi
1622 reeditada cinco vezes, que são os usuários dispersos. Quem são? Está aí
1623 para você me responder, Ângelo. Por favor, me responda. É a da Eliana,
1624 anterior. Eu gostaria de me exceder um pouquinho no tempo e ler só as
1625 conclusões. Isso aqui que eu estou falando, gente, nós fizemos um parecer
1626 com umas considerações em relação...” Presidente Daniela Diniz Faria: “Eu
1627 vou ter que interromper o senhor, porque eu vou manter a isonomia. Aí, são
1628 3 minutos para cada inscrito.” Lúcio Guerra Júnior, membro da comunidade:

1629 “Mas é rapidinho, só para ler.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Depois, se for
1630 o caso, o Conselho lê, mas nós precisamos manter o tempo que foi dado
1631 para todos.” Lúcio Guerra Júnior, membro da comunidade: “Doutor Felipe, eu
1632 gostaria que o senhor, no mínimo, lesse as considerações que a gente está
1633 fazendo em relação ao trabalho que foi feito.” Presidente Daniela Diniz Faria:
1634 “Ok. Eu agradeço ao senhor, e chamo Darcília Pires de Sena e Lucineia
1635 Teixeira da Silva.” Darcília Pires de Sena, membro da comunidade: “Boa
1636 tarde a todos. Meu nome é Darcília, sou moradora do Passa Sete. Eu
1637 gostaria de cobrar da Supram a promessa que fizeram de irem às nossas
1638 casas para ver o sofrimento de cada um e não foram. Nós hoje estamos
1639 aqui, porque se eles tivessem ido não gastava estarmos aqui para buscar
1640 isso. E quero também dizer para o doutor Marcelo que eu tenho a herança
1641 do Passa Sete, como lá hoje é a água pura que é da barragem. Além de
1642 tudo, eu quero dizer para a Anglo que eu planto dentro do terreno deles e só
1643 vou largar depois que eles colocarem meu dinheiro no meu bolso e a minha
1644 terra em minha mão. Lá eu não largo mesmo, eu planto dentro do terreno,
1645 tem 16 anos que eu planto lá. E quero dizer para a Anglo: fazer benefício
1646 para nós abaixo de um empreendimento, isso não é possível. Da minha
1647 parte, não precisam nem ir à minha casa para cassar esse direito, porque eu
1648 nunca vi fazer uma fossa sem água, eu nunca vi fazer uma casa abaixo de
1649 um empreendimento sem a gente querer, eu nunca vi viver sem água. A não
1650 ser que eles vivem sem água, porque nós não vivemos sem água. Eu quero
1651 deixar bem claro: à minha casa, não precisam ir para fazer benefício nenhum
1652 sem água, para a gente morar abaixo de um empreendimento, onde nós não
1653 dormimos, com fedor todos os dias, macheiro, doença uma em cima da
1654 outra; os peixes morrendo de novo. Eu estou com a foto dos peixes delá, e o
1655 Rafael é prova, porque ele tirou a foto dos peixes que caíram no rio, porque o
1656 que caíram no córrego já morreram. Eu deveria ter trazido o cadaverzinho do
1657 peixinho que apodreceu dentro do rio e que nós tiramos. Imaginem nós
1658 morando debaixo. Eu gostaria que eles fossem morar no nosso lugar para
1659 verem o sofrimento que nós sofremos. Doutor Marcelo, eu quero dizer para o
1660 senhor: não adianta eles fazerem benefícios para nós. Eles falam aqui hoje
1661 que vão fazer, vão hoje à minha casa e falam que vão fazer. Meu compadre
1662 está ali sofrendo sem água, Água Quente sem água, Jacém sofrendo sem
1663 água, sem nada, com fedor. Já se viu viver debaixo de um empreendimento,
1664 sofrendo? Não, eu acho que isso não é direito. Eles acham assim ‘fulano está
1665 doida para encher o bolso’. Mas eu não estou doida para encher o meu
1666 bolso, eu estou querendo paz, felicidade, saúde para meus filhos. Não é
1667 encher bolso não, porque muita gente que foi reassentado hoje tem tristeza
1668 da mudança, porque não têm papel, não podem sair da terra mais, porque
1669 não têm papel. Obrigada.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Lucineia Teixeira
1670 da Silva e Viviane dos Santos.” Lucineia Teixeira da Silva, membro da
1671 comunidade: “Boa tarde. Meu nome é Lucineia, e eu moro no Passa Sete.

1672 Gente, eu queria dizer para vocês que o mau cheiro está demais, nós não
1673 estamos aguentando. Eu tenho um menino de 9 anos, e ele acorda de noite e
1674 fala: 'Mãe, me dá soro para eu pingar no nariz, porque eu não estou
1675 aguentando mais essa catinga'. Começa 5h da tarde e vai até 8h30 da
1676 manhã. Nós não estamos aguentando mais o mau cheiro. É um cheiro de
1677 lama podre misturado com produto químico. O pessoal da Anglo já deve
1678 estar até enfiado de mim, de tanto eu ligar para eles, para poder pedir a
1679 eles para dar uma solução. Sempre eles vão à minha casa. No sábado
1680 mesmo, eu recebi a Érica lá em casa, porque eu liguei de manhã, porque
1681 não estava suportando a catinga. O meu nariz começa a escorrer, o olho
1682 escorre, nós fazemos vômito. E aí ela foi lá em casa, e eu expliquei para ela
1683 a situação. Ela falou: 'Eu vou agora ao escritório e vou ver o que eles jogaram
1684 no rio, porque talvez jogaram algum produto lá'. Então, doutor Felipe, olhe
1685 por nós, porque não estamos mais aguentando mais o mau cheiro. Os
1686 meninos já não estão aguentando. As minhas meninas que moram foram
1687 vêm na sexta-feira: 'Mãe, eu não suporto mais essa catinga'. E nós não
1688 temos água para beber, a água secou. Eu queria que vocês tivessem pelo
1689 menos dó de nós, olhassem para nós, porque não aguentamos mais essa
1690 catinga. E tem também a menina lá, e eu liguei em maio. A Carina. Eu liguei
1691 no 0800, e a Carina falou que ia me dar solução sobre que tipo de catinga
1692 era essa. E até hoje, desde maio. Nós já estamos em setembro, e até hoje
1693 nada. Nós queremos uma solução porque não aguentamos mais tanta
1694 mentira. E eu queria dizer para vocês que estão aí sentados. Quando
1695 chegamos a fazer um protesto, uma paralisação, nós somos quase
1696 chicoteados pelas polícias. Nós não temos direito mais de fazer protesto. Orio
1697 não podemos usar mais para pescar e para nada, nem para meus bois
1698 beberem eu tenho água. É só isso que eu quero falar. Obrigada." Presidente
1699 Daniela Diniz Faria: "Viviane dos Santos e Heloisa." Viviane dos Santos,
1700 membro da comunidade: "Meu nome é Viviane. Eu gostaria de dar boa tarde
1701 a todos, mas, infelizmente, gente, eu estou igual à comunidade, estou igual à
1702 minha família, eu estou com bronquite por conta da poeira da mineração. Eu
1703 estou falando igual homem, estou falando igual pato. A água que eles
1704 colocam no Sapo não é suficiente para todas as famílias. Eles inventaram de
1705 colocar mais três caixas d'água. Colocaram, e a água sai pelo ladrão e não
1706 vai para ninguém. A água que desce lá vai para baixo do meu terreno, para
1707 baixo da minha casa. A água que chega da minha torneira eu gostaria de
1708 deixar qualquer um ver se consegue tomar. Infelizmente, o empreendimento
1709 está entrando dentro dos nos nossos quintais. Estão fazendo furos que não
1710 sei para quê. Deve ser para caçar ouro, porque minério não tem; minério tem
1711 na serra. Agora, eu vou falar uma coisa para vocês: com o perdão da palavra,
1712 para qualquer policial que estiver aqui, o primeiro que entrar dentro do meu
1713 terreno para colocar qualquer furo, eu vou enfiar o dedo no olho dele e vou
1714 falar: 'O que você está fazendo aqui?'. Porque? Não me deram serviço

1715 porque eu estava na manifestação. Eu estava no meu direito. Empunharam
1716 arma e colocaram no meu peito. Pediram meus documentos à força. Eu não
1717 tenho direito mais de entrar no empreendimento nem para lavar um banheiro
1718 sujo. Eu não tenho dinheiro no bolso. Coloquei uma barraquinha lá na
1719 estrada para vender o meu pastel, os meus salgados, o suco. Sabe o que
1720 fizeram com a barraquinha? Foram lá e atearam fogo. Mas eu tenho amigos.
1721 Isso aqui é família. Foram lá e me ajudaram. Mas eu aviso a todos vocês: os
1722 primeiros que entrarem dentro da minha casa eu vou enfiar o dedo na cara
1723 deles. Porque dar para a gente eles não dão, mas tiram de nós o que nós
1724 temos e ainda tiram sangue. Agora, eu quero ver. Eu estou aqui com
1725 bronquite, estou falando igual um pato roco. Quero ver quem vai tomar conta
1726 da minha saúde, se não for Deus.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Não
1727 estamos conseguindo ler o nome. Depois, José Maria da Silva.” Membro da
1728 comunidade (nome não identificado): “Boa tarde a todos. A minha fala
1729 também é sobre essa poeira. Essa moça que acabou de falar é a minha
1730 esposa. Ela ficou grande parte do dia ontem internada no hospital tomando
1731 medicação por conta dessa poeira. Porque toda vez que tem inclusão lá na
1732 serra o evento traz aquela poeira para dentro da comunidade. Imagine uma
1733 pessoa adulta se internar para tomar medicação por causa da poeira de
1734 minério. Agora, imagine uma criança de 4 ou 5 anos ou até recém-nascida.
1735 Nós vamos viver dessa maneira até quando? Coloquem nos seus corações,
1736 pensem em Deus, porque humano é humano, humano é gente. Porque o
1737 descaso? Conversando com um amigo nosso da comunidade, ele me falou
1738 que há 5 a 6 anos nós tínhamos uma caixa de mil litros de água. Eu cheguei
1739 aqui em 2010, e essa caixa de mil litros de água dividia com toda a
1740 comunidade, e nunca faltou água para beber. Hoje, você vê ali quatro ou
1741 cinco caixas de 2 mil, 5 mil e até 10 mil litros, e a comunidade, com
1742 criancinhas, sem água para tomar banho, sem água para lavar roupa e sem
1743 água até para fazer comida, levando crianças para comer na casa da mãe e
1744 do vizinho, porque a água não chega à casa dessas pessoas. Eu cheguei lá
1745 um dia, e de tanta dó o meu coração para apertou. Saí de perto para não
1746 chorar. Eu sei, a Anglo tem capacidade, sim, de ressarcir esses problemas. A
1747 pergunta é porque a Anglo não faz esses trabalhos. Com tantas pessoas
1748 qualificadas, inteligentes, engenheiros, formados, engenheiros hídricos,
1749 engenheiros capazes de ordenar e colocar em prática todo esse problema. É
1750 tão fácil de resolver isso. Não é fácil para nós da comunidade, que muitas
1751 das vezes não estudamos, não tivemos a possibilidade ou a oportunidade de
1752 estudar para chegar a esse ponto e ter essa qualidade. Mas vocês têm
1753 isso. Agora, pergunta que eu continuo fazendo é porque isso não acontece.
1754 Boa tarde, muito obrigado.” Presidente Daniela Diniz Faria: “José Maria da
1755 Silva e Maria Idelvane Reis.” José Maria da Silva, membro da comunidade:
1756 “Boa tarde. Como meus irmãos da comunidade, eu também me sinto muito
1757 triste e aborrecido pela Anglo American, porque nós percebemos que Anglo

1758 American é uma farsa entre as pessoas, violando os direitos, tirando o
1759 sossego e a paz das pessoas. Nós moramos em São José do Jacém, umas
1760 200 famílias, e moramos debaixo da barragem, o que nessa mesa não foi
1761 falado em momento sequer. Nós estamos lá num risco terrível de acontecer
1762 conosco igual aconteceu em Mariana. Estamos debaixo da barragem, 800
1763 km de água sobre nós, passando por Água Quente e descendo por Jacém.
1764 Isso não foi falado. Essa reunião aqui, para mim, não valeu nada.
1765 Desculpem, mas parece que defendeu mais a Anglo e não defendeu os
1766 atingidos, as pessoas que estão sem sossegonas suas casas,
1767 desassossegas. Antes, não era assim, nós vivíamos tranquilos, vivendo do
1768 jeito que Deus nos colocou na terra. Nós não temos dinheiro, não somos
1769 ricos, somos trabalhadores rurais. E a Anglo vem invadindo. E atrás da Anglo
1770 vêm outras empresas também por aí. A Anglo deve dar uma indenização a
1771 cada pessoa que reclamou aqui os seus direitos. Isso são danos morais, a
1772 reclamação está aí diante de todo mundo. Então, meu povo, é preciso
1773 acordar para a realidade, porque já são oito anos que esse povo vem nessa
1774 luta desenfreada, sofrendo e sem ter uma solução. Oito anos não são
1775 brincadeira. Isso é brincar com as pessoas. Os senhores vivem atrás de
1776 computador, atrás de mesas, confortável, e o povo está lá sofrendo. Se vocês
1777 não quiserem pisar na poeira das comunidades, vão de jatinho, vão de
1778 helicóptero e vejam a situação do povo. Ou então o nosso país não tem
1779 Justiça. O povo está indignado. Lá na minha comunidade nós não queremos
1780 saber de carro da Anglo transitando. Foi barrado. Se forem, nós vamos
1781 queimar o carro deles, e aconteça o que acontecer. Porque não é possível.
1782 Nós queremos que eles trabalhem, nós não queremos que eles vão embora,
1783 mas queremos que eles respeitem o direito das pessoas, das pessoas
1784 humildes, simples. Eles estão violando os nossos direitos. Se a polícia quiser
1785 prender os manifestantes, que prenda o pessoal da Anglo, prenda eles. Não
1786 são eles que estão nos incomodando? Ou então isso aqui é uma farsa, então
1787 essa reunião aqui é uma farsa. Obrigado.” Presidente Daniela Diniz Faria:
1788 “Maria Idelvane Reis, e a próxima não conseguimos ler.” “Maria Idelvane
1789 Reis, membro da comunidade: “Boa tarde, meu nome é Maria Idelvane Reis.
1790 Eu estava com um documento para ler, mas, como estou com problema de
1791 voz, não vou conseguir ler. Então eu vou passar a minha vez para o Júnior,
1792 porque eu não estou em condições de ficar lendo.” Lúcio Guerra Júnior,
1793 representante da comunidade: “Do mesmo jeito, doutor Marcelo, doutor
1794 Felipe, que tem lá no PNF em relação à questão de vulnerabilidade, se os
1795 senhores prestarem bem atenção lá também, fala que seria formada uma
1796 comissão com dois representantes da empresa e dois da comunidade. E isso
1797 não está constatado. Então aparece só o que favorece a empresa. Eu vou ler
1798 aqui as conclusões, porque eu acho que seria de bastante interesse para
1799 vocês, conselheiros, de um trabalho que nós fizemos em relação às
1800 considerações do parecer do grupo técnico. ‘Que não seja deliberado por

1801 este Conselho nenhuma pauta sobre o estudo da Diversus sem que antes a
1802 comunidade obtenha resposta ao documento 'pedido de esclarecimento e
1803 complementação de estudos de definição da comunidade e famílias a serem
1804 reassentadas', realizado pelo Diversus, e que essas respostas sejam
1805 também levadas ao conhecimento do GT'. Já tem dois anos que foi
1806 protocolado esse documento, e ainda não foi respondido. São 56 perguntas.
1807 'Que não seja deliberada por este Conselho pauta sobre o estudo da
1808 Diversus sem que essa equipe de consultores da Diversus tenha tomado
1809 conhecimento do parecer do GT e se pronunciado sobre suas conclusões,
1810 principalmente, as que foram tomadas em desconformidade com as
1811 recomendações deles. Que seja exigido do empreendedor apresentar versão
1812 revisada e definitiva do total de propriedades rurais a serem impactadas, total
1813 e parcialmente, em associação com a localização das estruturas do
1814 empreendimento para exploração de sua cava na serra da Ferrugem e
1815 Sapo. A listagem final deverá conter, no mínimo, para cada propriedade:
1816 nome, condição do produtor, proprietário, posseiro, arrendatário, benfeitorias
1817 reprodutivas, não reprodutivas, área total atingida, entre outros. Que seja
1818 custeada pelo empreendedor a contratação de um novo estudo, realizado
1819 por uma consultoria independente, visando definir o universo dos atingidos,
1820 sem possibilidade de continuarem sua vida naquele local, tendo em vista os
1821 impactos a que estão ou estarão submetidos pela operação e o avanço do
1822 empreendimento.' Para nós não ficarmos aqui eternamente, viu, Wesley. Só
1823 mais duas." Presidente Daniela Diniz Faria: "Ok. Obrigada. Próximo..." Lúcio
1824 Guerra Júnior, representante da comunidade: "Que seja custeada pelo
1825 empreendedor a contratação do estudo..." Presidente Daniela Diniz Faria: "Eu
1826 vou interromper o senhor. Por favor, eu peço que o senhor respeite a
1827 condução da reunião. É isonomia: 3 minutos. Maria da Consolação é a
1828 próxima, e o próximo é Sandro Heleno Lage." Lúcio Guerra Júnior,
1829 representante da comunidade: "É engraçado que, quando a Anglo precisa,
1830 ela vem aqui uma vez sem estar na pauta..." Presidente Daniela Diniz Faria:
1831 "Eu vou pedir ao senhor para entregar o microfone ou a gente vai ter que
1832 pedir a condução policial." Lúcio Guerra Júnior, representante da
1833 comunidade: "Obrigado, senhora." Presidente Daniela Diniz Faria: "Maria da
1834 Consolação." Maria da Consolação, membro da comunidade: "Boa noite a
1835 todos. Eu estou aqui para falar o seguinte: que a Anglo American está falando
1836 aí, igual a funcionária aqui falou, que nós em Passa Sete não aceitamos o
1837 que eles ofereceram. Eu não vou aceitar, porque eu tinha a minha água
1838 limpa, abundante, lá no rio, e a usava, beleza. Eles secaram a minha
1839 nascente, e logicamente o lençol freático lá em cima eles abaixaram e a
1840 minha água secou. Acabou a minha nascente, não tem água. Eu passei a
1841 buscar na casa do meu filho um pinguinho que ele tem lá. Esse pinguinho
1842 pinga lá na caixa dele, e eu bato a bomba lá, um fiapinho lá para casa. Vocês
1843 podem ir lá que eu mostro para vocês. Bato aquele fiapinho de água. Eu

1844 tenho o menino deficiente. Aquela menino de boné lá é meu filho. Ele não tem
1845 água para tomar banho, e fica nervoso e xinga. Realmente, a funcionária
1846 da Anglo American foi lá em casa oferecer água; não é mentira, ela me
1847 ofereceu água, sim. Mas só que eu não aceitei água, porque o funcionário da
1848 Anglo American me falou que a água ia ser do rejeito da barragem. Ele falou
1849 para mim: 'A água que vai vir para a senhora, dona Maria, nós vamos tratá-la;
1850 é a água da barragem'. Eu falei assim: 'Não, eu passar sede, porque eu não
1851 quero essa água suja. Se estou com ela aquina porta. Se vocês forem colocar,
1852 eu quero água limpa'. Eu não rejeitei água não. Se fosse água limpa,
1853 limpinha, e eu não precisasse pagar água, a Copasa, ou qualquer coisa
1854 assim, nós iríamos aceitar. São três casas lá sem água: a minha, a do meu
1855 filho e da minha nora. Nós estamos sem água. O meu filho tem uma
1856 atividade lá que trabalha lá, e precisa de água; e está com água suja, uma
1857 água cheia de micróbio, onde ele desce com o serviço. Não tem água. E eles
1858 queriam também, me propuseram também, limpar o rio. Eu não aceitei limpar
1859 o rio por isto: porque o córrego passa dentro da minha cozinha quase, e eu
1860 não ia aceitar essa bagunça lá na minha porta. Eu tenho cabelo preso lá que
1861 eu trato para o meu filho. O rio é a uma distancinha assim da minha porta.
1862 Então eu falei com a menina lá, que foi lá em casa. Até foi a menina do
1863 cartório. E eu falei para ela: 'Não, minha filha, eu não vou pegar nem a carta,
1864 porque eu não quero que limpem o rio na minha porta. Eu não vou deixar,
1865 não vou assinar. Para que vai limpar, se eu estou debaixo da barragem, o que
1866 é pior, se estou debaixo do perigo? Se aquela barragem estourar ali, nós
1867 vamos todos embora'. O meu menino deficiente ficou nervoso, com medo.
1868 Quando está chovendo, nós não dormimos, temos que ficar com a janela
1869 aberta e com a lanterna lá, olhando, por causa dele. Então é esse
1870 sofrimento. O que eles querem? Eu falei com a menina do cartório: 'Não,
1871 minha filha, nós queremos reassentamento'. Porque eles estão gastando
1872 dinheiro com empresa não sei de onde para limpar rio? Reassentem nós, nos
1873 coloquem em um terreno com água limpa igual eu tinha que nós vamos
1874 embora, e eles ficam aí e podem fazer o que quiserem. Não tem problema.
1875 Agora, não é obrigar e querer aceitar o que eles querem. Eu não aceito, não
1876 quero." Presidente Daniela Diniz Faria: "Obrigada. Acabou o tempo da
1877 senhora, tá bom? Obrigada." Maria da Consolação, membro da comunidade:
1878 "Tá bom. Uma boa tarde. Obrigada, viu." Presidente Daniela Diniz Faria: "De
1879 nada. Sandro Heleno Lage e Mariana Amorim." Sandro Heleno Lage,
1880 representante da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: "Boa tarde, eu
1881 sou Sandro, secretário de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Conceição do
1882 Mato Dentro. Eu venho aqui reiterar a nossa manifestação como município, a
1883 construção que nós vimos fazendo de algumas decisões. E o município,
1884 desde o início, se manifesta favorável ao reassentamento das famílias do
1885 entorno do empreendimento, seja do Sapo e do entorno. Basicamente, o
1886 modo de vida dessas comunidades está extremamente comprometido, e nós

1887 entendemos que seria o melhor caminho. Falou isso como itabirano, porque
1888 em Itabira talvez, se a Vale fizesse isso há um tempo atrás, ela não teria os
1889 problemas que ela está enfrentando hoje lá. E hoje eu fiz essa analogia,
1890 porque, há oito anos atrás, se a Anglo tivesse já acolhido essa
1891 comunidade... Eu estou percebendo que a cada dia o poder público percebe
1892 muito rápido o crescimento populacional no entorno do empreendimento e as
1893 demandas por saneamento, por urbanismo. Então nós estamos sofrendo
1894 muito impacto nesse sentido, e nós precisamos encontrar uma solução. Que
1895 seja talvez, eu não sei, só uma especulação, mas, se não dá para atender os
1896 parâmetros do PNF, que talvez seja naquele tempo destinado para a
1897 população diretamente afetada pelas estruturas do empreendimento, mas
1898 que se chegue a um meio-termo para um acordo um pouco mais razoável.
1899 Vamos trazer razoabilidade para esse processo, o que não dá essa
1900 comunidade mais conviver com um vizinho tão incômodo. E são impactos
1901 que o processo de licenciamento estadual não consegue chegar no detalhe,
1902 mas que nós, no município, chegamos. Então nós percebemos tremor,
1903 barulho, trânsito, enfim, são impactos de pequena magnitude, mas que estão
1904 pulverizados nos no entorno desse empreendimento e que,
1905 cumulativamente, geram muitos problemas e muita demanda hoje,
1906 principalmente, para o poder local. Então nós tentamos, como prefeitura,
1907 como poder público, extrapolamos, inclusive, as nossas competências, como
1908 foi citado aqui, de levar água para algumas famílias, uma vez que nós temos
1909 competência de abastecimento público. Nós não temos a competência legal
1910 de levar água para famílias, para propriedades rurais. E nós
1911 percebemos. Enfim, essa é a manifestação nossa aqui. Obrigado.” Presidente
1912 Daniela Diniz Faria: “Mariana Amorim e Mônica Ferreira.” Mariana Amorim
1913 representante da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Mariana Amorim,
1914 sou da equipe da Secretaria de Meio Ambiente, com o Sandro, e já pegado
1915 um engate na fala dele. Eu venho acompanhando as famílias das
1916 comunidades atingidas há um ano em relação às questões de abastecimento
1917 de água, principalmente, que é um dos problemas que nós vemos
1918 recorrentes nas áreas afetadas. É uma relação muito desgastante entre
1919 Anglo e comunidades atingidas. Porque a prefeitura, como o Sandro
1920 falou, não consegue acompanhar e suprir as necessidades de abastecimento
1921 das comunidades atingidas e garantir que elas sejam iguais como eram
1922 antes da instalação do empreendimento. Então nós vemos que não tem como
1923 essas medidas mitigadoras propostas pela Supram sanarem os vários
1924 problemas das comunidades, porque são muito pontuais. Uma é
1925 abastecimento de água, a outra é tremor, a outra é não sei o que, só que são
1926 vários fatores, inclusive, garantir a mesma qualidade de vida que as pessoas
1927 tinham antes do empreendimento. Porque a coisa mais importante é em
1928 relação ao bem-estar das pessoas dessas comunidades, pessoas que são
1929 desassistidas, que não são ouvidas tanto pelo poder público quanto pela

1930 iniciativa privada. Eu acho que talvez falte uma sensibilidade da Supram, do
1931 COPAM, dos membros, em avaliarem essas questões no âmbito mais global,
1932 considerando todos os fatores que levam as famílias a não querer ser
1933 reassentadas. Em relação à água, por exemplo, de Água Quente, tem
1934 condicionantes de mitigação de lá, inclusive, no PU da LO do Step 3, que
1935 não vai ser votado, mas eu vou falar dele. Fala que o abastecimento é feito
1936 por poço artesiano, o que não é verdade hoje. Há um tempo é levado
1937 caminhão pipa para essa comunidade. A água do Passa Sete, pelo PU, é
1938 uma água que tem certa qualidade para ser consumida, só que o efluente
1939 jogado nesse córrego não está dentro dos parâmetros legais. É um desgaste
1940 muito grande da comunidade, há cinco anos pedindo reassentamento. E nós
1941 vemos que todas essas medidas mitigadoras não têm sido suficientes para
1942 atender a expectativa das comunidades. Inclusive... Só terminar.” Presidente
1943 Daniela Diniz Faria: “Obrigada. Nós vamos usar a isonomia. Próximo inscrito.
1944 Mônica Ferreira.” Mariana Amorim representante da Prefeitura de Conceição
1945 do Mato Dentro: “A Mônica não vai falar.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Se
1946 ela não for falar, nós vamos passar para o próximo, que é Bento Pimenta.”
1947 Bento Pimenta, membro da comunidade: “Uma boa noite a todos. Eu sou
1948 Bento Pimenta, sou da comunidade da serra da Ferrugem. Adiantando para
1949 vocês da mesa e senhores conselheiros, é uma comunidade inexistente,
1950 porque está no laudo da Supram que a serra da Ferrugem não tem mais
1951 morador. Eu estou invisível? Não. Então? Nós estamos morando lá, nós
1952 somos atingidos, e nós precisamos pedir aqui medidas junto, principalmente,
1953 o Ministério Público, que eu acho que é um órgão bastante sério, para que
1954 sejam feitas certas fiscalizações junto a todo o corpo aqui e vários outros
1955 órgãos para o que vem acontecendo nesse processo administrativo. Porque
1956 tem várias condicionantes descumpridas, várias brechas, vários vícios, vários
1957 desrespeitos. Enfim, a comunidade está desassistida de pai e mãe, é um
1958 sofrimento só. Esse povo ali a uma hora dessa a tantos quilômetros de
1959 distância de casa, sem dinheiro para alimentação, a maioria, e nós já vimos
1960 sofrendo isso há sete anos, oito anos, e nada de soluções. Gente, será que o
1961 povo terá que fazer justiça com as próprias mãos? Será? Eu acho que,
1962 quando caminhamos às urnas e damos o nosso voto de confiança aos
1963 nossos administradores, ao poder público, então nós gostaríamos que
1964 recebêssemos de volta. Mas, pelo visto, está difícil. Então eu gostaria muito
1965 que vocês pensassem no caso de Água Quente, porque nós estamos
1966 debaixo de uma armadilha enorme que pode se romper a qualquer momento,
1967 como se rompeu em Mariana e deixou muitas famílias dilaceradas. Eu quero
1968 ver que medida vai restaurar aquelas famílias. Com a morte não se brinca,
1969 ela chega, bate à porta, leva e tira o sono das famílias e dos demais. Boa noite
1970 e obrigado. E peço, mais uma vez, ao Ministério Público que fiscalize, porque
1971 tem treta.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Obrigada. Vamos agora voltar ao
1972 item de pauta nº 5, que a apresentação do relatório. E, após a manifestação

1973 dos inscritos...Eu quero saber se tem alguma observação sobre algumas das
1974 falas.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Senhora presidente,se me
1975 permitir, tem algumas considerações que eu quero fazer. Na verdade,
1976 muitas, mas vou tentar ser bem objetivo. Eu fui tentando anotar o máximo
1977 possível daquilo que os inscritos foram colocando para tentar trazer alguma
1978 resposta. Foi muito falado assim: ‘Por que nós estamos discutindo fossa aqui
1979 se os problemas lá são muito maiores?’. Claro, são muito maiores. Nós não
1980 estamos querendo diminuir o problema. O grupo de trabalho, na hora que foi
1981 falar da condicionante referente à instalação de fossas...”Presidente Daniela
1982 Diniz Faria: “Felipe, pela ordem, nós tínhamos mais um inscrito aqui que
1983 pediu, que estava numa lista separada. Neylor Miranda. Eu só vou passar
1984 para o inscrito, e nós retomamos.”Neylor Miranda, membro da comunidade:
1985 “A minha fala vai se ater em relação ao item 5 da pauta, que trata sobre o
1986 parecer do grupo de trabalho da Supram, mais especificamente em relação à
1987 última recomendação feita. E nós gostaríamos de deixar registrado aqui que
1988 a condicionante sugerida no referido parecer do grupo de trabalho coloca
1989 responsabilidade pela não instalação das fossas sépticas e da estação de
1990 tratamento de água na comunidade.A responsabilidade por isso, a
1991 responsabilidade pelo não cumprimento do dever dessa condicionante é
1992 colocada na comunidade e desobriga a Anglo de cumprir essa condicionante
1993 proposta.Nesse sentido, nós gostaríamos de questionar a validade e a
1994 efetividade da inclusão dessa condicionante que não aborda a questão do
1995 reassentamento da comunidade, dessas comunidades que aqui,
1996 exaustivamente, explicaram seus motivos. Que a principal pauta dessas
1997 comunidades é o reassentamento.E gostaríamos de pedir aqui ao grupo de
1998 trabalho a reformulação dessa condicionante proposta e que essa
1999 reformulação aborde os motivos pelos quais a comunidade recusa a
2000 implantação dessas fossas sépticas e da estação de tratamento de
2001 água.Esses motivos que não foram abordados no parecer do grupo de
2002 trabalho e tampouco do parecer da Supram que trata da exclusão das
2003 condicionantes 36 e 37, que tratam da questão.Sugerimos também que
2004 sejam levadas em consideração as reivindicações da comunidade aqui
2005 expostas, exaustivamente, expostas nas reuniões do grupo de trabalho junto
2006 à comunidade e em diversos órgão, como Ministério Público, Supram e
2007 órgãos competentes da deliberação pelo licenciamento.Essa questão
2008 necessita que os conselheiros levem em conta a reivindicação da
2009 comunidade, porque eles denunciam aqui o clima temerário no qual eles
2010 vivem e que complicou ainda mais após o ocorrido em Bento Rodrigues, em
2011 Mariana, que traduz de forma concreta os problemas vivenciados pela
2012 comunidade no seu cotidiano. Além do mais, o parecer do grupo de trabalho
2013 fala sobre um documento anexo da empresa que trata dos parâmetros e
2014 disponibilidade da água no córrego Passa Sete. E questionamos aqui porque
2015 anexar um documento da empresa ao parecer e não relatar as reivindicações

2016 das comunidades acerca de seus problemas vivenciados. Isso soa como um
2017 privilégio aos argumentos técnicos da empresa em face dos argumentos
2018 apresentados e denunciados pela comunidade sobre os vários fatores que
2019 não foram abordados. Os motivos pela recusa da comunidade devem ser
2020 levados em consideração. Se análise desses motivos não é possível analisar
2021 essa questão da condicionante. Essa discussão se aproxima mais de uma
2022 proposta de desobrigação da empresa do que ter reconhecidas as violações
2023 de direitos por ela. Eu só queria finalizar deixando uma questão.” Presidente
2024 Daniela Diniz Faria: “Não, porque nós temos isonomia. Item 5. Vamos à
2025 discussão do relatório final, e o doutor Felipe retoma de onde
2026 parou.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Senhora presidente, eu vou
2027 fazer a leitura, rapidamente, só do restante do documento que foi entregue
2028 aqui, para complementar o raciocínio que quiseram expor. São algumas
2029 considerações e conclusões sobre a análise que a comunidade fez sobre o
2030 parecer do grupo de trabalho, pedindo, além aquilo que foi colocado
2031 anteriormente, que ‘o novo estudo contemple informações sobre o modo de
2032 ser, fazer e viver da população afetada, trazendo dados que contemplem as
2033 especificidades culturais e as relações entre as famílias da comunidade
2034 atingida entre si e com até os recursos naturais e com outras comunidades e
2035 agentes econômicos e políticos. Que seja custeado pelo empreendedor a
2036 contratação de um estudo de valoração de perdas e danos para efeito de
2037 compensação financeira pelas perdas ocasionados durante a etapa de
2038 instalação do empreendimento para todos os proprietários, posseiros
2039 ribeirinhos ao longo dos córregos Pereira e Passa Sete até a confluência
2040 desses dois. Que seja esclarecido qual é a real qualidade das águas dos
2041 córregos Passa Sete e Pereira e quais usos podem ser desenvolvidos pela
2042 comunidade. Que sejam disponibilizadas informações acerca do
2043 cumprimento das condicionantes 27 da LP, 32 da LI fase 1, 37 da LI fase, 37
2044 da LO e 21 da LP/LI do Step 2. Que sejam informadas quais são as
2045 propriedades atendidas pelo programa de reestruturação produtiva da
2046 empresa. Que sejam informadas quais são as propriedades do entorno que
2047 foram incluídas na condicionante 106, que estão sendo atingidas pelo
2048 programa de reestruturação produtiva da empresa’. São algumas
2049 considerações sobre o grupo de trabalho que o pessoal não conseguiu
2050 concluir. Eu queria ter a oportunidade, senhora presidente, agora na minha
2051 fala mesmo, de esclarecer alguns pontos que talvez não tenham ficado bem
2052 entendidos e algumas considerações de algumas sugestões que foram feitas
2053 e que eu acho que podem ser pertinentes. Em primeiro lugar, o
2054 seguinte. Colocou-se assim a questão da fossa, ‘o problema é muito maior
2055 do que nós estamos discutindo instalação de fossa séptica’. É claro que o
2056 problema é muito maior, ninguém está aqui querendo diminuir o tamanho do
2057 problema ou a dimensão. A questão é que o grupo de trabalho tinha que falar
2058 alguma coisa sobre fossa séptica, pelo simples fato de que o grupo de

2059 trabalho foi montado para falar sobre as recomendações que a Diversus fez,
2060 e uma das recomendações era instalar fossa séptica. Então nós temos que
2061 falar alguma coisa, ou não instalar ou instalar. Alguma coisa nós tínhamos
2062 que dizer a respeito. Então na hora que foi dito não foi no sentido de diminuir,
2063 mas de abordar aquilo que o grupo de trabalho que foi montado tinha que
2064 abordar. Se os outros integrantes também quiserem se manifestar sobre isso
2065 também, se entenderem também dessa forma... Eu concordo muito com o
2066 que foi colocado, 'não adianta nada falar de fossa séptica, de ETA, se não
2067 recuperarmos o rio para os usos tradicionais'. Com isso tudo que foi falado
2068 aqui nós concordamos plenamente. Agora, é importante esclarecer o
2069 seguinte: o fato de não constar essa informação no parecer do GT não retira
2070 essa obrigação da empresa, essa obrigação já existe; existe numa ação que o
2071 Ministério Público ajuizou – eu ajuizei junto com o doutor Marcelo –, que tem
2072 decisão judicial liminar. É obrigação também em decorrência do próprio
2073 licenciamento ambiental. Então isso tem que ser feito. O fato de não constar
2074 como condicionante aqui é porque já tem estabelecido isso nos outros
2075 locais. De forma alguma, pelo menos da minha parte, existe qualquer
2076 pretensão de que essas questões retirem obrigação da empresa de
2077 recuperar os rios para permitir os usos tradicionais. Inclusive, sempre foi a
2078 tônica, o pedido judicial está dessa forma. 'Recuperar os cursos d'água e
2079 matas ciliares impactados de forma a permitir o uso tradicional dos recursos
2080 hídricos pela comunidade. Da forma como foi colocado, eu não sei se foi
2081 entendido por alguns integrantes da comunidade no sentido de que o GT
2082 estava desmerecendo essa obrigação. De forma alguma. Eu fiz parte do GT
2083 e dessa ação, então seria uma coisa contraditória. Tem uma coisa aqui que
2084 eu acho que é voltada ao Ministério Público propriamente. 'Somente tivemos
2085 respostas verbais do Ministério Público sobre alguns questionamentos'. Eu,
2086 particularmente, discordo. Porque foi feita uma reunião há um tempo atrás
2087 com a comunidade, inclusive, com a presença do doutor Marcelo, e nós
2088 fizemos uma ata formal. Inclusive, dias depois, eu entreguei cópia, por e-mail,
2089 do parecer do GT à Patrícia Generoso para que pudesse compartilhar. Então
2090 isso ficou documentado e atestado no procedimento. Então eu,
2091 particularmente, não compartilho desse entendimento. Aí vêm algumas
2092 questões que eu acho que são muito importantes. Tem considerações do
2093 Lúcio Guerra que eu acho que são muito válidas e que nós temos que
2094 debater aqui, mas eu acho que é importante entender também o foco do
2095 GT, qual era o ambiente do trabalho dele, e nós pensarmos em outras
2096 medidas para podermos analisar alguns impactos que foram relatados aqui
2097 hoje e que realmente não foram objeto do parecer do grupo de trabalho. E
2098 não foram por quê? O grupo de trabalho foi formado com um objetivo muito
2099 delimitado, que era analisar as recomendações que a Diversus fez no
2100 momento da instalação do empreendimento. Então o parecer,
2101 especificamente, do grupo de trabalho tem que focar esse objeto para o qual

2102 ele foi formado. Por isso eu disse que os outros impactos nós temos que
2103 analisar, o problema é que não conseguíamos analisar dentro desse
2104 instrumento, porque extrapolariamos o objeto que a URC delegou ao grupo de
2105 trabalho para fazer sua análise, em nome da URC, e trazer aqui uma
2106 devolutiva igual hoje. Eu anotei algumas considerações. Por exemplo, o mau
2107 cheiro. Eu até fiquei na dúvida se tem a ver com a operação de barragens ou
2108 não. Eu queria depois que a Supram pudesse abordar, porque várias
2109 pessoas mencionaram, e nós temos que averiguar isso. Segurança de
2110 barragem: eu até mencionei isso, anteriormente. Poeira. Tudo isso são
2111 coisas muito mais relacionadas à operação. É claro que na instalação
2112 também tinha poeira. Mas o estudo da Diversus não abordou, porque foi feito
2113 em determinado momento. E o grupo de trabalho teve que se debruçar sobre
2114 aquele estudo feito naquele momento. Então eu acho que agora nós temos
2115 que ter subsídios para discutir esses impactos, porque todo impacto adicional
2116 tem que gerar medidas adicionais também, inclusive, eventualmente,
2117 reassentamento, num caso extremo. Isso eu já falei aqui várias vezes e
2118 vocês sabem. Especificamente para a Sra. Gracilene Maria, que
2119 perguntou: 'Tem jeito, promotor, o que pode ser feito?' Olha, Gracilene, o
2120 parecer do grupo de trabalho, se for aprovado, recomenda a inclusão do Sr.
2121 Adenilson, o marido da senhora, no PNF. Inclusive, uma foto que a senhora
2122 me entregou na visita que nós fizemos na comunidade foi determinante para
2123 que houvesse essa inclusão dele. Aquela foto que a senhora me entregou
2124 demonstrado que ele tinha produção autônoma. Lembra disso? Eu guardei
2125 aquela foto, e na outra reunião do grupo de trabalho eu apresentei aquela
2126 foto, e ela foi determinante para conseguir. Então a senhora perguntou 'o que
2127 vai ser feito, eu quero saber a resposta'. A resposta é esta: pelo menos, no
2128 parecer que foi feito, o Sr. Adenilson é incluído no PNF, justamente por causa
2129 da posse autônoma que a senhora e ele tinham, uma produção autônoma
2130 fora da propriedade da mãe dele. Então por tudo isso. Eu queria primeiro
2131 fazer esse recorte e explicar que o parecer do grupo de trabalho foi
2132 realmente em cima do estudo da Diversus. Eu anotei aqui várias coisas que,
2133 especialmente, o Lúcio Guerra Júnior colocou. Primeiro, uma questão.
2134 Realmente, o grupo de trabalho se debruçou em cima do estudo da Diversus,
2135 que foi feito no momento da LI. Esses impactos da Licença de Operação,
2136 senhora presidente, Ângelo, Wesley, Rodrigo, nós temos que debater
2137 realmente. Mau cheiro, poeira, os efluentes despejados lá em cima em razão
2138 da operação estão em desacordo. Então nós temos que debater isso, porque
2139 isso realmente pode gerar alguma alteração na questão de
2140 atingidos." Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
2141 "Na verdade, esse debate foi feito no parecer da LO do Step 2, que vai voltar
2142 à pauta numa ocasião futura." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Eu
2143 reitero uma sugestão que fiz há algum tempo atrás que eu acho que poderia
2144 dirimir muitas das angústias, que é aquela ideia, desde a reunião que foi feita

2145 com a comunidade aqui em Diamantina e que foi discutido, e nós temos
2146 solicitado à Supram. Eu acho que é uma coisa que poderia auxiliar muito.
2147 Que é a verificação do cumprimento das obrigações junto com a
2148 comunidade, eles tirem junto com a equipe da Supram para apontar onde
2149 estão os problemas. Eu sempre falo isso, eu acho que é uma coisa que, para
2150 a equipe da Supram, poderia facilitar muito. Porque nós ouvimos relatos, e
2151 às vezes a equipe da Supram não conseguiu chegar àquele local específico
2152 onde a comunidade aponta que há o problema. Então eu reitero mais uma
2153 vez. Eu sempre falo isso, é uma sugestão já velha da nossa parte, mas eu
2154 acho que poderia auxiliar muito nessa apuração mais detalhada. Tem
2155 algumas coisas que o Lúcio Guerra Júnior colocou aqui que eu acho que são
2156 importantes. Em uma delas eu concordo plenamente com o Lúcio, que não
2157 houve, realmente, o encaminhamento do parecer para a Diversus. Eu acho
2158 que realmente teria sido interessante. Concordo com você. Porque a
2159 Diversus colocou uma recomendação, o grupo de trabalho, na hora da
2160 votação, às vezes entendeu pela não prevalência de determinada
2161 recomendação. Eu acho que é importante, realmente, e concordo. Ele colocou
2162 aqui alguns pontos, e eu vou tentar abordar. Não sei se vou conseguir
2163 abordar todos. Me desculpem. Até tem alguns pontos que nem caberia a
2164 mim abordar, mas eu vou tentar abordar de qualquer forma, porque, no caso
2165 do grupo de trabalho, eu fiz parte do grupo. Metodologia de vulnerabilidade
2166 no PNF. Lúcio, eu concordo com você. Eu sempre fui crítico à forma como se
2167 constata a vulnerabilidade nesse processo de licenciamento ambiental. Eu já
2168 manifestei aqui, publicamente, mais de uma vez, e manifestei isso no grupo
2169 de trabalho também. Eu até te falo qual é a minha crítica pessoal. Eu analisei
2170 já várias atas antigas das reuniões, mesmo antes de participar desse
2171 processo de licenciamento, e realmente eu nunca identifiquei. Eu já coloquei
2172 isso também no grupo de trabalho. 'Lá no PNF fala alguma coisa sobre
2173 vulnerabilidade e tal, então por que o GT está aceitando?' Eu acho que o
2174 problema nem é o PNF. A crítica que eu tenho sobre a metodologia de
2175 vulnerabilidade é que eu não consegui identificar como ela foi elaborada e
2176 como ela foi aprovada. Essa é a minha crítica pessoal. Essas razões eu já
2177 coloquei aqui anteriormente e coloquei no grupo de trabalho. Então porque,
2178 quando você me perguntou 'e aí, Felipe, olhá lá o negócio de vulnerabilidade'.
2179 Eu não sei, eu também sou crítico. A minha crítica é por outro motivo, mas
2180 eu também sou crítico. Só que foi uma questão deliberativa. Eu respeito a
2181 deliberação que foi feita no grupo de trabalho. Mas eu também,
2182 particularmente, sou contrário a essa forma de metodologia, principalmente
2183 porque eu não conheço como ela foi elaborada e como ela foi aprovada.
2184 Principalmente, por causa disso. Eu, particularmente, não consegui achar.
2185 Pode ser que em alguma ata esteja – de alguma reunião antiga –, mas eu
2186 não achei. Então eu também sou contrário. Eu concordo com você na
2187 questão da análise anterior da Diversus. Dentro das recomendações que

2188 constam aqui, está a questão de um novo estudo. A comunidade coloca: é
2189 importante um novo estudo para definir quem são os atingidos pelo
2190 empreendimento, para assim ter uma definição de reassentamento. Eu acho
2191 que é um pouco do que nós estávamos conversando aqui antes. É aquela
2192 questão: esse novo estudo vai ser algo semelhante ao estudo da Diversus, só
2193 que numa nova fase. Então, mais uma vez, o grupo de trabalho ficou em
2194 cima do estudo da Diversus, e o estudo da Diversus indicou quem tinha que
2195 ser reassentado em razão daqueles impactos identificados no momento da
2196 instalação. Isso já foi deliberado, já houve a determinação de inclusão no
2197 PNF. Como estão sendo cumpridas essas obrigações, isso é outra história, é
2198 outro assunto.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Felipe, só uma
2199 questão. Você está falando de um novo estudo, e eu já vou até te falar: um
2200 novo estudo agora, neste momento, talvez não fosse cabível porque novos
2201 impactos têm que ser revistos, mas no âmbito de quando for discutido o
2202 próprio Step 3. Até mesmo porque os impactos que foram discutidos agora
2203 foram relativos à questão da instalação do empreendimento como um todo
2204 agora, e o Step 3 vai ser discutido posteriormente. Então os novos impactos
2205 têm que ser discutidos posteriormente.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
2206 “Eu não estou falando de Step 3. Eu concordo, eu acho que o novo estudo
2207 para o Step 3 tem a discussão do Step 3, que vai ser feita no momento
2208 oportuno. Eu não estou falando de Step 3. Eu estou querendo dizer o
2209 seguinte: o estudo da Diversus foi feito no momento de instalação da LI, fase
2210 1 e fase 2. A primeira Licença de Operação já é posterior à conclusão do
2211 estudo da Diversus; o diagnóstico, o protocolo. Foi posterior ao protocolo do
2212 estudo da Diversus, que estava concluído. O que eu estava discutindo
2213 anteriormente é o seguinte. O estudo da Diversus fez uma delimitação, um
2214 diagnóstico dos impactos da instalação. Os impactos da operação ou desta
2215 nova instalação, que é o Step 2, não foram analisados pela equipe da
2216 Diversus, porque não existiam naquele momento. Era outro tempo, naquele
2217 momento não tinha operação, então não diagnosticou os impactos da
2218 operação. É uma questão de período temporal. E o grupo de trabalho focou
2219 isso que a Diversus identificou naquele momento. Então o que eu estou
2220 querendo colocar é o seguinte: é possível que, dentro dessas novas etapas,
2221 haja necessidade de novos reassentamentos? É. É possível que não haja
2222 necessidade de reassentamentos? Também é. Eu estou querendo dizer que
2223 é uma análise que não foi feita no estudo em cima do qual o GT fez o seu
2224 parecer, porque a abordagem era outra, o momento era outro. Então quando
2225 o Lúcio fala o seguinte: ‘É necessário novo estudo de definição de atingidos’.
2226 Para impactos de operação e instalação do Step 2, e, eventualmente, a
2227 operação do Step 2, aí eu concordo que é necessário, sim, uma nova análise
2228 de impactos que possam ou não gerar reassentamento. Isso foi feito, por
2229 exemplo, na LP+LI. Na LO, vai ter a discussão. A análise do PU do Step 2
2230 será a próxima. Mas eu só estou querendo fazer um link e voltar àquela

2231 discussão em que nós estávamos antes, de que o diagnóstico de impacto da
2232 primeira instalação nós já temos concluídos, e só os novos impactos, nos
2233 novos momentos, eu concordo plenamente que tem que ser feita essa
2234 análise. Ou um estudo de consultoria independente ou a própria equipe
2235 técnica da Supram, se tiver a expertise, já fazer as suas considerações.
2236 Agora, Lúcio, a questão das críticas à metodologia do trabalho da Diversus é
2237 aquilo que nós chegamos a discutir aqui no momento da Licença de
2238 Operação. No momento em que foi indicada a Diversus foi em razão do
2239 histórico que ela tinha de um diagnóstico anterior. Ela apresentou sua
2240 metodologia. Agora, eu concordo com você é que seria interessante a
2241 Diversus ter tido acesso a esse parecer anteriormente. Com isso eu
2242 concordo.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Doutor Felipe, o senhor colocou,
2243 então, as razões e as manifestações. Só que houve uma nova redação na
2244 última parte do parecer elaborado, que era o pedacinho que deu divergência.
2245 Se puderam ler, é a última parte do parecer com as conclusões. As demais
2246 ações o conselheiro Felipe já leu, e não houve divergência entre eles. Então
2247 vamos ler o pedaço que deu divergência.” Conselheira Denise Bernardes
2248 Couto: “Eu vou lê-la toda: ‘Implantar, nos domicílios de Passa Sete, o
2249 sistema de fossa séptica implantado em Água Quente, bem como estender
2250 as obrigações de manutenção e auxílio quanto ao funcionamento das fossas.
2251 Prazo: 1 ano. Para o cumprimento da obrigação, a empresa deverá, em 30
2252 dias da aprovação desta condicionante, encaminhar notificação aos
2253 interessados para que esses manifestem seu interesse. Após 30 dias da
2254 notificação, a empresa retornará junto aos notificados para obter a
2255 manifestação quanto à aceitação ou não da instalação da fossa séptica. E
2256 todo o procedimento deverá ser feito via cartorial’.” Presidente Daniela Diniz
2257 Faria: “Ok. Eu coloco em votação. Mais algum conselheiro?” Conselheiro
2258 Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Como eu estou novamente vindo à
2259 discussão... Esse período em que eu fiquei suspenso foi um período
2260 bastante longo. A Sociedade Amigos do Tabuleiro acompanha o processo de
2261 licenciamento desde 2006, 2007. Acompanhou todo o processo, tanto
2262 localmente quanto dentro das instâncias do Estado, da Federação e do
2263 Conselho, e realmente essa questão sobre a análise do atingimento foi
2264 sempre uma pauta complexa e com bastante controvérsia, tendo exigido
2265 longas deliberações por parte, principalmente, dos órgãos do Estado. Nós
2266 iniciamos o processo dentro da FEAM, sob a égide do secretário José Carlos
2267 Carvalho, que eu acredito que nos ensina muito sobre a questão de
2268 integração e compartilhamento de gestão, que eu acho que é a tônica para
2269 gerar eficiência no licenciamento. E que realmente, depois, num período
2270 posterior, houve certa desorganização desses processos. E nós vimos,
2271 então, uma controvérsia interminável, com resultados negativos não só para
2272 a comunidade e para o poder público local, mas também para a própria
2273 empresa, e com um desgaste muito grande da imagem do Estado, porque a

2274 mediação ficou, realmente, insuficiente, com problemas recursivos e
2275 continuados. Inicialmente, na LP, nós sugerimos, numa construção conjunta –
2276 na época, o Caio era o coordenador da equipe de licenciamento; o que lhe
2277 exigiu grande esforço –, que houvesse um plano de monitoramento. Vocês
2278 podem verificar dentro da Licença de Operação, como condicionante, que
2279 houvesse um plano de monitoramento, que foi acordado dentro dos órgãos,
2280 com o consenso de todas as partes de que haveria um compartilhamento
2281 desse monitoramento. Nós somos um conselho de política ambiental, mas
2282 não só legitimamos licenciamentos, nós também construímos política
2283 pública. Eu acho que a função que muitas vezes está esquecida é que a
2284 pessoa quando se habilita a ser um conselheiro vem aqui, acima de tudo,
2285 para construir políticas públicas, para participar dessa construção, para
2286 alimentar as instâncias deliberativas e normativas com a realidade que está
2287 ocorrendo dentro da sua esfera de atuação. E nós então constatamos que a
2288 gestão compartilhada no processo de licenciamento é fundamental,
2289 principalmente, porque o licenciamento, contrariamente ao que se vê, não é
2290 um processo posto, finalizado, ele é dinâmico. Como nós observamos aqui, o
2291 doutor Felipe pautou muito bem, essa dinâmica vai mudando continuamente
2292 na medida em que o processo vai se desenrolando. É muito diferente uma
2293 LP de uma LI e de uma LO. As realidades vão mudando, e as áreas de
2294 influência vão sendo alteradas. Então, pela insuficiência desse
2295 monitoramento, e nós só recebendo relatórios que são pautados e colocados
2296 em tempos defasados... Esse lapso temporal é muito crítico na análise que
2297 nós fazemos. Nós pegamos, por exemplo, o relatório da Diversus, que
2298 começou a ser construído em 2011. Os dados que foram levantados, e
2299 mesmo os relatórios finais, que foram, finalmente, acrescidos por um estudo
2300 complementar, eram de períodos extremamente defasados do que nós
2301 estamos vendo e estamos aqui constatando. Não é simplesmente uma
2302 alegação, uma suposição, é fato. O testemunho das pessoas que estão aqui
2303 não é uma variação, uma ilusão, eles estão vivendo essa realidade. Se essa
2304 realidade é uma realidade que pode estar exaltada, pela experiência que
2305 eles estão fazendo, pelo emocional, isso não nega o fato. Nós temos um fato
2306 concreto, e não há como nos mostrarmos cegos, porque viemos aqui só por
2307 um dia para realizar todo um período de tempo, e dizer que existe um estudo
2308 técnico e objetivo que tem que ser realizado. Eu acho que a sugestão da
2309 atualização dessa percepção dentro de um critério técnico deve ser lançada,
2310 sim, deve ser incorporada. Isso é uma obrigação nossa, como conselheiros,
2311 acompanhar a dinâmica desse licenciamento. Nós temos que acompanhar.
2312 Agora, logicamente, como a Denise colocou, lapsos temporais muito longos
2313 para se tomar decisão, vai se arrastar mais ainda o processo. Então eu acho
2314 que um esforço conjunto deve ser feito com a participação dos entes que
2315 estão aqui presentes e que já se manifestaram. Como é o caso do município,
2316 que veio aqui com uma eficiente equipe técnica com que hoje está contando.

2317 Não contava, demorou muito para ser equipado, mas agora está contando
2318 com uma equipe razoável, que tem participação também nos conselhos, nas
2319 entidades, seja a Reaja, seja o Codema, sejam os órgãos que estão
2320 atuantes. Para que esses atores possam estar acompanhando em tempo real
2321 a realidade do que está acontecendo lá. A Supram, com seus técnicos, com a
2322 expertise, que se torna indispensável, e com a própria participação da
2323 empresa, da consultoria, que fez o relatório e que entregou a metodologia
2324 que está sendo aceita. O que nós estamos questionando não é a
2325 metodologia, mas a abrangência do atendimento. Isso é que tem que ser
2326 atualizado. Eu acho que, se nós quisermos ser fieis ao mandato que nos foi
2327 conferido, no sentido de agir com isonomia, agir com legalidade, agir com
2328 imparcialidade nesse processo, nós temos que realmente ver e verificar o
2329 que realmente está acontecendo, de forma técnica, científica, com
2330 metodologia adequada, para, constatando as realidades, tomar as decisões
2331 mais aproximadas de uma correção de uma realidade ilegal. Eu acho que
2332 isso é um compromisso, e, estranhamente, eu acho que nós às vezes não
2333 vemos os órgãos ambientais – não é um privilégio nem da federação, nem
2334 do Estado nem do município – assumirem essa posição lógica; é uma
2335 posição reativa. Existe essa realidade, e o que vamos fazer? Aplica-se o que
2336 é competência. A competência é ir lá, verificar, ouvir, ver se isso que está
2337 sendo falado está ocorrendo, realmente. E, com a expertise necessária, com
2338 os técnicos necessários, que não são tão complexos nem demandam tantos
2339 recursos assim, chegar a uma proximidade de uma realidade para se
2340 deliberar. Então eu acho que isso é fundamental para que nós possamos,
2341 realmente, exercer nosso papel enquanto conselheiros, enquanto um
2342 conselho que visa ao bem-estar da sociedade, seja ela o município, seja ela
2343 as populações, seja ela a própria empresa, que está aqui enrolada, por anos,
2344 e vai ficar mais anos enrolada, se continuar desse jeito. Então eu acho que
2345 para essa agilidade, para o bem-estar e para o sucesso desse projeto, deve
2346 ser feito com aplicação da metodologia científica e com o envolvimento dos
2347 que são interessados.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Ok. Obrigada. Eu vou
2348 pedir aos conselheiros que se atenham ao item 5 da pauta. Nós precisamos
2349 colocar em votação. Então se houver sugestões em relação ao relatório que
2350 elas sejam objetivas, porque nós precisamos concluir o item.” Conselheiro
2351 Felipe Faria de Oliveira: “Só uma sugestão mesmo. Que dentro do que foi
2352 entregue aqui, documentalmente, tem dois pontos que eu acho que seria
2353 interessante discutirmos a possibilidade de inclusão, como uma obrigação a
2354 ser implementada. Porque no próprio parecer do GT foi mencionado o
2355 seguinte: que não havia informações sobre valoração de perdas e danos. E
2356 isso era uma dificuldade que se tinha para poder indicar o que cada família
2357 perdeu e, conseqüentemente, em quanto cada uma tinha que ser
2358 compensada. Isso até foi um dos motivos de se concluir pela necessidade de
2359 um programa de reestruturação produtiva. Mas, de fato, tem uma sugestão

2360 aqui que eu acho que é muito interessante e que vai dentro dessa lacuna
2361 dentro do que foi feito pelo grupo. A sugestão para que 'seja custeada pelo
2362 empreendedor a contratação de estudo de valoração de perdas e danos para
2363 efeito de compensação financeira, pelas perdas ocasionadas durante a etapa
2364 de instalação do empreendimento, para os proprietários/posseiros e
2365 ribeirinhos ao longo dos córregos Pereira e Passa Sete até a confluência
2366 desses dois'. Isso porque no próprio GT nós mencionamos, o grupo de
2367 trabalho mencionou a ausência dessa informação. Senhora presidente, eu
2368 sei que isso deve ser votado de forma apartada para não tumultuar a votação
2369 do texto original, mas eu acho que é uma obrigação que é interessante. E
2370 outra que achei também muito válida, talvez a equipe técnica da Supram
2371 possa até falar se isso é desnecessário ou não, às vezes já tem isso
2372 internalizado de alguma forma no licenciamento. Eu até acredito que, sim,
2373 mas é importante nós termos essa confirmação. 'Que sejam esclarecidos qual
2374 é a real qualidade das águas dos córregos Passa Sete e Pereira e quais os
2375 usos podem ser desenvolvidos pela comunidade conforme estão lá hoje'.
2376 Isso é uma coisa interessante também, ou seja, da forma como está hoje,
2377 quais são os usos aptos à comunidade. Eu acho que isso é uma coisa muito
2378 válida de termos informação. Eu não sei se, de alguma forma, já tem esse
2379 dado. Esses são dois pontos muito interessantes. Existem outros pontos aqui
2380 que eu acho que talvez se confundem um pouco com aquilo que já foi
2381 apontado, mas, especialmente, esses dois ficam com a minha sugestão de
2382 inclusão como obrigação de condicionante também. A questão de retirada de
2383 pauta ou não é uma questão de prerrogativa da presidência. E mais uma
2384 vez, enfim, reiterando a necessidade daquela vistoria conjunta." Presidente
2385 Daniela Diniz Faria: "Ok. Eu coloco em votação o item 5, que é o parecer do
2386 Conselho, constituído pelo grupo de trabalho, retirando o último parágrafo e
2387 incluindo a redação que a conselheira Denise, da Fiemg, leu. As
2388 condicionantes sugeridas pelo conselheiro da Procuradoria-Geral de Justiça
2389 nós vamos votar à parte. Então em votação o item 5 da pauta, que é o
2390 relatório final do grupo de trabalho. Os conselheiros que concordam com os
2391 termos do parecer, com a alteração pela conselheira Denise, permaneçam
2392 como estão. Ok. Um voto contrário, do conselheiro Carlos Eduardo."
2393 Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: "Eu elogio muito o esforço feito
2394 pelo grupo de trabalho. Eu acho que foi um trabalho muito bem feito. Eu acho
2395 que realmente, com o material disponível, fez o que era possível.
2396 Entretanto, a minha questão é sobre a não atualidade das informações. Eu
2397 acho que não darão um resultado satisfatório para uma realidade que nós
2398 estamos constatando que já mudou muito. Então temos um documento que
2399 está defasado. Eu sugeriria, como o doutor Felipe falou, que houvessem
2400 informações complementares e uma vistoria para se verificar a atualidade
2401 dos dados. Eu acho que isso é indispensável." Presidente Daniela Diniz
2402 Faria: "Ok. Agora, eu coloco em votação, por ordem, cada uma das

2403 condicionantes. Você pode fazer a leitura da primeira?”Conselheiro Felipe
2404 Faria de Oliveira: “Que seja custeada pelo empreendedor a contratação de
2405 estudo de valoração de perdas e danos para efeitos de compensação
2406 financeira pelas perdas ocasionadas durante a etapa de instalação do
2407 empreendimento, para todos os proprietários/posseiros ribeirinhos ao longo
2408 dos córregos Pereira e Passa Sete até a confluência desses dois’.”
2409 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhora presidente, pela ordem.
2410 Seria interessante, sobre essas duas questões, ouvir até o empreendedor, o
2411 que ele tem a dizer.”Presidente Daniela Diniz Faria: “Ok. Eu chamo a
2412 empresa para se manifestar, considerando inclusão de novas condicionantes
2413 que não constavam no parecer. A empresa vai se manifestar?” Fabiana Vita,
2414 representante da Anglo American: “Esse assunto, especificamente, sobre
2415 perdas e danos foi discutido no próprio GT, exaustivamente – logo no início
2416 teve uma discussão aprofundada –, e chegou-se à conclusão, pelo GT, de
2417 que não deveria ser incluído, justamente porque não existe nenhuma
2418 comprovação dessas perdas. E a empresa assumir, neste momento, fazer um
2419 estudo dessa valoração, de uma coisa que aconteceu no passado, é muito
2420 difícil, não tem como nós fazermos isso. Então seria uma condição
2421 inexecutável por parte do empreendedor. Nós não temos como assumir um
2422 estudo de perda individual.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Vocês já podem
2423 se manifestar, por favor, em relação à segunda condicionante, sobre os
2424 usos.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu vou ler a segunda de uma
2425 vez porque aí já faz a abordagem. ‘Que sejam esclarecidos – talvez
2426 tenhamos que elaborar a redação –, mediante estudo técnico por profissional
2427 qualificado, qual a real qualidade das águas dos córregos Passa Sete e
2428 Pereira e quais os usos que podem ser desenvolvidos pela comunidade’, ou
2429 seja, os usos que podem ser dados hoje, que tipo de utilização pode ser feita
2430 para esses recursos hídricos.”Aldo, representante da Anglo American: “No
2431 âmbito dos EIA/Rimas recentemente protocolados, tanto do Step 3 quanto
2432 do Step 2, nós entendemos existirem informações necessárias para esse tipo
2433 de avaliação. Também nos relatórios de monitoramento de recursos hídricos,
2434 informados regularmente pela empresa, como parte das obrigações da
2435 operação. No entanto, se o órgão ambiental julgar necessário o
2436 complemento dessas informações, a empresa está à disposição.”Presidente
2437 Daniela Diniz Faria: “Eu gostaria de ouvir o Conselho em relação ao primeiro
2438 item, perdas e danos, que a empresa manifesta que seria inexecutável. Em
2439 relação ao item 2, me parece que há um consenso para colocarmos em
2440 votação, mas precisamos debater.”Aldo, representante da Anglo American:
2441 “Presidente, somente um comentário complementar à primeira sugestão do
2442 promotor. Como colocado pelo conselheiro Carlos, a empresa vem
2443 acompanhando e financiou, em duas etapas, o estudo da Diversus, respeitou
2444 o trabalho, tanto da empresa quanto acompanhou a conclusão do relatório, e,
2445 posteriormente ao trabalho do grupo de trabalho, fornecendo, sempre

2446 quando o grupo solicitou, as informações necessárias. Em diversas reuniões
2447 do grupo, tem acompanhado e respeitado as discussões e aguardando a
2448 deliberação do GT e dos conselheiros. Então em nenhum momento nós nos
2449 opusemos ao trâmite legal que o grupo de trabalho impôs, nessas
2450 discussões. Então só um aparte ao conselheiro Carlos: não há por parte da
2451 empresa nenhum objetivo de acelerar ou desacelerar o trabalho. Nós, na
2452 verdade, esperamos, como foi colocado, que seja deliberado o mais
2453 rapidamente possível, dentro do escopo que foi definido na época.”
2454 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Quanto à consideração da empresa
2455 sobre a primeira sugestão, do estudo de valoração de perdas e danos
2456 individuais. De fato, isso foi discutido pelo grupo de trabalho, e, inclusive,
2457 consta, textualmente, no próprio parecer que essa é uma dificuldade que o
2458 grupo de trabalho enfrentou, porque não tinha informações. Até por isso que
2459 eu achei essa sugestão interessante, porque complementaria uma
2460 dificuldade que nós encontramos no momento daquelas discussões,
2461 realmente no início dos trabalhos do GT. A forma de encontrar essas
2462 informações, o que cada um perdeu, eu entendo que, quanto mais o tempo
2463 passa, mais difícil fica. Eu também não tenho dúvida disso. Existem talvez
2464 maneiras de tentar fazer um trabalho nesse sentido, até testemunhal, enfim,
2465 buscar informações lá. Se for impossível... De alguma propriedade às vezes
2466 não tem informação nenhum, e isso vai ser colocado no papel falando que
2467 ‘diligências foram adotadas para tentar buscar essas informações e que
2468 todas elas foram infrutíferas’. É um relatório, isso poderia constar do próprio
2469 documento. Mas eu achei que essa sugestão aqui está muito alinhada com a
2470 dificuldade que consta do próprio texto do GT. Por isso que eu,
2471 particularmente, acho que é interessante uma tentativa de fazer um estudo
2472 nesse sentido.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu acho que a
2473 colocação do doutor Felipe é absolutamente pertinente. A nossa legislação é
2474 muito clara na questão ambiental, ela fala sobre o poluidor/pagador. Quando
2475 há impacto, esse impacto gera algum prejuízo, e esse prejuízo tem que ser
2476 mitigado, tem que ser compensado, tem que ser neutralizado. Isso já é como
2477 a lei determina. Se há perda, se alguém perdeu, tem que ver quem perdeu e
2478 quem gerou a perda, isso é inevitável. Como constatar isso, pode ter
2479 dificuldade, mas perícia é especialidade, expertise. Se faz perícia de tudo, se
2480 estuda a história do planeta de 5 bilhões de anos atrás. Isso é competência
2481 técnica. Se há possibilidade, não se pode deixar prejudicado quem perdeu,
2482 porque não é justo quem perdeu em função do comportamento de outro fique
2483 no prejuízo, porque simplesmente não foram tomadas as medidas
2484 necessárias, que deveriam ser tomadas por quem propõe a ação para que
2485 isso ocorra. Porque aí é muito fácil, se eu vou gerar prejuízo no outro e não
2486 quero pagar... Não estou dizendo que esse seja o fato, não estou alegando
2487 para a empresa nenhuma responsabilidade dessa natureza de má-fé. Mas
2488 seria dessa forma, ‘eu, simplesmente, não tomo a medida da linha de início,

2489 do marco zero, que seria a referência para que eu pudesse avaliar o que
2490 acontece, o marco zero desaparece, e depois eu falo que não tenho
2491 responsabilidade porque o marco zero, que seria a minha referência para
2492 comparar, não existe mais'. Então eu acho que isso seria, de certa
2493 forma, contribuir para amarrar um pouco o processo.” Presidente Daniela Diniz
2494 Faria: “Eu vou pôr em votação então a inclusão da primeira condicionante
2495 proposta pelo conselheiro da Procuradoria-Geral de Justiça em relação ao
2496 estudo de perdas e danos. É necessário fazer a leitura novamente? Coloco
2497 em votação a condicionante de nº 1 proposta, que se refere a perdas e
2498 danos. Aqueles que concordam com o teor da condicionante permaneçam
2499 como estão. Aprovado, com dois votos contrários, da Fiemg e da
2500 Federaminas. Em relação à inclusão da condicionante nº 2, relativa aos
2501 usos.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu só vou sugerir, senhora
2502 presidente, se me permite, no item 2, porque eu acho necessário alterar um
2503 pouquinho a forma como me foi apresentado o documento, para que a
2504 condicionante tenha uma redação mais adequada. ‘Que seja elaborado
2505 estudo técnico que esclareça a real qualidade das águas dos córregos
2506 Pereira e Passa Sete...’ E aí conforme eu tinha apresentado anteriormente.
2507 Mas eu acrescentei ‘elaborar estudo técnico’, ou relatório técnico. ‘Que seja
2508 elaborado relatório técnico.’” Presidente Daniela Diniz Faria: “Ok. Essa
2509 condicionante o Conselho acabou de aprovar. Não, o senhor está falando da
2510 segunda. O senhor pode falar novamente?” Conselheiro Felipe Faria de
2511 Oliveira: “ ‘Que seja elaborado relatório técnico que esclareça a real
2512 qualidade das águas dos córregos Passa Sete e Pereira e quais os usos que
2513 podem ser desenvolvidos pela comunidade’.” Presidente Daniela Diniz Faria:
2514 “Aqueles que concordam com a inclusão da condicionante
2515 permaneçam como estão. Ok. Aprovado por unanimidade.” **6) PROCESSOS**
2516 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1)**
2517 **Itinga Mineração Ltda. Fazenda das Abelhas e Fazenda Campestre.**
2518 **Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de**
2519 **revestimento (mármore e granito), estradas para transporte de**
2520 **minério/estéril, pilhas de rejeito/estéril. Itinga/MG. PA**
2521 **06218/2006/005/2015. Classe 5. Apresentação: Supram**
2522 **Jequitinhonha.** Presidente Daniela Diniz Faria: “Há uma manifestação por
2523 invertermos a pauta e colocarmos em primeiro item de pauta, em destaque
2524 para discussão, o item 6.1, da Itinga Mineração, e depois fazemos a análise
2525 dos itens da Anglo American. O Conselho concorda? De acordo? Então eu
2526 coloco em discussão o item 6.1, Itinga Mineração Ltda.” Conselheiro Felipe
2527 Faria de Oliveira: “Eu tenho algumas dúvidas em relação ao parecer que foi
2528 elaborado. Em primeiro lugar, tem um ponto que eu sempre coloco como
2529 sendo uma angústia ou sensação de ausência nos pareceres, e neste caso
2530 eu tenho que fazer justiça e elogiar a equipe técnica, que fez uma análise
2531 crítica de algumas questões que estão no próprio PU, o que eu sempre venho

2532 pedindo. No que se refere, por exemplo, ao cumprimento de condicionante,
2533 até mesmo análise crítica da redação da condicionante. A condicionante
2534 tinha que ser aprimorada ou foi insuficiente, e isso eu achei muito bom. Eu
2535 tenho há algum tempo pedido isso aqui no Colegiado, então eu queria
2536 parabenizar a equipe por inserir essas considerações. O que nós
2537 queremos da equipe técnica da Supram não é apenas uma análise
2538 protocolar, mas uma análise a partir do conhecimento que vocês têm, tanto
2539 anteriores – o conhecimento de formação – quanto aquilo que vocês
2540 percebem in loco. Até mesmo no sentido de falar ‘olha, as condicionantes
2541 que foram propostas são insuficientes’, e por aí vai, para que nós possamos,
2542 às vezes a própria equipe técnica ou o Conselho, sugerir a reinclusão, as
2543 adequações necessárias. Nesse ponto, eu queria parabenizar a equipe. Aí
2544 vêm algumas dúvidas que eu gostaria de tirar com vocês. Em primeiro lugar,
2545 o seguinte: nós estamos tratando aqui de uma área de expansão. Já tinha
2546 uma licença anterior, uma LP+LI para expansão; e agora a LO. A primeira
2547 dúvida. Para quem sabe da atuação que nós fazemos na área de rochas
2548 ornamentais, eu acho que é uma coisa presumível de perguntar. A área
2549 anterior, aquela que está sendo expandida, ou seja, que já tem LO – espero
2550 que já tenha LO –, já teve licenciamento, EIA/Rima? Como foi isso?” Patrícia
2551 Carvalho Machado, analista ambiental da Supram Jequitinhonha: “Esse
2552 processo da Itinga Mineração começou com uma AAF de empreendimentos
2553 que eram detentores de autorização de funcionamento. Entraram com
2554 Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação, com a
2555 apresentação de EIA/Rima e todos os estudos necessários, de toda a área.
2556 Essa ampliação era de volumetria. Uma área pequena. A maior parte é de
2557 volumetria. Eles iam extrair um volume superior. E como aumento de uma
2558 área também próxima. Mas todo o empreendimento foi contemplado dentro
2559 do EIA/Rima.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “O ponto central para mim
2560 é esse. Se tivesse começado com AAF e depois viesse o licenciamento
2561 abarcando todo o empreendimento. Outro ponto de dúvida é o 2.2, das
2562 estruturas de apoio localizadas na área da lavra. E me parece que tem
2563 também alguns tanques, tanques de abastecimento aéreo, imagino. Isso foi
2564 considerado também no EIA/Rima? Eu sei que nós estamos no momento de
2565 LO, mas apenas para resgatar o histórico, já que é de praxe nós sempre
2566 questionarmos e solicitarmos uma análise global dos impactos. Os estudos
2567 ambientais pertinentes também analisaram as medidas necessárias, por
2568 exemplo, para impermeabilização da área, canaletas etc.?” Patrícia Carvalho
2569 Machado, analista ambiental da Supram Jequitinhonha: “Essas estruturas
2570 foram todas consideradas no momento da análise e estão adequadas. O
2571 tanque dele é inferior ao volume passível para estar dentro da listagem para
2572 análise, mas nós consideramos todos os quesitos, e eles estão corretos
2573 quanto a isso também.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Item 6, agora.
2574 Vamos falar dos impactos ambientais e das medidas mitigadoras. Tem vários

2575 aqui, alguns deles, inclusive, depois, eu já vou até adiantando aomomento
2576 posterior à votação da licençaque há sugestões de condicionantes. Eu já
2577 coloco isso desde já para que tenha espaço, após a votação, para sugerir as
2578 condicionantes. Tem vários impactos, alguns, por exemplo, de aumento do
2579 número de acidentes, ocorrência de processos erosivos. Para todos esses
2580 casos eu vi que a equipe técnica indicou quais são as medidas mitigadoras
2581 necessárias. Todas as medidas mitigadoras estão em condicionantes ou
2582 programas?Ou seja, está tudo previsto para que a empresa possa
2583 executar?”Patrícia Carvalho Machado, analista ambiental da Supram
2584 Jequitinhonha: “Nós quisemos relacionar o impacto com a medida mitigadora
2585 e, quando possível,o programa. Se não tem um programa específico ou só a
2586 medida mitigadora, é porque está descrito no programa.Então por isso nós
2587 colocamos uma medida, por exemplo, que não está em forma de programa,
2588 mas está inserida em algum deles propostos pelo empreendimento. Mas
2589 todas foram previstas.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “É uma pena o
2590 Alex não estar aqui, porque ele trabalha muito as questões de educação
2591 ambiental. Inclusive, essa é uma condicionante que ele discutiu aqui
2592 bastante. Eu até já vi aqui que vocês mesmos indicaram a necessidade de
2593 continuidade de execução do programa de educação ambiental, e colocaram
2594 na condicionante. Eu até tenho sugestão para colocar outra condicionante
2595 ainda sobre educação ambiental. Mas aqui nós entramos num ponto que eu
2596 considero até mais delicado, que é o cumprimento das condicionantes. Eu
2597 vou ser muito sincero, nós várias vezes já discutimos isso aqui. Existe uma
2598 banalização muito grande das condicionantes. Eu não sei se esse
2599 empreendedor, mas no mínimo alguns empreendedores, sem dúvida
2600 alguma, parecem desconsiderar a seriedade com que nós tentamos
2601 trabalhar, tanto da equipe técnica quanto do Colegiado. Que nós tentamos
2602 analisar os pareceres, verificar quais são as medidas necessárias, aquelas
2603 que podem ser inseridas via condicionante, a equipe ir até o local, discutir a
2604 redação da condicionante internamente, e, simplesmente ser descumprida.
2605 Sinceramente, eu acho que é um desfavor nós termos condicionantes
2606 descumpridas e o processo de licenciamento avançar como se nada
2607 estivesse acontecendo. Várias vezes eu já manifestei isso aqui. Parece que
2608 se busca uma judicialização do licenciamento ambiental, ou seja, ‘vamos
2609 avançar mesmo com condicionantes descumpridas, mesmo com a legislação
2610 falando que nós precisamos ter as condicionantes válidas e atendidas para
2611 as etapas subsequentes, vamos de qualquer forma’. Eu acho que não é esse
2612 o espírito do licenciamento ambiental. Nós tivemos aqui, de própria
2613 manifestação do PU como condicionante descumprida, a condicionante nº 1,
2614 programa de automonitoramento. Inclusive,eu tenho dúvidas de quais foram
2615 os itens ou os parâmetros. Depois vocês podem até abordar. Nós temos a
2616 condicionante 4, que também é de monitoramento de fauna. Nós temos a
2617 condicionante 11. Na minha opinião, nós temos a condicionante 15 também,

2618 que foi dada como cumprida aqui, mas, sinceramente, eu tenho dificuldade
2619 de entender essa condicionante como cumprida, porque ela fala de
2620 'apresentar propostas e medidas de manutenção dos acessos em geral
2621 utilizados pelo empreendimento' e não acessos inseridos no
2622 empreendimento. E a equipe técnica colocou isso aqui muito bem, por isso
2623 que eu elogiei muito a análise crítica que vocês fizeram. Que parece que
2624 houve uma interpretação, nas palavras do Parecer Único, limitada – eu
2625 concordo perfeitamente com essa consideração – acerca do cumprimento
2626 dessa condicionante. Porque não se identificou manutenções em outras vias
2627 utilizadas pelo empreendimento. Então, na minha opinião, no mínimo, foi
2628 descumprida parcialmente. Então eu tenho para mim quatro condicionantes,
2629 três com status de descumprimento expresso e uma, na minha opinião,
2630 também descumprida ou no mínimo cumprida parcialmente. Eu acho que nós
2631 temos que levar um pouco mais a sério a questão do cumprimento de
2632 condicionantes, nós não podemos simplesmente pensar que isso é somente
2633 uma voluntariedade do empreendedor, ou que nós vamos ficar aqui
2634 discutindo condicionantes, como já aconteceu em outros empreendimentos,
2635 até 1h da manhã, para depois o empreendedor falar 'eu vou cumprir isso se
2636 eu quiser'. Não pode ser dessa forma. Então eu discordo muito do
2637 posicionamento do Parecer Único na parte jurídica no sentido de que o
2638 descumprimento dessas condicionantes não é empecilho. Eu acho que a
2639 condicionante, se nós formos pegar a legislação, vejam bem que fala a
2640 Resolução 237, do Conama, o que é Licença de Instalação. Artigo 8º, inciso
2641 II: 'Autorizo a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as
2642 especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados,
2643 incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da
2644 qual constitui motivo determinante'. E a Licença de Operação, que é o que se
2645 pretende votar nesse Parecer Único, é o seguinte, segundo o mesmo
2646 dispositivo da Resolução 237, do Conama: 'Autoriza a operação da atividade
2647 ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que
2648 consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e
2649 condicionantes determinadas para a operação'. Então quer dizer com o
2650 efetivo cumprimento. A Licença de Operação, segundo a Resolução Conama,
2651 só é expedida após a verificação do efetivo cumprimento do que foi
2652 determinado nas licenças precedentes. E não é o que nós verificamos aqui.
2653 Então eu tenho dificuldade de entender essa conclusão na hora em que se
2654 faz o controle jurídico do PU no sentido de que existem condicionantes
2655 descumpridas, mas que 'está tudo ok'. Tudo bem, eu vi que foi autuado por
2656 descumprimento de condicionante. Claro, deveria ser, eu não estou entrando
2657 nesse mérito. Mas, se nós formos verificar, em tese, a constatação do
2658 descumprimento de condicionante é motivo até mesmo para o cancelamento
2659 da licença. Eu vou ler o Artigo 19 também da Resolução Conama: 'O órgão
2660 ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as

2661 condicionantes e medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar
2662 uma licença expedida quando ocorrer: I. violação ou inadequação de
2663 quaisquer condicionantes por normas legais'. Então não existe aquela
2664 condicionante que não é muito importante e por isso o não cumprimento dela
2665 não enseja nenhuma consequência. Se nós formos pegara legislação, o
2666 descumprimento de qualquer condicionante – palavras da própria Resolução
2667 Conama – enseja até mesmo a suspensão ou cancelamento da licença
2668 ambiental. E aqui nós estamos falando de três, ou talvez quatro,
2669 condicionantes descumpridas no universo de 15, 16, não sei – um percentual
2670 significativo –, e ainda assim nós temos um Parecer Único concluindo, com
2671 absoluta tranquilidade, pelo deferimento da licença. Eu, particularmente,
2672 tenho muita dificuldade de entender como isso é possível. Mais uma vez, eu
2673 acho que nós estamos fazendo um desfavor ao trabalho que é feito aqui, por
2674 todos nós, por vocês, pela equipe técnica, pelo Colegiado. Nós ficamos
2675 discutindo condicionantes, discutindo medidas para aprimorar o controle
2676 ambiental ou socioambiental de empreendimentos, e muitas vezes nós
2677 vemos empreendedor absolutamente ignorando aquilo que foi deliberado,
2678 tendo pleno conhecimento do que foi discutido e, muitas vezes,
2679 simplesmente ignorando. Vocês que vão a campo devem perceber isso com
2680 muito mais nitidez. Particularmente, isso não é uma pergunta, são
2681 considerações, são afirmativas em que eu vejo que isso acaba levando para
2682 uma judicialização do licenciamento ambiental, uma coisa que neste ano
2683 parece que a Secretaria de Meio Ambiente fez muito: caminhar o
2684 licenciamento ambiental para a judicialização. Nós temos até notícias de que
2685 isso pode vir a ser alterado, mas até hoje, do início deste ano para cá, o que
2686 nós percebemos no Estado de Minas Gerais foram mudanças no
2687 licenciamento que tendem a jogá-lo para a judicialização. Eu não sei se essa
2688 é a tônica da Secretaria de Meio Ambiente, se quer transferir as deliberações
2689 quaisquer acerca do licenciamento ambiental para o Poder Judiciário. Está
2690 trazendo muito mais insegurança jurídica para os próprios empreendedores,
2691 que às vezes são surpreendidos com decisões judiciais de paralisação de
2692 operação, o que eu acho que é muito mais gravoso do que adequações no
2693 empreendimento ou no seu licenciamento de forma dialogada e com mais
2694 transparência, por meio de colegiado. Então realmente eu acho muito
2695 complicada a forma como são tratadas as condicionantes.”Conselheira
2696 Denise Bernardes Couto: “Desculpe, doutor Felipe, só um contraponto,
2697 rápido, nessa questão que foi dita sobre o cumprimento das condicionantes.
2698 Realmente, eu concordo que é de extrema importância o cumprimento de
2699 todas. Teve a leitura do Artigo 19, Caput, da Conama 237. Mas também nós
2700 temos que lembrar o seguinte: o próprio Caput diz que ‘o órgão ambiental
2701 competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as
2702 condicionantes, medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar
2703 uma licença expedida quando ocorrer...’ Aí lista as hipóteses em que isso

2704 pode ocorrer. Então isso pode ocorrer mediante uma decisão até do próprio
2705 órgão ambiental. Se ele entender que talvez o descumprimento de
2706 condicionantes possa ensejar o cancelamento de uma licença, aí, sim,
2707 mediante uma decisão dele, mediante decisão motivada, ele até traz isso
2708 aqui para poder fazer o cancelamento. O próprio dispositivo legal não dá o
2709 comando de que a licença deverá ser cancelada mediante o descumprimento
2710 de condicionantes. Então nós temos que lembrar disso. Muitas vezes, a
2711 questão jurídica é até interpretação do que a própria norma diz. Se ela desse
2712 o comando de 'deverá haver o cancelamento da licença', nós
2713 concordaríamos 100% aqui que ela deveria ser cancelada, enfim, pelo
2714 descumprimento de qualquer condicionante. Mas a Conama, que é uma
2715 resolução maior, não prega isso, ela não prega, como se diz, o comando de
2716 cancelamento de uma licença ambiental em virtude de descumprimento de
2717 condicionante. Isso tudo depende até mesmo de análise do próprio órgão
2718 ambiental, se ele vai considerar ou não que é essa licença deverá ser
2719 cancelada." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Eu gostei muito de ouvir a
2720 doutora Denise, conselheira, falar da Conama como norma maior. Por favor,
2721 integrantes da SEMAD, ouçam isso: a Conama é uma norma ambiental do
2722 Conselho Nacional de Meio Ambiente e deve ser observada. A 01/86
2723 também é Conama. Não observam, tanto é que nós discutimos muito
2724 licenciamento com o EIA/Rima com rochas ornamentais por não observância
2725 da Conama na SEMAD. Por isso que nós tivemos que discutir silvicultura
2726 com mais de 1.000 hectares porque não se observava a Conama 01
2727 também. Com base, claro, na DN COPAM. Eu não estou considerando isso."
2728 Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "Nós
2729 gostaríamos muito que o Ministério Público também observasse que a 237,
2730 no Artigo 3º, Parágrafo Único, estabelece que o órgão ambiental ou
2731 licenciador poderá estabelecer outros estudos em que houver o
2732 entendimento de que o EIA/Rima não é necessário. Da mesma forma, o
2733 posicionamento da AGE, já consolidado, de que a lista de exigências de
2734 EIA/Rima é exemplificativa e não determinante. Então, com base nesse
2735 entendimento da própria 237, que é Conama também, nós tratamos isso.
2736 Além disso, lei maior que a Resolução 01/86 e a 237 do Conama é a Lei
2737 Complementar 140, que estabelece que a competência para licenciar
2738 algumas atividades é da União, de tudo o que for impacto local é do
2739 município, e o restante é do Estado. E cabe ao Estado estabelecer o seu
2740 funcionamento." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Então nós vamos ter
2741 que discutir o que é exemplificativo da lista da 01/86. Eu não vou entrar na
2742 questão de política ambiental." Presidente Daniela Diniz Faria: "Pela ordem,
2743 eu gostaria que nós voltássemos à discussão do item 6.1, da questão das
2744 condicionantes." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Mas, no mínimo, eu
2745 tenho que fazer o meu aparte aqui. Para encerrar, eu não quero adentrar
2746 nisso, nós já discutimos isso diversas vezes. Exemplificativamente, quer

2747 dizer que o rol pode seguir além daquilo que está previsto e não restringir
2748 àquilo que consta no rol. E mais uma vez o Artigo 3º fala exatamente da
2749 possibilidade de se ter outros procedimentos de licenciamento simplificado,
2750 mas tem que ter a demonstração da ausência de impacto ambiental também.
2751 Para nós voltarmos aqui ao ponto de pauta, eu concordo com a conselheira
2752 da Fiemg no que se refere ao Artigo 19. É por isso que eu coloquei que
2753 poderá cancelar; eu não estou pedindo aqui o cancelamento da LI e da LP
2754 não. Por isso que eu coloquei ‘poderá’. Mas eu coloquei ‘poderá ser
2755 cancelado mediante descumprimento de condicionante’ para demonstrar a
2756 gravidade que é o descumprimento de condicionante para a própria
2757 legislação. E se for assim, então, o próprio Artigo 8º fala novamente disso,
2758 que a Licença de Operação é aquela que vai ser concedida após se verificar
2759 o efetivo cumprimento de todas as medidas que foram previstas. Então eu
2760 tenho para mim que existe, sim, uma banalização – eu já falei isso diversas
2761 vezes – das condicionantes do licenciamento ambiental, existe uma
2762 banalização, muitas vezes, do trabalho que é feito aqui, e, particularmente,
2763 eu levo a sério as discussões que nós fazemos, levo a sério a leitura dos
2764 Pareceres Únicos e das condicionantes que são debatidas. Mas tem mais
2765 uma pergunta para a equipe técnica que eu estava encaminhando naquele
2766 momento. Ainda em termos de condicionantes, existe aqui uma, a nº 17, em
2767 que se previa a apresentação de um laudo técnico das condições atuais das
2768 estruturas, das edificações, das moradias localizadas às margens da estrada
2769 da Senhora da Boa Vida, e ‘apresentar um laudo anual das estruturas das
2770 mesmas edificações’. ‘Caso apontadas as alterações decorrentes do trânsito
2771 de veículos pesados, apresentar os projetos de reparações pertinentes’. Foi
2772 mencionado aqui que foi feito protocolo, ok. A minha dúvida é o seguinte:
2773 nesse protocolo, vocês fizeram uma consideração que eu achei muito válida,
2774 que é da ausência de assinaturas dos moradores para corroborar, para
2775 demonstrar que realmente aquele era o estado das edificações. Mas eu
2776 queria saber o seguinte. Ainda que superada essa deficiência do estudo
2777 feito, até porque não constava da redação da condicionante. Qual era a
2778 informação sobre esses impactos causados? Porque vocês falaram aqui que
2779 o laudo mencionava edificações em estado bom, regular, ruim, mas o laudo
2780 falava alguma coisa sobre impacto dos veículos pesados? Porque se tinha
2781 impacto tinha que ter uma outra medida complementar. Então essa é uma
2782 dúvida com que eu fiquei aqui.”Cristiani Alves Costa, analista ambiental da
2783 Supram Jequitinhonha: “Esse laudo das residências foi feito, na realidade,
2784 como um estudo básico preliminar à ampliação do empreendimento, a
2785 sobrecarga do acesso naquele trecho em que tem residências. Então ele é
2786 para embasar depois para eventuais danos a serem aumentados, digamos
2787 assim, nessas residências, futuramente.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
2788 “Eu entendi, vocês têm razão, mas na verdade é paradigma para nós vermos
2789 como vai ser durante a operação. Concordo. Só fica a minha crítica ao

2790 prosseguimento frente ao descumprimento das condicionantes.”Presidente
2791 Daniela Diniz Faria: “Mais alguma manifestação da Supram a
2792 respeito?”Wesley Alexandre de Paula, diretor de Controle Processual da
2793 Supram Jequitinhonha: “Doutor Felipe, essa discussão do descumprimento
2794 de condicionantes de processos permeia a área jurídica do Sisema. Essa
2795 questão de até que ponto o descumprimento de uma condicionante leva ao
2796 cancelamento ou até mesmo à não continuidade da análise do
2797 licenciamento. A linha do entendimento da SEMAD é nessa que a Denise
2798 falou. O entendimento que se fez lá é que há certa discricionariedade do
2799 órgão ambiental em falar assim: ‘Esse descumprimento aqui, de fato,
2800 impacta na continuidade das operações ou no prosseguimento do
2801 licenciamento’. E até mesmo nessa ótica, se nós verificarmos a legislação
2802 ambiental, o Decreto 44.844, lá no código específico do descumprimento de
2803 condicionantes, ela não nos dá também – porque a questão da legislação
2804 também às vezes é falha –, do ponto de vista pessoal, meu, não da SEMAD,
2805 no seguinte sentido: não há lá a possibilidade nem de aplicação de pena
2806 restritiva de direito, que seria o próprio cancelamento do licenciamento, da
2807 licença. Esse debate, sim, é feito, e nós fazemos esse paralelo. É a questão
2808 do impacto do descumprimento da condicionante em relação
2809 ao prosseguimento do licenciamento. Qual seria esse impacto? E no mais o
2810 que nós temos, que a legislação prevê, é a aplicação da penalidade e da
2811 sanção.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eunão vou adentrar, porque
2812 as minhas razões eu já expus, senão vou ficar reargumentando o que já foi
2813 dito. Em primeiro lugar, eu acho que o Artigo 19 foi exemplificativo aqui da
2814 importância das condicionantes. O Caput dele não se refere a
2815 prosseguimento de licenciamento ambiental frente ao descumprimento de
2816 condicionantes. O ‘poderá’, realmente, eu concordo: ‘poderá cancelar a
2817 licença’. Mas aqui nós não estamos falando de cancelamento de licença, nós
2818 estamos falando de prejuízo ao avanço das outras etapas do licenciamento
2819 ambiental. Por isso que eu fiz menção, talvez com maior destaque, ao Artigo
2820 8º, que fala da própria definição da Licença de Operação, que é aquela que é
2821 concedida após a verificação do efetivo cumprimento das medidas etapas
2822 estabelecidas nas etapas antecedentes. Agora, esse entendimento da
2823 SEMAD eu percebo que é esse, não tenho dúvidas de que a SEMAD vai
2824 analisar com discricionariedade aquelas condicionantes que podem ou não
2825 impedir o prosseguimento. Eu só vi uma vez isso não, e não foi nesta URC,
2826 não foi com a Supram Jequitinhonha, foi em Belo Horizonte, em que 90%
2827 das condicionantes foram descumpridas, e o Relatório de Desempenho
2828 Ambiental, na hora de ser analisado, redundou na impossibilidade. Então o
2829 que chama a atenção é o seguinte: eu, particularmente, não vejo
2830 embasamento jurídico para esse posicionamento da SEMAD, o Artigo 19 não
2831 pode ser utilizado, não é disso que ele trata. E, mais, deve-se colocar em
2832 mente que muitas vezes é muito mais cômodo para o empreendedor

2833 descumprir uma condicionante, já que nos termos do decreto, nas palavras
2834 do Wesley, isso não gera sequer uma sanção ou mais uma penalidade,
2835 apesar de que nesse caso houve uma autuação num código específico, e a
2836 equipe técnica verificou que seria pertinente. E condicionantes que muitas
2837 vezes são vitais aos impactos do empreendimento ambiental. Tem uma
2838 condicionante, por exemplo, de um outro empreendimento licenciado aqui
2839 que fala de todos os impactos, praticamente, nos recursos hídricos
2840 decorrentes de um ato daquele empreendimento. Eu não estou querendo
2841 ficar discutindo outro empreendimento aqui, eu estou querendo é dizer o
2842 seguinte: que condicionante não é algo para ser banalizado dessa forma.
2843 Particularmente, eu não vejo embasamento jurídico para que se possa
2844 colocar nesse âmbito de discricionariedade, sem qualquer embasamento,
2845 sem qualquer parâmetro, para que o colegiado possa saber se as
2846 condicionantes que estão sendo sugeridas pelo colegiado vão ser
2847 condicionantes primárias ou secundárias. Ou seja, condicionantes que vão
2848 ser, de fato, cumpridas, exigidas, sob pena de não continuidade do
2849 licenciamento, ou se aquelas condicionantes que nós estamos sugerindo
2850 aqui são aquelas secundárias, que, se não forem cumpridas, não vão gerar
2851 sanção?” Presidente Daniela Diniz Faria: “Ok. Eu acho que a discussão ficou
2852 bem fundamentada pelo conselheiro da Procuradoria-Geral de Justiça, pela
2853 conselheira da Fiemg e a equipe da Supram também, que expuseram as
2854 suas razões. Eu acho que nós todos temos condições de votar. Eu só peço
2855 atenção que o conselheiro Felipe manifestou que queria sugerir a inclusão de
2856 uma condicionante, e nós fazemos após. Então eu coloco em votação o item
2857 de pauta 6.1, Itinga Mineração Ltda., Fazenda das Abelhas e Fazenda
2858 Campestre. Quem concorda com o parecer da Supram permaneça como
2859 está.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Contrário, Felipe, Ministério
2860 Público, em razão dos argumentos já expostos.” Conselheiro Sérgio
2861 Cavalcanti Gonçalves: “Eu acompanho o Ministério Público.” Conselheiro
2862 Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “Wagner, Seapa/Emater, abstenção.”
2863 Presidente Daniela Diniz Faria: “Uma abstenção registrada, da Emater. Dois
2864 votos contrários, da Secretaria de Meio Ambiente de Diamantina e da
2865 Procuradoria-Geral de Justiça. Nós votamos a licença, e logo em cima
2866 colocamos. Por favor, conselheira Denise.” Conselheira Denise Bernardes
2867 Couto: “Denise, Fiemg. Senhora presidente, só rapidamente, só para deixar
2868 registrado. A Fiemg é favorável à concessão da licença. Deixar registrado em
2869 ata isso. Mas eu quero registrar abstenção no que se refere à condicionante
2870 nº 2 do parecer da Supram. É isso que eu quero que fique registrado em
2871 ata.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Registre-se então a abstenção da
2872 conselheira da Fiemg em relação a condicionante nº 2.” Conselheira Denise
2873 Bernardes Couto: “E concordância com a concessão da licença e com as
2874 demais condicionantes.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Eu gostaria também
2875 de fazer a contagem dos votos favoráveis. Abstenção da Abes e abstenção

2876 da Emater. Dois votos contrários, da Procuradoria-Geral de Justiça e da
2877 Secretaria de Meio Ambiente. Nove votos favoráveis. Aprovado.”Conselheiro
2878 Felipe Faria de Oliveira: “Duas sugestões apenas. Uma que seria na verdade
2879 uma repetição da condicionante nº 1 da LP+LI, que seria: ‘Executar o
2880 automonitoramento nos termos do Anexo do próprio Parecer Único’. É praxe
2881 que essas obrigações fiquem como condicionante. Já está o Anexo aí, alguns
2882 monitoramentos já constam de condicionantes específicas. Eu acho que
2883 seria interessante nós termos essa sinalização.”Rodrigo Ribas, diretor de
2884 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Doutor Felipe, nós temos tentado
2885 enxugar o conjunto de condicionantes, porque automonitoramento,
2886 condicionante e programa têm o mesmo status de acompanhamento. O
2887 próprio Anexo II já diz que no automonitoramento os relatórios têm que ser
2888 entregues semestralmente, se não me engano, e já está como determinação.
2889 Condicionante ou não, o Decreto 44.844 coloca as três estruturas na mesma
2890 instância. Então se descumprir o automonitoramento já vai estar
2891 descumprindo o mesmo código do Decreto 44.844. Então, apenas para não
2892 gerar a redundância, nós temos determinado de uma maneira geral que seja
2893 excluído como condicionante porque já está estabelecido tanto no decreto
2894 como no próprio Anexo II.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu entendo
2895 essa racionalização, Rodrigo, mas a minha preocupação não é em qual item
2896 figura lá, qual descumprimento, qual sanção pode gerar, porque são todas
2897 deliberações da URC e então entram na mesma cláusula geral, digamos
2898 assim. A minha preocupação é o acompanhamento do próprio colegiado,
2899 posteriormente. Porque tradicionalmente o cumprimento ou não de
2900 condicionantes acaba sendo analisado de uma forma mais pontuada, então
2901 nós acabamos conseguindo acompanhar isso de uma maneira mais próxima,
2902 pelo menos é a sensação que eu tenho na leitura dos Pus. E nós temos um
2903 ponto adicional que é o fato de que, provavelmente, no ano que vem, esses
2904 empreendimentos não vão ser mais licenciados aqui na URC. Porque nós
2905 estamos com um processo de eleição de formação das câmaras temáticas.
2906 Eu acredito que só no ano que vem que isso deve entrar em prática, dados
2907 os prazos que foram mencionados. Eu sei que vocês tentam fazer uma
2908 padronização interna de elaboração de PUs, e não estou questionando isso.
2909 Mas como os PUs das câmaras temáticas vão abordar? Eles vão também
2910 pontuar igual pontuam-se as condicionantes o status de cumprimento e
2911 descumprimento, de forma motivada, e fazer a mesma coisa com
2912 o automonitoramento, mesmo não estando previsto expressamente? Então
2913 para fins de segurança e de institucionalização do procedimento, e para
2914 aprimorar esse acompanhamento por parte dos conselheiros, eu acho que é
2915 interessante prever a título de condicionante.”Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
2916 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Eu acho que existe um entendimento
2917 equivocado a respeito do Parecer Único elaborado pela Supram. O que
2918 acontece hoje? E aí não é só uma questão do Ministério Público ou do

2919 conselheiro. Todo mundo acha que o Parecer Único da Supram
2920 Jequitinhonha é formado pelo Anexo I. Aliás, é anexo, não é nem a parte
2921 mais importante. O Parecer Único é o parecer, é aquilo que está sendo
2922 discutido lá. Inclusive, existe estabelecimento de condições de operação no
2923 Parecer Único que não se repetem no rol de condicionantes, mas que geram
2924 obrigações. Por exemplo, para falar de Itinga Mineração, a compensação
2925 pelo Artigo 36 da Lei do Snuc, exatamente por ter sido de significativo
2926 impacto, não estava nas condicionantes foi feita, comprovada, foi paga. O
2927 processo foi devidamente aberto porque estava no PU. Da mesma maneira,
2928 aquilo que está no Anexo II, automonitoramento, é uma obrigação formal de
2929 fazer. Quando eu falo da banalização de PU, nós mesmos – isso aqui já foi
2930 discutido nesta URC – banalizamos o PU, muitas vezes. Quando nós
2931 fazemos um Parecer Único com 300 páginas, nós somos criticados aqui,
2932 porque nós esmiuçamos, porque recontamos a história toda, nós vamos lá e
2933 estabelecemos o que é o empreendimento de cabo a rabo. E nós estamos
2934 deixando de fazer aquilo que o senhor pede tanto, que é o parecer analítico,
2935 o parecer crítico, analítico, de fato. Quando nós pararmos de fazer essas 300
2936 páginas de contar história – isso já está alinhado lá em Belo Horizonte, na
2937 semana passada nós já estivemos lá, já está alinhado, para nós pararmos de
2938 fazer isso –, nós vamos nos debruçar naquilo que é importante, quais são os
2939 impactos, quais são as medidas mitigadoras, quais são as medidas
2940 compensatórias. E essas medidas estão impostas nos programas
2941 apresentados pelo empreendedor, mas também nas condições de
2942 monitoramento necessárias para que nós possamos avaliar o
2943 empreendimento. E essas condições são perfeitamente discutidas, se estão
2944 no automonitoramento da LO, quando da revalidação da LO. No Rada, o
2945 desempenho ambiental é dado exatamente pelo conjunto de informações
2946 que foram coletadas no automonitoramento, mais até de que nas
2947 condicionantes. Então nós achamos que isso está mais do que cumprido. Em
2948 2014, nós discutimos aqui sobre a qualificação dos PUs, e nós estamos
2949 tentando fazer exatamente isso. Trazer uma obrigação formal para dentro de
2950 outra obrigação formal, eu acho, nós temos discutido isso muito, isso é só
2951 uma forma, mas não muda o conteúdo.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
2952 “Rodrigo, eu não discordo do que você colocou. O PU deve ser visto no seu
2953 todo. Há informações, eu concordo, há limitações à própria operação e à
2954 instalação que não constam nas condicionantes, mas que estão no contexto
2955 do PU, porque é aprovado nos termos do parecer. Eu concordo plenamente
2956 com isso que você está colocando. Eu concordo que a inexistência de figurar
2957 isso como condicionante não altera a obrigação do monitoramento por si só.
2958 Eu concordo que o Rada vai analisar desempenho ambiental, que pressupõe
2959 uma análise premente dos monitoramentos. A minha dúvida, a minha
2960 insegurança – não é dúvida, é insegurança ou angústia – é que essas
2961 questões... Porque via de regra são expostas no próprio PU as informações

2962 sobre as condicionantes cumpridas ou descumpridas com muito mais ênfase
2963 do que o descumprimento ou não dos monitoramentos. Então isso nos
2964 permite, na leitura do PU, acompanhar com mais facilidade. É só essa
2965 questão, não é questão de criar obrigação adicional ao empreendedor ou
2966 mudar.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
2967 “Só o entendimento de que não cria uma obrigação adicional, a obrigação é
2968 uma só; a verificação é duplicada. Então o senhor concorda que não precisa,
2969 que não é necessário, mas vai discordar...” Conselheiro Felipe Faria de
2970 Oliveira: “Não precisa, não é necessário, mas facilita o acompanhamento
2971 pelos conselheiros. Pronto, é essa a proposta. A outra proposta é o
2972 seguinte: ‘Executar o automonitoramento conforme Anexo 2’. A outra
2973 sugestão se refere a uma consideração que a equipe técnica fez ao
2974 programa de educação ambiental. Foi mencionado que não abordou os
2975 trabalhadores. Abordou, mas não foi executado?” Cristiani Alves Costa,
2976 analista ambiental da Supram Jequitinhonha: “Eu acredito que o
2977 empreendedor não deve ter se atentado a isso na DN sobre educação, a DN
2978 110.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só uma dúvida então, que talvez
2979 não precise da condicionante que eu sugeri. É porque eu tinha entendido que
2980 o programa de educação ambiental não tinha previsto essa ação. Ou previu,
2981 mas não tinha sido executado. Porque a forma como está a condicionante
2982 proposta pela equipe técnica da Supram é ‘apresentar o cronograma
2983 detalhado das atividades’, mas não faz menção ao próprio termo de
2984 referência da SEMAD. O que eu estou querendo dizer com isso? Se já estava
2985 previsto, mas só não foi executado, isso já está contido aqui na proposta de
2986 vocês. Mas se não estava previsto no programa do empreendedor então eu
2987 acho que nós teríamos alterar essa redação ou incluir uma condicionante no
2988 sentido de acrescentar no programa de educação ambiental aquele ponto
2989 previsto no termo de referência da SEMAD.” Cristiani Alves Costa, analista
2990 ambiental da Supram Jequitinhonha: “Mas o próprio programa fala do público
2991 alvo, então os trabalhadores estão nesse público alvo.” Conselheiro Felipe
2992 Faria de Oliveira: “Ok, já fica atendido. Na verdade, fica prejudicado, porque
2993 eu tinha entendido que o programa de educação não continha um item que a
2994 própria equipe técnica tinha indicado como necessário.” Presidente Daniela
2995 Diniz Faria: “Ok. Então nós colocamos em votação a inclusão da
2996 condicionante proposta pela Procuradoria Geral de Justiça, que é: ‘Executar o
2997 automonitoramento constante do Anexo 2. Prazo: durante a vigência da
2998 licença’. Conselheiros que concordam com a inclusão da condicionante
2999 permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Condicionante
3000 inclusa.” **6.2) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Pilhas de**
3001 **rejeito/estéril, subestação de energia elétrica. Conceição do Mato**
3002 **Dentro/MG. PA 00472/2007/009/2016. Classe 6. Apresentação: Supram**
3003 **Jequitinhonha.** Processo retirado de pauta com pedidos de vista dos
3004 conselheiros representantes do Ministério Público, da Fiemg e da Sociedade

3005 Amigos do Tabuleiro. Presidente Daniela Diniz Faria: “Em razão dos
3006 destaques e das vistas ficam prejudicadas as inscrições em relação ao item
3007 6.2.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO DE**
3008 **CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Anglo American**
3009 **Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido.**
3010 **Minério de ferro. Conceição do Mato Dentro/MG. PA**
3011 **00472/2007/006/2013. Classe 6. Apresentação: Supram**
3012 **Jequitinhonha.**Presidente Daniela Diniz Faria: Item 7. Em discussão a
3013 questão de exclusão de condicionante da Licença de Operação.” Conselheiro
3014 Felipe Faria de Oliveira: “Senhora presidente, eu pedi o destaque, na
3015 verdade, o seguinte. O destaque é mais para nós termos oportunidade de
3016 debater isso. Eu sei que isso já foi aberto à comunidade. Só para
3017 contextualizar as duas condicionantes. Uma, que é a 36: ‘Elaborar projeto e
3018 instalar Estação de Tratamento de Água (ETA) para atender a comunidade
3019 de Água Quente. A qualidade da água fornecida deverá atender os padrões
3020 de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, com apresentação
3021 anual dos relatórios de qualidade da água. A outra condicionante é: ‘Implantar
3022 e estender o sistema de abastecimento de água a ser implementado na
3023 comunidade de Água Quente aos seguintes núcleos familiares
3024 apresentados pelo estudo da Diversus.’ Aí o nome dos núcleos familiares de
3025 Água Quente e de Passa Sete indicados no estudo da Diversus. Eu estou
3026 colocando aqui em discussão mais o seguinte. Pela leitura do PU e pelas
3027 discussões que nós já tivemos anteriormente, eu sei que o argumento central
3028 aqui é de uma possível inexecutabilidade das obrigações em razão da falta de
3029 área local disponibilizada para isso. Fui eu até que sugeri essas duas
3030 condicionantes, na época, realmente, por causa do diagnóstico que a
3031 Diversus fez no momento da LO, e eu sei que eu mesmo disse... Eu fui
3032 questionado pela empresa quando eu sugeri essas condicionantes. ‘E se nós
3033 não conseguirmos?’. Eu falei: ‘Aí, vocês apresentam a justificativa aqui, e o
3034 órgão ambiental vai verificar se é inexecutável ou não’. Passam dois anos, e
3035 foi isso que aconteceu; apresentou a justificativa. Eu não estou desdizendo o
3036 que eu disse anteriormente, eu sei que eu mesmo pontuei isso num
3037 momento em que eu tentava apresentar a inclusão dessas condicionantes. E
3038 eu entendo o que a empresa está querendo colocar aqui e o que o órgão
3039 ambiental está colocando, no sentido de que tem a obrigação, só que não
3040 consegue cumprir por fator externo. Eu pedi destaque porque, muito embora,
3041 eu entenda isso, eu tenho muita dificuldade, pessoal mesmo, em concordar
3042 com a retirada dessas obrigações do procedimento, porque eu tenho a
3043 sensação de que isso institucionaliza mais, traga talvez uma alteração de
3044 prazo que seja interessante para que, no futuro, quem sabe, consiga uma
3045 área apta para a estação de tratamento de água ou uma forma de fornecer
3046 essa água às comunidades. Retirar do procedimento de licenciamento
3047 ambiental eu fico com uma sensação de que estivéssemos abandonando

3048 essas obrigações. Eu fico com muita preocupação, com muito pesar, não pelo
3049 fato de eu ter sugerido a inclusão dessas condicionantes naquele momento,
3050 mas pelo fato de saber que é uma questão muito central. Na verdade, o que
3051 eu estou querendo discutir é isso.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
3052 Supram Jequitinhonha: “Entendo a ansiedade na discussão, e na verdade,
3053 doutor Felipe, a equipe da Supram Jequitinhonha, há dois anos, na discussão
3054 da LO, corroborou a possibilidade de isso acontecer. Como uma saída, nós
3055 discutimos muito com a comunidade, naquela época, como uma saída mesmo
3056 que paliativa, mesmo que temporária, até que as soluções executivas
3057 acontecessem, de fato. O problema fático era: não tem água. Qual é a
3058 solução? A estação de tratamento de água para a água chegar às casas das
3059 pessoas. E nós fomos muito diretos e objetivos no PU. É um PU de duas
3060 páginas. Porque está corroborado o que está escrito no próprio GT, no
3061 relatório do próprio GT, na página 24. Tem lá o registro de que a própria
3062 comunidade não aceita a instalação. Sem discutir a validade dessa ausência
3063 de aceitação, sem discutir porque não aceita, porque nós temos a mesma
3064 impressão do doutor Felipe, de que nós estamos perdendo em tirar, do ponto
3065 de vista objetivo, é inexecutável. Nós chegamos à conclusão de que, como
3066 estão postas as condicionantes 36 e 37, é inexecutável. E manter uma
3067 obrigação inexecutável a qualquer que seja o ator é impossível. Então nós
3068 tivemos, até com pesar, que concordar com a solicitação deles, porque o
3069 próprio GT já trouxe. E aqui hoje nós já tivemos a oportunidade durante uma
3070 hora e meia, mais ou menos, de ouvir diversas manifestações dessas
3071 mesmas pessoas dizendo que elas não aceitam. Então, em que pese fazer a
3072 consideração a respeito da validade dos pleitos da comunidade, a validade
3073 do pleito do empreendedor, neste momento, foi considerada por nós como
3074 absoluta. Mas nós entendemos também que é perda.” Presidente Daniela
3075 Diniz Faria: “Eu acho que a discussão foi exaurida a respeito do PU. Eu coloco
3076 em votação o Parecer Único do item 7.1 da Anglo American, para exclusão
3077 de condicionante de Licença de Operação. Aqueles que concordam com o
3078 parecer da Supram permaneçam como estão.” Conselheiro Felipe Faria de
3079 Oliveira: “Eu voto contrário. Eu entendo as justificativas, eu não questiono as
3080 justificativas, mas eu fundamento meu voto porque eu acho que é uma perda
3081 muito grande a proceduralização dessa obrigação.” Presidente Daniela
3082 Diniz Faria: “Ok. Vocês podem levantar a mão só para eu ver quantos votos.
3083 Quatro votos contrários.” Conselheira Wagner Vicente Rodrigues de Almeida:
3084 “Wagner, Seapa/Emater, abstém-se, porque nós temos um acordo com a
3085 Anglo.” Presidente Daniela Diniz Faria: “Abstenção registrada do conselheiro
3086 Wagner. Então três votos contrários. E o senhor, conselheiro, da Fetaemg?
3087 Então o senhor votou contrário também. Então três votos contrários:
3088 Procuradoria-Geral de Justiça, Prefeitura Municipal e Fetaemg. Uma
3089 abstenção do conselheiro da Seapa.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
3090 **PARA EXAME DE RECURSOS A AUTOS DE INFRAÇÃO. 8.1) Anglo**

3091 **American Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu aberto com**
3092 **tratamento a úmido. Minério de ferro. Conceição do Mato Dentro/MG.**
3093 **PA 02367/2012/001/2012, AI 67879/2011. Apresentação: Supram**
3094 **Jequitinhonha.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer
3095 jurídico, com abstenção da conselheira representante da Fiemg. Presidente
3096 Daniela Diniz Faria: “Nós votaremos em bloco os itens da pauta 8.1, 8.2 e
3097 8.3, que são os dois autos de infração da Anglo American e um auto de
3098 infração da JWB. Quem vota de acordo com o parecer de manifestação da
3099 Supram permaneça como está. Aprovado com abstenção da Fiemg, nos
3100 itens 8.1, 8.2 e 8.3.” **8.2) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**
3101 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
3102 **Conceição do Mato Dentro/MG. PA 31610/2014/001/2014, AI 67962/2011.**
3103 **Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Recurso indeferido por
3104 unanimidade nos termos do parecer jurídico, com abstenção da conselheira
3105 representante da Fiemg. **8.3) JWD Comercial Ltda. Postos revendedores,**
3106 **postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos**
3107 **flutuantes de combustíveis. Capelinha/MG. PA 09629/2015/001/2015, AI**
3108 **67934/2013. Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Recurso indeferido
3109 por unanimidade nos termos do parecer jurídico, com abstenção da
3110 conselheira representante da Fiemg. **9) APRESENTAÇÃO DO STATUS DAS**
3111 **CONDICIONANTES 1 E 19 DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº**
3112 **123/2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO COPAM 00472/2007/006/2013.**
3113 **ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S/A.** Presidente Daniela
3114 Diniz Faria: “Item 9, apresentação do status das condicionantes 1 e 19 da
3115 Licença de Operação nº 123/2014. Processo administrativo COPAM,
3116 empresa Anglo American. Peço silêncio. Eu vou pedir silêncio. Os senhores
3117 se comportaram, a nossa reunião está transcorrendo bem. Então eu peço
3118 silêncio para concluirmos a reunião. Eu vou pedir ao policiamento ajuda para
3119 retirar as pessoas que não vão deixar a reunião acontecer. Ou se mantém a
3120 ordem, ou essas pessoas vão ter que ser retiradas. Eu vou pedir ajuda do
3121 policiamento. Eu preciso terminar a reunião. As pessoas que não se
3122 comportarem eu vou pedir que os senhores retirem. Eu vou iniciar o item 9,
3123 apresentação das condicionantes 1 e 19 da Licença de Operação. Quem vai
3124 fazer a apresentação? Ao policiamento, eu vou pedir para os senhores,
3125 realmente verem as pessoas que estão impedindo a reunião de
3126 acontecer. Então vamos retomar. Quem vai fazer a apresentação? Por favor.”
3127 Representante do empreendedor: “Boa noite. Eu vou apresentar como está o
3128 status de cumprimento da condicionante 1. Está determinado, na
3129 condicionante 23, fazera apresentação. Essa condicionante 1 determinava a
3130 inclusão de alguns impactados, atingidos, no PNF, de acordo com o estudo
3131 da Diversus. Foram indicadas oito famílias em novembro de 2014. Desde
3132 então nós procedemos todo o ritual do PNF, fizemos avaliação da
3133 vulnerabilidade, avaliação patrimonial de todas as propriedades. Vimos

3134 reportando semestralmente como está evoluindo a condicionante. E nós
3135 começamos a fazer esse trabalho em duas regiões:na região de Cachoeira e
3136 na região de Boa Esperança, sendo dois núcleos em cada uma. Uma
3137 observação em relação a Boa Esperança: nós tivemos a troca de um dos
3138 nomes da pessoa atingida, pois, no momento em que a Diversus fez
3139 averificação, a casa estava sendo ocupada por uma outra pessoa, que era a
3140 Júlia, que não é a residente. E nós fizemos a troca pelo Silvio Adriano.Como
3141 foi de acordo com as duas pessoas, foi lavrada uma ata notarial. Desde
3142 então, nós estamos trabalhando com o nome do Silvio no lugar da Júlia.
3143 Começando pela situação de Cachoeira. São aqueles quatro núcleos, e nós
3144 já temos a negociação finalizada com três deles. Todos não são vulneráveis,
3145 todos optaram pela indenização em dinheiro, ninguém optou pela construção
3146 de uma casa. E quarto, o Marcos Marcelino: nós já estamos com o contrato
3147 elaborado, e ele está revisando o contrato.Nas próximas semanas, já vai
3148 estar assinado, e já vai estar na mesma situação dos outros. Já em Boa
3149 Esperança, nós também fizemos a avaliação de vulnerabilidade, e nenhum é
3150 vulnerável. Já fechamos a negociação com dois deles: o seu Ari e o seu
3151 Silvio. Paraos outros dois núcleos nós já temos, desde setembro do ano
3152 passado,a oferta colocada nos moldes do PNF. Porém, nós não
3153 conseguimos fechar essa negociação ainda, pois as famílias estão fazendo
3154 contrapropostas para nós com valores muito mais altos que o PNF. No caso
3155 do Fernando, nós estamos com uma contraproposta de 2,4 vezes o valor do
3156 PNF; e no caso do Walter de 1,29 vezes. Pela isonomia, por todo o conceito
3157 do PNF, que nós aplicamos, religiosamente, com os valores para todas as
3158 famílias, nós não aceitamos nenhuma variação de valor em relação às
3159 condições que estão lá. Então por isso não fechamos a negociação. Porém,
3160 entendemos que estamos fazendo o cumprimento da condicionante através
3161 da oferta para essas famílias, que tem sido registrada, tem assinatura, tem
3162 evidências. E nós pretendemos até fazer uma declaração em cartório de que
3163 esse valor está disponível para as famílias, para demonstrarmos o nosso
3164 total interesse no cumprimento no pagamento dessas propriedades. E uma
3165 situação que nós encontramos nas propriedades foi reportada à Supram.
3166 Nós identificamos. Aqui nós demonstramos que a oferta do PNF foi feita não
3167 só para aquelas oito famílias apontadas, mas para todos os outros herdeiros
3168 que foram apontados pela família que têm direito a propriedade. No caso de
3169 Cachoeira, nós tivemos a aceitação da maioria deles, apenas dois não
3170 aceitaram a posse, e vão resolver o direito deles no inventário. E no caso de
3171 Boa Esperança nenhum dos não residentes aceitou. Então a nossa oferta
3172 está limitada aos quatro da condicionante para aquisição da posse que eles,
3173 efetivamente, ocupam.”Cristiano, representante da Anglo American: “Antes
3174 de dar início à apresentação da condicionante 19, eu queria só fazer um
3175 registro, para que fique constado em ata. Foi citado, por uma pessoa, o meu
3176 nome, que eu estive na casa dele, o senhor Helvécio, e não cumpri com

3177 algumas questões que teriam sido prometidas. Só o registro de que eu nunca
3178 estive na casa dele. Eu já encontrei com ele em algumas oportunidades, mas
3179 nunca estive na casa dele. Então não é precedente qualquer colocação em
3180 relação a isso. Só para que fique registrado e conste em ata.”Thales,
3181 representante da Anglo American: “Boa Noite, senhores conselheiros.
3182 Thales, da Anglo American, da Gerência de Meio Ambiente. O objetivo dessa
3183 apresentação é apresentar o status da recuperação do projeto de
3184 recuperação dos cursos d’água. A condicionante, propriamente, na íntegra,
3185 para fazermos a leitura. ‘Elaboração e execução do Plano de Recuperação
3186 de Áreas Degradadas (Prad) para recuperação vegetacional das seguintes
3187 áreas: Área de Preservação Permanente (APP) do Córrego Vargem Grande,
3188 a jusante do dique de contenção de finos;APP do Córrego Passa três, a
3189 jusante da barragem de rejeitos; e APP do afluente sem denominação do
3190 córrego Candeia Mansa, entre o barramento realizado para contenção de
3191 sólidos da grande voçoroca em recuperação; córrego Pereira, a jusante do
3192 dique de finos; e córrego Passa Sete, a partir da barragem de rejeitos, até a
3193 confluência dos dois córregos. O prazo dessa condicionante é anualmente, a
3194 partir da concessão da LO. E outra condicionante, que está vinculada a essa
3195 obrigação, é a condicionante 24, que é ‘apresentar à URC as medidas de
3196 atendimento da condicionante 19’. É importante informar que todos os
3197 esforços necessários para atendimento da obrigação imposta pela
3198 condicionante 19 vêm sendo aplicados pela Anglo American.E a Anglo
3199 American, a partir da imposição da obrigação,desenvolveu a especificação
3200 técnica para realização do projeto de recuperação, contratou uma empresa
3201 especializada para a realização do projeto básico, projeto conceitual e
3202 executivo.E aí passou-se a seguir a seguinte sequência metodológica
3203 necessária à execução do projeto executivo. O primeiro passo seria o
3204 diagnóstico e a avaliação do trecho de interferência, mapeamento das
3205 interferências ocorridas no curso d’água; levantamento dos estudos
3206 geológicos e hidráulicos, que é o próprio diagnóstico de campo.Esses
3207 trabalhos de campo subsidiariam as informações para elaboração do projeto
3208 conceitual e básico; a elaboração do projeto executivo, na sequência. Além
3209 de alguns outros estudos, como relatório de outorga da área de intervenção
3210 emAPP e a elaboração do PTRF, Plano Técnico de Reconstituição de Flora.
3211 A empresa iniciou boa parte desses trabalhos, contudo, a ausência de
3212 autorização por parte dos superficiários acabou paralisando a continuidade
3213 desses trabalhos, e o projeto ficou paralisado. Então cada uma dessas
3214 etapas, parte das etapas estão realizadas parcialmente e outras foram
3215 paralisadas, como foi dito anteriormente. A partir disso, nós partimos para a
3216 ação de notificação por parte dos proprietários que não estavam autorizando,
3217 e o Cristianovai falar um pouquinho para nós sobre essa ação que foi
3218 tomada.”Cristiano, representante da Anglo American: “Essa parte retoma um
3219 pouco aquela primeira discussão em relação à questão das posses. Essa

3220 ideia da notificação partiu até de uma própria reunião com o GT, em que a
3221 empresa apresentou que havia uma dificuldade de executar a condicionante
3222 em função de não ter a liberação dos acessos de alguns proprietários. Então
3223 foi feito contato com o cartório de Conceição do Mato Dentro e o cartório de
3224 Serro, que são os cartórios que atendem essa região. E nós temos três
3225 situações. A primeira situação é aquela em que houve a liberação por parte
3226 dos proprietários, que foram 16, sendo que seis estão em propriedade da
3227 Anglo American. Então, obviamente, não tem nenhum óbice para isso.
3228 Algumas pessoas que não foram encontradas, alguns proprietários que não
3229 foram encontrados em suas residências nem por nós nem pelo cartório.
3230 Existe até um caso um pouco mais complicado de falecimento, e a casa está
3231 abandonada, e ainda não conseguimos identificar a família. E algumas que
3232 nós estamos considerando que não tivemos autorização. São aquelas
3233 pessoas que receberam a notificação e não autorizaram ou que receberam a
3234 notificação e optaram por não se manifestar. Então nós estamos separando
3235 por Pereira e Passa Sete. Principalmente, no primeiro caso... Nós vamos de
3236 montante para jusante. É muito importante que nós tenhamos,
3237 principalmente, a liberação das propriedades de montante para que
3238 possamos fazer o estudo e, eventualmente, começar as intervenções por
3239 essa parte. Porque não poderia ser feito de forma inversa. Então como
3240 resumo geral nós temos 16 autorizações, sete ainda pendentes, de pessoas
3241 que não foram encontradas nem por nós nem pelo cartório; e 11 não
3242 autorizadas ou que não se manifestaram mesmo mediante a notificação.
3243 Esse é o estado geral, e nós vamos ver agora os trechos de rio onde
3244 teríamos condição de atuar e que aqueles que dependem da liberação
3245 dessas pessoas para que possamos prosseguir. Foram feitas 53 tentativas
3246 para liberação dessas áreas. Nós tivemos mais de dez encontros para tentar
3247 conseguir essa liberação, e também não houve manifestação a respeito da
3248 concordância ou não, muito embora eles tenham recebido.” Thales,
3249 representante da Anglo American: “Aqui uma visão geral dos cursos d’água.
3250 Na parte de baixo, o córrego Pereira. Em cima, o córrego Passa Sete. As
3251 áreas que já foram autorizadas, os trabalhos de campo parcialmente
3252 concluídos. Complementando o que o Cristiano falou, é importante que
3253 tenhamos pelo menos esse trecho de montante dos cursos d’água. Temos a
3254 barragem e rejeito, o dique de contenção de finos. A comunidade de Água
3255 Quente, em trecho que também possui impedimento por parte da
3256 comunidade; não conseguimos concluir os levantamentos de campo para
3257 elaboração do projeto. Contudo, tendo pelo menos esse trecho de montante,
3258 nós já conseguiríamos dar o start na execução de desse projeto. Na verdade,
3259 primeiramente, o projeto básico, o projeto conceitual, para depois partir para
3260 o projeto executivo. Esse é o status geral de atendimento da condicionante
3261 19. Está paralisado devido à não autorização por parte dos superficiários para
3262 adentrar às áreas e realização do diagnóstico de campo. Se tiverem algum

3263 questionamento o alguma dúvida, nós estamos à disposição.”Presidente
3264 Daniela Diniz Faria: “Alguma dúvida por parte do Conselho?” Conselheiro
3265 Felipe Faria de Oliveira: “A periodicidade da apresentação vai ser anual, não
3266 é?” Representante da Anglo American: “Anual.” Presidente Daniela Diniz
3267 Faria: “Ok? Finalizado? Eu agradeço então a empresa pela apresentação, e
3268 vou encerrar a reunião.” **10)ENCERRAMENTO.**Presidente Daniela Diniz
3269 Faria: “Muito obrigada a todos. Uma boa noite. Até a próxima.”

3270

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

3271

3272

3273

3274

Presidente Daniela Diniz Faria